

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG PRORAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)



JUAN MONTEIRO ANDRADE

O ESPECTRO POLÍTICO E O SUJEITO À DERIVA EM REDES DIGITAIS

Uma perspectiva discursiva de letramento

JUAN MONTEIRO ANDRADE

O ESPECTRO POLÍTICO E O SUJEITO À DERIVA EM REDES DIGITAIS

Uma perspectiva discursiva de letramento

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, Linguagem e Processos de Subjetivação.

Orientador: Professor Dr. Anderson de Carvalho Pereira

A553e

Andrade, Juan Monteiro.

O espectro político e o sujeito à deriva em redes digitais: uma perspectiva discursiva de letramento. / Juan Monteiro Andrade, 2022. 126f.

Orientador (a): Dr. Anderson de Carvalho Pereira.

Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação — PPGED, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referências. 120 – 126.

- 1. Análise de discurso. 2. Letramento. 3. Educação não escolar.
- 4. Política. 5. Virtual. I. Pereira, Anderson de Carvalho.
- II. Programa Pós-Graduação em Educação PPGED. I. T.

CDD 415

JUAN MONTEIRO ANDRADE

O ESPECTRO POLÍTICO E O SUJEITO À DERIVA EM REDES DIGITAIS

Uma perspectiva discursiva de letramento

Defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira (Orientador)

Prof. Dr. Maurício Beck (Examinador Externo)

Prof. Dr. Claudio Pinto Nunes (Examinador Interno)





Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB Recredenciada pelo Decreto Estadual N° 16.825, de 04.07.2016

ATA DE BANCA DE DEFESA DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2022, às 14h, por videoconferência utilizando uma plataforma *online*, foi instalada a Banca Examinadora responsável pela avaliação do texto de defesa intitulado "O espectro político e o sujeito à deriva em redes digitais: uma perspectiva discursiva de letramento", apresentado pelo mestrando Juan Monteiro Andrade, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. A Banca Examinadora foi presidida pelo Orientador Professor Doutor Anderson de Carvalho Pereira (UESB) e contou com a participação dos Professores Doutores Maurício Beck (UESC) e Cláudio Pinto Nunes (UESB) na qualidade de examinadores. A sessão teve a duração de 2 horas e 20 minutos e a Banca Examinadora emitiu o seguinte parecer: O texto de defesa citado recebeu conceito final: APROVADO.

Prof. Dr. Anderson de Carvalho Pereira

(Orientador)

Prof. Dr. Maurício Beck

(Examinador Externo)

Prof. Dr. Cláudio Pinto Nunes

(Examinador Interno)

Juan Monteiro Andrade

(Mestrando)

Juan Monteiro

AGRADECIMENTOS

Antes de começar de fato os agradecimentos, deixo claro que sou péssimo com esse tipo de coisa, o que eventualmente já justifica a minha eventual falta de sutileza com as palavras.

Ao meu orientador e amigo, Anderson de Carvalho Pereira, por ter sido meu mentor, até mesmo em decisões importantes fora das orientações do Programa de Pós-Graduação.

A minha companheira, Thais Dias de Almeida, por ter me incentivado a tentar a seleção de mestrado quando eu estava sem direção, à deriva, sem saber direito que rumo tomar para seguir carreira acadêmica ou profissional.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, Naide Monteiro e Juan Apolony, por manterem-se firmes me apoiando nesta jornada que parece não ter fim. Afinal de contas, tive a felicidade de passar em um doutorado atualmente e eles seguem me apoiando.

Ao professor Cláudio Pinto Nunes, por participar das minhas bancas de qualificação e de defesa de dissertação, dando importantes contribuições e também por ter sido um excelente profissional como professor e vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd).

Ao professor Maurício Beck, por participar das minhas bancas de qualificação e de defesa de dissertação e pelos ensinamentos.

Ao professor José Valdir, que sempre me ajudou a tomar as decisões mais importantes. Também o considero um mentor.

Aos demais professores do Programa e da vida, que infelizmente não arriscarei mencionar boa parte porque certamente cometeria o erro de esquecer importantes nomes.

Aos meus amigos da vida, dentro e fora do âmbito acadêmico. Mais uma vez não me arrisco a mencionar nomes.

Aos colegas do PPGEd, exceto aos que são extremamente ególatras, invejosos e "reaças". Sim, eu falei isso e não estaria sendo Juan Monteiro se eu deixasse esta oportunidade passar!

Por fim, e não menos importante, na minha condição de agnóstico, agradeço também a quaisquer eventuais forças divinas e/ou de outro plano que passam ter me ajudado de alguma forma.

Com ressalvas às exceções, implícitas e explícitas, esses são os meus mais sinceros agradecimentos!

Não somos apenas o que pensamos ser. Somos mais: somos também o que lembramos e aquilo de que nos esquecemos; somos as palavras que trocamos, os enganos que cometemos, os impulsos a que cedemos 'sem querer'.

(Sigmund Freud).

RESUMO

O espectro político-ideológico faz parte de um arsenal de sequências discursivas que não são entendidas facilmente em diversas regiões da esfera socioeconômica. Compreendê-lo é importante para que os efeitos de sentidos (noções sobre esquerda/direita, liberal/progressista, conservador/autoritário) sobre as regiões que o compõem sejam equiparadas as questões politizadoras diante das demandas que emanam das sobredeterminações das relações de reprodução-desigualdade-subordinação-transformação entre estas regiões. Fundamentada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da análise de discurso (doravante AD) de filiação francesa difundida por Michel Pêcheux, a pesquisa decorre de implicações que envolvem os sentidos em torno das noções flutuantes sobre o espectro, pesquisado com base na atual conjuntura sociopolítica do Brasil contemporâneo em redes digitais/sociais/virtuais onde muitos desses sentidos através de discurso, é disseminado para transformar as relações sociais. Assim, a presente dissertação de mestrado buscou responder à questão que indaga: quais são os efeitos discursivos e ideológicos de postagens/publicações/debates repreoduzidos por internautas em redes digitais, que expõem posicionamentos de sujeitos, ocasionando o conflito dentro de uma polarização sociopolítica pensada a partir de um suposto espectro ideológico pré-estabelecido para representar os sujeitos da/na interlocução? Para compreender as diferenças ideológicas por meio de formações discursivas com relação ao sujeito interpelado ideologicamente por questões que envolvem as manifestações do mesmo no tocante ao espectro político-ideológico, o objetivo geral da pesquisa foi investigar publicações/postagens, diálogos/intercâmbios e/ou comentários, sobre questões polêmicas relacionadas ao espectro político em redes digitais, especificamente com relação aos prováveis equívocos neste sentido para que seja possível relacionar de que forma interpretam ou legitimam questões que possuem ligação com discurso reacionário em um jogo discursivoideológico de disputas políticas. O dispositivo teórico-analítico se constituiu a partir do corpus discurso que foi delimitado com recortes (unidades de sentidos) de Print Screens estabelecidos extraídos de publicações/postagens/comentários. Para tanto, os objetivos foram subdivididos em: analisar diálogos entre internautas sobre temas gerais por meio de sequências discursivas e seus mecanismos ideológicos; mapear os deslizamentos de sentidos através dos mais variados tipos de significantes em ambientes virtuais; identificar sujeitos e/ou instituições que os representem dentro da polarização sociopolítica de acordo com as posições dos envolvidos dentro do espectro ideológico, sendo este definido através da análise discursiva; e estabelecer recortes (unidades de sentido) relacionados às questões debatidas pelos internautas. Concluiu-se que as diferenças materializadas discursivamente em redes digitais podem representar valores dominantes e ao mesmo tempo ser parte de um plano de fundo de formações ideológicas que interpelam sujeitos em posições subalternas, ou seja, que ilusoriamente acreditem estar em uma posição de reflexibilidade diante das relações de reprodução-desigualdade-subordinação-transformação. Compreender as regiões do espectro político-ideológico requer uma boa leitura acerca de suas regiões, inclusive com relação aos modos de leitura e mobilização de arquivos que tenham relação com as politizações destas regiões.

Palavras-chave: Análise de Discurso; Letramento; Educação não escolar; Política; Virtual.

ABSTRACT

The political-ideological spectrum is part of an arsenal of discursive sequences that are not easily understood in different regions of the socioeconomic sphere. Understanding it is important so that the effects of meanings (notions about left/right, liberal/progressive, conservative/authoritarian) on the regions that compose it are equated with politicizing issues in the face of demands that emanate from the overdeterminations of reproduction-inequality relations. -subordination-transformation between these regions. Based on the theoreticalmethodological assumptions of discourse analysis (henceforth AD) of French affiliation disseminated by Michel Pêcheux, the research stems from implications that involve the meanings around the floating notions about the spectrum, researched based on the current sociopolitical conjuncture of the Contemporary Brazil in digital/social/virtual networks where many of these senses through discourse are disseminated to transform social relations. Thus, the present master's dissertation sought to answer the question that asks: what are the discursive and ideological effects of posts/publications/debates re-produced by internet users on digital networks, which expose subjects' positions, causing conflict within a sociopolitical polarization thought from a supposed pre-established ideological spectrum to represent the subjects of/in the interlocution? To understand the ideological differences through discursive formations in relation to the subject ideologically challenged by issues that involve the manifestations of the same regarding the political-ideological spectrum, the general objective of the research was to investigate publications/posts, dialogues/exchanges and/or comments, on controversial issues related to the political spectrum in digital networks, specifically in relation to the probable mistakes in this sense, so that it is possible to relate how they interpret or legitimize issues that have a connection with reactionary discourse in a discursiveideological game of political disputes. The theoretical-analytical device was constituted from the discourse corpus that was delimited with clippings (units of meaning) of established Print Screens extracted from publications/posts/comments. To this end, the objectives were subdivided into: analyzing dialogues between Internet users on general topics through discursive sequences and their ideological mechanisms; to map the sliding of meanings through the most varied types of signifiers in virtual environments; identify subjects and/or institutions that represent them within the sociopolitical polarization according to the positions of those involved within the ideological spectrum, which is defined through discursive analysis; and to establish clippings (units of meaning) related to the issues debated by Internet users. It was concluded that the differences materialized discursively in digital networks can represent dominant values and at the same time be part of a background of ideological formations that challenge subjects in subaltern positions, that is, who delusionally believe they are in a position of reflexivity in the face of reproduction-inequalitysubordination-transformation relations. Understanding the regions of the political-ideological spectrum requires a good reading about their regions, including in relation to ways of reading and mobilizing archives that are related to the politicization of these regions.

Keywords: Discourse Analysis; literacy; Non-school education; Politics; Virtual.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O impeachment da Dilma por Olavo de Carvalho	75
Figura 2 - Jesus na versão não Hippie	86
Figura 3 - Comentário sobre a figura 2	89
Figura 4 - Comentário sobre a figura 2	92
Figura 5 - Silas Malafaia e o esquerdopata	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- pró-ciência X pró-religião	95
Quadro 2- esquerdopata/esquerdopatia	107

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

AD Análise de discurso

BA Bahia

CCC Comando de Caça aos Comunistas

COVID-19 Coronavírus

CP Condição de Produção

DP Discurso Pedagógico

FD Formação Discursiva

FI Formação Ideológica

FS Formação Social

GRINPRALED Grupo De Investigação Sobre Narrativas, Práticas Letradas e Discurso

OMS Organização Mundial De Saúde

PNA Política Nacional de Alfabetização

PPGEd Programa de Pós-Graduação em Educação

PS Posição-sujeito

PT Partido dos Trabalhadores

S1 Significante Mestre

SD Sequência Discursiva

SNI Serviço Nacional de Informações

UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PRIMEIRO CAPÍTULO	21
1. O LUGAR DO SUJEITO	21
1.2. NOÇÃO DE SUJEITO	32
1.3. METÁFORA E METONÍMIA	38
1.3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	41
1.3.1. Discurso político	45
1.3.2. Discurso de ódio	50
1.4. LETRAMENTO, LEITURA E ARQUIVO	53
SEGUNDO CAPÍTULO	60
2. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	60
2.1. DO PARADIGMA INDICIÁRIO AO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	60
2.1.1. Corpus	65
2.1.2. Recorte	67
TERCEIRO CAPÍTULO	72
3. DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	
3.1. POLARIZAÇÃO POLÍTICA	72
3.2. NOÇÕES SOBRE O ESPECTRO POLÍTICO	84
3.2.1. Patologização do discurso político-ideológico	98
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

Tanto para o senso comum como para a Filosofia e as Ciências Humanas e Sociais, são inúmeros os rumores pelos quais a humanidade começou a entrar em confronto por questões de ordem ideológica e/ou política. Para alguns filósofos modernos a encarnação do verbo¹ muda a cena do pensamento filosófico, pois Deus se faz como homem e a partir de então, especificamente nas sociedades ocidentais, o tempo deixa de seguir o paradigma grego (cíclico), passando a seguir o cristianismo com o tempo linear. Grandes conflitos religiosos, culturais e políticos estariam por vir com essa nova era, mas há quem diga que a crise ideológica da cultura ocidental começara com a tomada de Constantinopla que culminaria no surgimento do Renascimento (MENEZES, 2005).

Há ainda fortes argumentos (LYOTARD, 2019) pautados na ideia de que tudo teria começado na queda do Iluminismo, ou até mesmo com o surgimento do período que se compreende até os dias atuais, o qual muitos chamam de contemporaneidade, pósmodernidade, modernidade líquida, era técnica, etc., mas o grande 'X' da questão não está em quando todos os conflitos ideológicos começaram e nem somente sobre questões ocidentais, pois o espaço e o tempo acabaram sendo encurtados graças aos avanços tecnológicos que facilitam a interação e ao mesmo tempo disseminam as tendências da ciência técnica, que em diversos pontos não proporciona reflexão crítica para os sujeitos que, desse modo, justificam a crise sociopolítica de séculos em curso, através de materialidades discursivas re-produzidas através do uso das tecnologias (BAUMAN, 2001).

De antemão, vale salientar que a ciência técnica (de modo paradoxal) se tornou e ainda é um dos grandes problemas da sociedade atual, pois ao servir os interesses econômicos de grupos ou classes dominantes, as tendências contemporâneas não emancipam grupos ou classes não-hegemônicos. Abre-se este parêntese — sobre este caráter paradoxal sobre as ciências técnicas porque as práticas técnicas se movem em continuidade com seus produtos ideológicos, pois uma determinada ideologia sempre está presente na superficialidade de um discurso ou prática. Outrossim, é oportuno ressaltar que práticas técnicas e ideológicas fazem parte do todo complexo das relações sociais e, assim sendo, não devemos esquecer da prática política e do fato de que "produzir (um produto técnico), é sempre produzir para alguém; em

¹ A encarnação do verbo se trata do "fato" de que Deus se encarnou, dando origem ao nascimento de Jesus Cristo. Na visão nietzschiana, através do procedimento genealógico, teologicamente falando, este paradigma trata da vontade de poder degenerada (Nietzsche, 2000).

outros termos, a demanda que emana das relações sociais determina *de uma só vez*, não somente a produção do objeto, mas também a maneira pela qual ele será consumido" (PÊCHEUX, 2015, p. 35). Se um produto fruto de um trabalho técnico existe é porque existem demandas sociais que o determinam, assim como demandas ideológicas e políticas estão imbricadas as condições de produção do todo complexo das relações sociais. Uma vez que a prática política, pela via do discurso, visa transformar as relações sociais.

Dito isso, é importante, desde já, que seja explicada a aparição de duas categorias/significantes juntas(os): "grupos" e "classes". Considerando os diversos processos de apropriação/interpelação do sujeito diante do conhecimento estrutural negado aos grupos subalternos, é importante falar não somente em classes, que se aproximam da linha econômica do espectro político, mas também em grupos, que embora estejam em uma linha de subordinação do ponto de vista econômico, se aproximem mais da linha social do espectro.

No tocante ao uso do significante **grupo**, convém comentar a crítica pecheutiana acerca de técnicas utilizadas pelas ciências sociais. "O exemplo da "Psicologia de Grupos", que tende cada vez mais a servir o núcleo exemplar para a psicologia social" (PÊCHEUX, 2015, p. 42), poderia ser considerado um indício de que a categoria grupo não poderia ser aplicável ao universo da AD materialista, mas é oportuno ressaltar que o grupo não é usado aqui como técnica, procedimento, ou algo do tipo, como nas críticas tecidas por Pêcheux:

Em suma, diremos que as "ciências sociais" consistem, em sua forma atual, na aplicação de uma técnica a uma ideologia das relações sociais, o conjunto complexo em aplicação tendo por fim responder à demanda social, realizando o real psico-sociológico, com vista a uma adaptação ou a uma readaptação das relações sociais à prática social global, considerada a invariante do sistema (PÊCHEUX, 2015, p. 42).

O grupo é entendido, na presente pesquisa, como algo que pode vir a ser uma derivação de sentido no tocante as noções sobre o espectro. Ou seja, o grupo é visto pela ótica do sujeito e, portanto, não como algo aplicável, mas como algo analisável como uma das regiões do espectro político-ideológico – questões sociais; questões que não se restringem as classes. Pensando em Marx e Engels, sendo análogo: pensemos em classes e grupos no sentido de pensar a no todo complexo estruturado (ideologia econômica e ideologia da prática social).

Apesar dos aspectos teórico-metodológicos da presente pesquisa serem baseados na análise de discurso (doravante AD) pecheutiana, que remete a outros saberes como as linhas althusseriana/marxista, por exemplo, as análises não se reduzem a(o)

categoria/significante *classe* – como mencionado no parágrafo anterior –, pois estaríamos, em diversas situações teóricas, limitando-nos a uma segmentação voltada para a linha econômica do espectro político-ideológico, correndo o risco de haver um apagamento de questões da linha social. Esta discussão se aproxima muito do objetivo central que possui o propósito de responder à grande questão da presente pesquisa, buscando investigar publicações, diálogos/intercâmbios e troca de mensagens sobre questões polêmicas relacionadas ao espectro político em ambientes digitais/virtuais/sociais, com base na opinião de internautas.

É muito importante que não estejamos limitados a um reducionismo culturalista ao mesmo tempo em que estejamos atentos às questões político-ideológicas que escapam por essa via reducionista, o que de certa forma pode dar sentido a naturalização/cristalização de discursos que interessam para as ideologias dominantes que se respaldam no discurso reacionário. Estes contornos facilitam também o porquê do fato de que na presente pesquisa sempre que as *classes* são requisitadas, os *grupos* também aparecem para que nenhuma questão seja esquecida, apagada, silenciada, naturalizada ou cristalizada com relação ao espectro político.

Ainda sobre os problemas da sociedade atual, é comum para o sujeito contemporâneo acreditar que possui diversos conhecimentos/saberes facilmente acessíveis em poucos cliques, ao passo que os mais variados tipos de discursos podem ser elaborados e reproduzidos em redes digitais/virtuais na defesa de formações ideológicas que os sujeitos se filiam na interlocução/polarização política. Ao analisar de que maneira interpretam ou legitimam questões sociais por meio de posições discursivas, os sujeitos são rotulados em detrimento aos equívocos ocorridos a partir do espectro ideológico passível de ser estabelecido na interlocução. Para tanto, os objetivos foram subdivididos em: analisar diálogos entre internautas sobre temas gerais por meio de sequências discursivas e seus mecanismos ideológicos; mapear os deslizamentos de sentidos através dos mais variados tipos de significantes em ambientes virtuais; identificar sujeitos e/ou instituições que os representem dentro da polarização sociopolítica de acordo com as posições dos envolvidos dentro do espectro ideológico, sendo este definido através da análise discursiva; e estabelecer recortes (unidades de sentido) relacionados às questões debatidas pelos internautas.

Em dezembro de 2019, tive a possibilidade de me dedicar aos estudos relacionados às diferenças ideológicas por meio de formações discursivas com relação ao sujeito interpelado ideologicamente por questões que envolvem as manifestações do mesmo no tocante ao espectro político-ideológico. Neste período, consegui aprovação na seleção para aluno regular do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação

(PPGEd) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista-BA. O anteprojeto submetido para esta seleção foi parcialmente baseado numa monografia que defendi como trabalho de conclusão do curso (TCC) do curso de pedagogia pela UESB, campus Itapetinga-BA, intitulado *O culto a diferença e o sujeito em deriva*. Digase de passagem, naquela ocasião o TCC da pedagogia, foi orientado pelo Dr. Anderson de Carvalho Pereira, mesmo orientador no Mestrado em Educação e líder do Grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discurso (GRINPRALED).

Este trabalho realizado no período da graduação contou com os pressupostos teórico-metodológicos da análise de discurso (AD) pecheutiana com o objeto de pesquisa pautado no sujeito que se envolve em embates/debates por meio de formações discursivas em ambientes virtuais, sendo este, interpelado ideologicamente por meio de questões que envolvem diferenças culturais. Por esta via, as análises foram realizadas em diversos contextos digitais a partir de postagens e seus respectivos comentários realizados por internautas sobre militância, preconceitos, interpretação de letras de músicas e vários outros assuntos. Constatou-se que a disputa por um sentido dominante proporciona um embate por meio de discursos replicados/compartilhados – algo característico do discurso pedagógico escolar (DPE) que é autoritário e não proporciona a reflexão – demostrando assim que as redes sociais possuem certo caráter pedagógico carente de questões que envolvem um dos eixos condutores do GRINPRALED: letramento e leitura.

A pesquisa monográfica possibilitou responder questões relacionadas aos sujeitos que defendem posicionamentos na tentativa de legitimar a dificuldade de cultuar as diferenças. No entanto, questões relacionadas a polarização política precisam ser respondidas tomando como base a dominância dos sentidos por meio de formações discursivas por parte de sujeitos, instituições e movimentos digitais que representam a ideologia reacionária. É oportuno pensar algumas questões.

De que forma atuam os mecanismos ideológicos que interpelam os indivíduos em sujeitos de um dado discurso filiado a uma ideologia dominante? Como funciona a evidente polarização sociopolítica e quais os deslizamentos de sentidos através dos mais variados tipos de significantes em ambientes virtuais? Como sujeitos/instituições compreendem o espectro político diante das nuances dos sentidos implícitos, do silenciamento de sentidos, do *non-sense* e do não-dito?

Todas as questões precisam ser pensadas a partir dos modos de produção capitalista e alguns efeitos de sentido são re-produzidos interpelando os indivíduos em sujeitos numa sociedade onde são livres e ao mesmo tempo responsáveis por seus atos. Vale

lembrar que, como dito inicialmente, estes modos de produção não são vistos apenas pela(o) categoria/significante classe, mas também pela ordem social. Daí a importância de compreender todas as regiões do espectro político, pois este efeito de sentido é o da coerção social dentro do âmbito das relações de produção capitalista. O sujeito que é livre para fazer suas escolhas e precisa ter responsabilidade para não ser um fracasso diante de todo esse sistema que o explora e ao mesmo tempo o faz sonhar em ser cada vez mais voltado para o lado da magia do consumo. Eis a forma-sujeito de direito — da memória discursiva dos valores da Revolução Francesa que funciona conforme os interesses de ideólogos burgueses.

Apesar do sujeito de direito não ser o objeto da presente pesquisa, o seu lugar como sujeito no âmbito digital/virtual é de suma importância para a compreensão dos processos interpelativos deum sujeito em tese livre. Segundo Edelman (1976) o século XII e XVIII, com a passagem da legitimidade do discurso religioso para o discurso jurídico, a autoria passa a ser formulada em termos ideológicos e discursivos para o sujeito de direito. A ideologia jurídica vai sendo implementada nos diversos âmbitos da esfera social, compondo as transformações destes meios, inclusive no meio digital — onde a ideia de liberdade é retomada com força sob a ótica da democracia digital. O sujeito que teoricamente se vê cada vez mais livre, inclusive do ponto de vista da autoria — direito de imagem, direitos autorais, etc. —, acaba por ser responsabilizado por seus atos com relação ao coletivo e as delimitações do discurso jurídico.

Esta ordem discursiva que transita no meio digital – com um efeito implícito de desterritorialização – é, por meio da divulgação cultural, da acessibilidade, dos ambientes virtuais de trabalho, de relações sociais, naturalização deste meio e tantos outros fetiches, um espaço que reproduz o real de uma outra forma, com uma outra materialidade muito mais próxima do discurso reacionário. Deste modo, há uma desmaterialização do discurso que se aproxima mais do real, ou do discurso imagético mais propriamente dito, por exemplo, e, eventualmente assim os sujeitos são interpelados/integrados sem se darem conta da lógica reacionária em curso. Não obstante, grande parte dos ambientes digitais pertencem a grandes corporações mundiais e neste âmbito representantes políticos se apropriam de mecanismos de controle digital para disseminar um ideal de sujeito pautado nos interesses que já eram utilizados pelas elites – conservadora, cristã, de direita, liberal (do ponto de vista econômico), etc.

É muito importante não somente compreender os sentidos em torno das noções que circulam sobre as formações relacionadas ao tema aqui proposto, mas também pensar acerca do caráter educativo que circula por trás destas noções. Desse modo, pensar os espaços

virtuais/digitais/sociais como lugares de educação não escolar é interessante para a proposta da presente pesquisa. Os sujeitos interpelados/identificados com quaisquer regiões do espectro político-ideológico são sujeitos educados nas redes. Em contrapartida a este movimento de circularidade que interpela/identifica, a pesquisa serve para demonstrar o sujeito à deriva em redes sociais e, consequentemente, educar/informar.

Por esta via, é possível afirmar que as materialidades se contradizem em termos discursivos. Ou seja, se contradizem não exatamente de forma oposta, mas de modo não possuem simetria ou assimetria, havendo diversas direções sobre um determinado assunto com nuances que se relacionam com os sentidos em redes de significação. Para Althusser (1985), os elementos que estão em contradição são sobredeterminados, no sentido de que possuem diferentes naturezas em diferentes lugares e processos histórico-sociais.

Desse modo, na construção do anteprojeto para a seleção e conclusão do/no mestrado o objeto de pesquisa — o sujeito — foi pensado tendo como base o espectro político-ideológico. Esta base orienta a pesquisa com relação a veiculação de sentidos sobre o espectro político (noções sobre esquerda/direita, liberal/progressista, conservador/autoritário) no ambiente virtual, a partir da "opinião" dos internautas. Outras questões são postas neste sentido: A dicotomia esquerda-direita é utilizada para representar questões que não são necessariamente destas linhas? No âmbito acadêmico, inclusive na pós-graduação, há uma carência por representatividade sobre estas nuances nas produções? A suposta evidente crise sociopolítica tão falada em diversos meios (digitais/virtuais, midiáticos e sociais) é bem ou mal compreendida pela comunidade geral e acadêmica? As propostas com relação a toda essa problemática ou análogas — sobretudo no meio acadêmico — são suficientes e até que ponto são pedagógico-didáticas e/ou contribuem para o combater as desigualdades provocadas pelo discurso reacionário que que regula, pressiona, naturaliza, romantiza o sujeito dominado? As formas de assujeitamento oriundas das relações de reprodução/contradição capitalista presentes nas redes digitais precisam ser mais estudadas e compreendidas.

Há de se pensar também nas posturas acadêmicas com relação a isso, em até que ponto isso é um problema geracional e de que modo devemos nos comportar enquanto educadores, pensadores, intelectuais, etc. que se deparam com os "problemas" das redes. Há uma promessa por um mundo melhor e sem fronteiras e uma necessidade de que estejamos atualizados e cada vez mais conectados, mas esta promessa emancipatória e tecnicista deve ser sempre vigiada a partir de uma reflexão pautada no fato de que, de modo paradoxal, as ciências técnicas servem ao capital e de que é muito importante a participação das massas

para que se faça história em qualquer contexto – inclusive no digital – e que não são as máquinas digitais as responsáveis por estas transformações.

Muito do que tem sido apreendido como novo em relação as tecnologias digitais, e até mesmo o termo digital, não se trata exatamente de algo novo, pois se trata de um problema que acaba caindo no esquecimento. Assim sendo, as tecnologias "digitais" não são novas e já vem acompanhando o espírito científico que nasce com a modernidade, com o espírito filosófico europeu, com a ideia de que vivemos o novo, o tecnológico. A partir do alfabeto do pensamento leibniziano (PÊCHEUX, 1995), a ideia de que existe uma linguagem universal que se manifesta de diversas formas, mas com o mesmo sentido ao fim de uma interlocução, é uma ideia que se materializa até o que conhecemos como cibernética.

Seja no contexto atual como em outros contextos desde que a sociedade tem se organizado no sentido político da polis aristotélica, é historicamente recorrente a divisão e/ou o conflito entre grupos e classes por questões ideológicas. A disparidade de sentidos produzida por determinados grupos culminou em tragédias históricas de genocídios e etnocídio em vários acontecimentos, assim como também sustentaram embates emblemáticos. Neste sentido, a educação dos diversos povos foi condicionada por tendências locais, regionais e na maioria dos casos por decisões de poderosos grupos políticos de acordo com as mudanças globais.

Com a nova conjuntura política, social, econômica e sanitária provocada pela covid-19, foi possível observar a intensificação de embates/debates em redes sociais. No contexto atual, tais fenômenos sociais são um reflexo das rápidas mudanças na estrutura social que é uma especificidade da contemporaneidade – mudanças de caráter político, econômico, social, etc. Os sujeitos pertencentes aos diversos contextos encontram-se atravessados por diversas formações discursivas, sendo que os condicionantes sócio-históricoideológicos oportunizam diversas filiações ideológicas e discursivas. Em termos althusserianos/marxistas, a política é uma instância que se trata de uma superestrutura que determina como os modos de re-produção acontecem. Para a AD, a política e o político são diferenciados. Sendo o político o constitutivo da linguagem, a divisão dos sentidos que se contradizem historicamente em seus diferentes lugares de disputa, podendo assumir posições institucionais como, por exemplo, como circula no senso comum, associado a instituições partidárias e/ou instâncias de pleito eleitoral. Já a política está associada as instâncias da superestrutura dos modos de reprodução/transformação junto, por exemplo, aos aparelhos ideológicos de Estado em seus diferentes contextos institucionais ou não. A polarização sociopolítica se estrutura neste terreno.

Um dos pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa é o de que a ideologia dominante cria, produz e reproduz discursos que interpelam os indivíduos em sujeitos. De modo que estes sujeitos sejam afetados, silenciados e até mesmo mergulhados em processos de ideologização por questões relacionadas ao cinismo filiado a determinadas formações, ao serem interpelados ideologicamente através dos mais variados tipos de discursos naturalizados na esfera social, mas que favorecem em larga escala grupos ou classes dominantes. Desse modo, a presente pesquisa parte desta inquietação, tendo o sujeito como objeto de pesquisa e o fato de que é necessário que saibamos o que representamos tanto em nível discursivo como em nível ideológico.

A polarização sociopolítica que — principalmente nas redes sociais representa diversos espaços e posicionamentos discursivos — é eventualmente entendida de forma equivocada pelos próprios sujeitos que defendem tanto discursos considerados de direita ou de esquerda como discursos considerados progressistas ou conservadores. Há um deslocamento de sentidos pautados no que seria "real", sendo o "imaginário" e o "simbólico" a ponte para o entendimento de tais complexidades. As ligeiras mudanças da pósmodernidade causam impactos dos mais variados tipos nas vidas dos sujeitos contemporâneos. O encurtamento do espaço-tempo proporcionado pelos avanços tecnológicos tem colaborado através da oferta de novos sentidos (BAUMAN, 2001).

Na primeira parte do presente trabalho, buscou-se apresentar no primeiro capítulo a AD pecheutiana de modo a entender a sua concepção de sujeito, bem como as condições de produção do discurso que o interpelam dando sentido aos processos de identificação da forma-sujeito. No segundo capítulo, o enfoque foi a apresentação os procedimentos teórico-metodológicos, sendo fundamental a explicação das noções de paradigma indiciário, *corpus* e recorte. Na terceira parte, iniciou-se o dispositivo teórico-analítico com seções/subseções compostas por análises sobre a polarização política, noções sobre o espectro político-ideológico e a patologização do discurso por parte das posições-sujeitos que são atravessadas por questões circunscritas.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. O LUGAR DO SUJEITO

Os principais referenciais teórico-metodológicos da presente pesquisa têm como base a análise de discurso (doravante AD) pecheutiana. Longe de seguir um padrão cartesiano e empenhado por uma busca analítica de um *corpus* elaborado a partir de questões delimitadas inicialmente na pesquisa, a AD enquanto dispositivo teórico-analítico proporciona ao analista um trabalho de interpretação que foge do tradicional. Os sentidos explícitos e implícitos serão alvos de estudo nos enunciados existentes em debates realizados por internautas. Desse modo, as diferenças ideológicas por meio de formações discursivas serão analisadas através dos referidos textos (unidades de sentido), bem como através de outros fatores como, por exemplo, *home page*, perfil de usuários, pseudônimo/apelido (quando houver), etc. Diante de todos esses meios e sentidos formulou-se a seguinte questão: Quais são os efeitos discursivos e ideológicos de postagens/publicações/debates re-preoduzidos por internautas em redes digitais, que expõem posicionamentos de sujeitos, ocasionando o conflito dentro de uma polarização sociopolítica pensada a partir de um suposto espectro ideológico pré-estabelecido para representar os sujeitos da/na interlocução?

Ao considerar a gênese da AD pecheutiana em sua relação com o sujeito da enunciação – que se difere do sujeito do discurso, diga-se de passagem –, é possível compreender a dimensão que atinge o enunciado: uma dimensão que, apesar de ter várias vertentes, se reduz a perspectivas menores que as da AD. Enquanto o enunciado considera ora o eu, ora o agora, etc., o discurso busca uma relação com a língua, com a história, com o sujeito, etc., tudo ao mesmo tempo e podendo, assim, formular conceitos como o interdiscurso e o intradiscurso.

[...] o interesse cada vez mais forte, demonstrado pelos linguistas, em relação aos fenômenos interfrásticos (e por essa via às marcas linguísticas da enunciação e do registro dito parafrástico) abre perspectivas concretas de uma linguística das sequências discursivas, indispensável para o estudo disso que a análise de discurso caracteriza como intradiscurso. (PÊCHEUX, 2014, p. 228).

Com base em diversos fatores que estão associados a interdiscursividade – que para a AD é indispensável para a interpretação –, pois "a questão crucial para a análise de discurso é a do estatuto do sujeito enunciador na fala e na escrita, na escuta e na leitura" (PÊCHEUX, 2014, p. 229-230). Sendo assim, a AD busca o sujeito que interpreta, assim como busca o sujeito que é interpelado discursiva e ideologicamente.

Fugindo um pouco do convencional, os aspectos metodológicos aparecem junto aos aspectos teóricos da presente pesquisa. Esta articulação se deu para que seja possível, incialmente, de modo descritivo – sem a exibição de resultados da análise por meio de recortes, figuras e discussão teórica – definir como foi pensada a proposta metodológica. Desse modo, o que foi construído a partir do referencial teórico-metodológico no capítulo II possibilita uma articulação maior entre teoria e método, referencial teórico e análise dos dados, que respectivamente estão em contato ao longo das seções e subseções presentes nos capítulos I e III destinadas a compreensão dos métodos e da análise respectivamente.

Por outro lado, os "os pressupostos teórico-metodológicos que interessam", presentes aqui, agora, neste espaço no qual, você, caro leitor, lê neste momento, serve não somente para expressar de modo descritivo o que é a metodologia desta pesquisa – há de se pensar que resta apenas isto, pois a análise dos dados não estarão aqui. De todo modo, é importante salientar que não se trata apenas de um trecho descritivo, explicativo sobre a perspectiva metodológica da pesquisa. Este espaço será um espaço de contextualização, inclusive de outras vertentes que tenham alguma ligação com a análise de discurso (AD) pecheutiana – utilizada como pressuposto teórico-metodológico neste trabalho – ou vertentes metodológicas que eventualmente possam ser confundidas com a AD por possuírem algo em comum e/ou por fazerem parte da dimensão que compõe a AD em sua totalidade.

São muitas as vertentes teórico-metodológicas que se aproximam da AD pecheutiana. Algumas destas foram importantes no processo que culminou na criação da AD, enquanto outras foram apenas resultantes das mesmas tendências que serviram como base no mesmo espaço-tempo de suas gêneses. Há ainda espaço para ciências, abordagens, teorias, disciplinas e métodos que compõem a AD enquanto método, enquanto dispositivo teórico-analítico, mas que não deixam de ser ciências, abordagens, teorias, disciplinas e métodos, totalmente independentes.

Pêcheux (1997) já alertava para as consequências dos embates relacionados as concepções metodológicas que disputavam o domínio da interpretação. O que era demonstrado pelo autor como algo que cultural e politicamente já isolava os intelectuais

[...] nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica (PÊCHEUX, 1997, p. 62).

É válida a reflexão de que é possível ler o sujeito a partir de diversos procedimentos metodológicos das/nas ciências da natureza. No entanto, em se tratando de questões culturais, ideológicas, psíquicas, etc. – que envolvem o pensar, o subjetivo –, os sujeitos devem ser explicados a partir das ciências humanas e/ou das ciências sociais. A gênese da divisão – e não oposição, que fique claro – entre ciências humanas e ciências da natureza, deve-se a Dilthey. Schmidt (2016) afirma que "Os objetos das ciências naturais são apresentados empiricamente à consciência através dos sentidos, enquanto os objetos das ciências sociais são, "antes de mais nada, uma realidade interna, um nexo experimentado de dentro" (SCHMIDT, 2016, p. 56).

Essa "reexperiência" como dispositivo para a compreensão do outro foi um importante salto para as ciências humanas, apesar de muito anterior (século XIX) aos dispositivos teórico-analíticos defendidos na presente pesquisa. A AD possui certa aproximação no que tange a esta articulação metodológica que busca compreender o outro. De todo modo, a teoria da compreensão diltheyana se limita a uma compreensão do outro que se restringe ao campo das representações experenciadas. Sobre isto, possui muito mais semelhança com outra área do saber, a fenomenologia.

Diversos ramos da fenomenologia tiveram como foco a relações sociais e, portanto, enquanto método, se limitam a um campo que está relacionado as representações sociais. Na medida em que, através de diversos recursos particulares, busca a compreensão do fluxo do espaço-tempo como representação para os sujeitos através da experiência, descrevese a estrutura interna dos sujeitos em um ato tido como consciente. Diferentemente, a AD busca a relação com o sujeito do inconsciente (o sujeito psicanalítico freudiano/lacaniano), sendo este o sujeito do discurso, inscrito na forma-sujeito pecheutiana: um indivíduo interpelado em sujeito em termos althusserianos. Em outros termos, para a AD, o sujeito não possui consciência de seus atos discursivos/ideológicos.

[...] o método da redução fenomenológica torna acessível o próprio fluxo da consciência, como um reino que existe em si mesmo, em sua natureza absolutamente singular. Nós podemos experienciá-la e descrever sua estrutura interna. Essa é a tarefa da psicologia fenomenológica (SCHUTZ, 2012, p. 71).

Para Husserl, segundo Schutz (2012) que reformula o seu trabalho, o ato, em sua ocorrência, é considerado uma vivência que posteriormente se tornará experiência. Nesse sentido, o objeto referente está na maioria das vivências/experiências, pois somente a partir da reflexão que é possível obter uma experiência significativa, ou seja, uma reflexão sobre o pensamento que poderia ter sido simplesmente uma experiência que não foi significativa.

Segundo Crusoé e Menezes (2020), a partir da fenomenologia de Husserl, foi possível nos diversos métodos – seja de forma subjetiva ou objetiva, mas em especial nas pesquisas qualitativas – delimitar a dimensão do sentido teórica e metodologicamente numa determinada pesquisa. "O característico desta investigação é, portanto, a determinação dos diferentes significados em que pode dar-se o sentido, incluindo o próprio significado como uma de suas formas" (p. 4). Desse modo, os autores supracitados afirmam que: "A consciência natural, aquela que não é educada filosoficamente, só conhece objetos" (p. 5), fazendo uma crítica as ciências que levam em conta o objeto – como se tudo fosse resultado de algo natural, já dado – esquecendo-se do sujeito – que nos remetes a uma série de significações/sentidos.

Ora, o que é isto que é verdadeiramente dado? Nada menos do que o mundo. Pois eu não me apreendo apenas como "eu pensante", eu me apreendo como pensando alguma coisa. Com efeito, toda consciência, conforme a fenomenologia husserliana, é consciência de alguma coisa. Toda consciência visa a um objeto e é essa propensão que ele denomina "intencionalidade" (CRUSOÉ e MENEZES, 2020, p. 6).

Crusoé e Menezes (2020) chamam a atenção para que não se cometa "o equívoco de tomar como vivência tanto a aparição do objeto à percepção, como o objeto "aparecente", enquanto tal. Na verdade, a aparição da coisa é fenomênica, nós a vivenciamos enquanto fenômeno, portanto, o conteúdo da consciência é fenomênico" (p. 7). O caráter fenomenológico busca ancoragem no caráter psicologizante, nas representações sociais, supondo a consciência de um sujeito dotado de intencionalidade, etc. Este caráter não alcança as sobreterminações das materialidades significantes diante de posições estratégicas e de tudo aquilo que acaba caindo esquecimento do sujeito.

[...] tratando de rigor científico e trabalho de caráter crítico, as expressões generalizantes são aparências fenomênicas, muitas vezes resultantes da aplicação de procedimentos empiristas de análise que, por sua vez, não levam em conta as mediações necessárias capazes de propiciar a busca por determinações reflexivas que potencializem na pesquisa a suplantação de definições apriorísticas (BARBOSA, 2016, p. 19).

Tendo como base o "inconsciente" freudiano e ao mesmo tempo a noção de "préconsciente e consciente", Pêcheux (1995) estabelece dois tipos de "esquecimentos" que explicam o assujeitamento do sujeito que o constitui como forma-sujeito. O esquecimento nº 2 está associado a escolha do sujeito a determinadas formações discursivas e ideológicas numa determinada conjuntura na qual o mesmo está inserido e, portanto, interpelado pelo discurso dominante dessa rede de significações. O esquecimento nº 2 marca a ilusão do sujeito em acreditar que poderia ter dito de outro modo, poderia ter pensado de outra forma, quando na verdade está limitado a paráfrases de determinado meio.

Por outro lado, o esquecimento nº 1 está associado ao inconsciente do sujeito em contato com o exterior que é ocultado. Desse modo, a ilusão possui uma relação com a escolha, mas não em detrimento das opções que o sujeito possui e sim, com a ilusão de ser origem/dono de seu discurso. A articulação do sujeito com o esquecimento nº 1 é inconsciente e se trata de uma articulação onde o sujeito é afetado pela ideologia a partir de determinada formação discursiva dominante – inclusive a que recorre a sentidos "pré-existentes" (Ibidem). Para a AD, como afirma Orlandi (1984), "não se trata de analisar um maior número de fatos, ou de pegar no foco "explicativo" da teoria um maior número de fenômenos. Trata-se de ir mais fundo na natureza da linguagem" (p. 24) – "efeitos de sentido (sem pensar um centro do qual parte, mas como possível), as famílias parafrásticas que se formam ao longo do dizer (na relação do dito com o não-dito (sic) mas que se poderia dizer)" (p. 23).

Por este viés, é oportuno ressaltar que apesar de estar associada ao sentido, a fenomenologia husserliana, assim como a fenomenologia sociológica de Schutz, limitam-se ao viés da representação e, enquanto método analítico, estão mais propícias a lidarem com conteúdo. Este fato explica o motivo de muitos pesquisadores – mais contemporâneos em seus diversos contextos e diálogos com as fenomenologias – fazerem análise de conteúdo (AC) tendo como base a fenomenologia para compreender o outro. Mais à frente, especificamente na seção sobre "Dispositivo teórico-analítico", ao tratarmos sobre "abordagem", retomamos a discussão sobre AC, que pode ser confundida com AD e que também possui certa aproximação.

Por ora, é importante ressaltar que nós da AD, diferentemente de todas essas áreas do conhecimento mencionadas até aqui, salientamos que "consideramos básicos os conceitos de interação, de processo constitutivo e de confronto de interlocutores no próprio ato da linguagem" (ORLANDI, 1984, p. 23). Desse modo, Orlandi (1984) faz relação de algumas consequências metodológica e analítica com relação a multiplicidade de sentidos – a

polissemia que é retomada posteriormente também ao tratarmos sobre "abordagem" – que a AD possibilita através da análise de algum recorte feito a partir de algum discurso:

- a) *Consequência teórica:* a literalidade é produto da história. A teoria do discurso é a teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX, 1975).
- b) Consequência metodológica: [...] trata-se de verificar como, entre os vários sentidos, um (ou mais) se tornou o dominante. [...] Operações como a segmentação e a distribuição perdem sua importância em relação à de recortar sequências textuais. O percurso psíquico (linguagem/pensamento dá lugar para o percurso social (linguagem/sociedade), etc.
- c) Consequência analítica: parte-se do múltiplo, do observável e se procuram as condições que estabelecem a dominância de um ou outro sentido [...] (ORLANDI, 2001, p. 145).

A AD possibilita ler o lugar – histórico-social-ideológico – que o sujeito ocupa tanto através de indícios como através do que não está implícito, do não-dito. Apesar de outras ciências possuírem suas particularidades, a AD busca uma filiação teórico-metodológica que não se restringe a sua própria leitura como acontece com outras ciências, como afirma Pêcheux (1997) ao mencionar brevemente algumas áreas que fazem leituras de arquivos.

Por tradição, os profissionais da leitura de arquivos são "literatos" (historiadores, filósofos, pessoas de letras) que têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos (PÊCHEUX, 1997, p. 58).

A tradição linguística, que considera o social como dado e a fala como individual, deve ser rompida para que o sujeito seja visto em sua completude. Abrindo espaço para a multiplicidade de sentidos, sem que o efeito parafrástico de um social já dado seja posto como evidência de sentido, as mencionadas consequências aparecem e orientam a AD enquanto dispositivo teórico-analítico. Outras aproximações teórico-metodológicas não possuem apenas similaridade com a AD em sua totalidade, mas compõem a AD numa mesclagem que possibilita o acesso a polissemia – a multiplicidade de sentidos.

Com a evolução das ciências humanas – a aparição de um novo sujeito, o sujeito do pensamento a partir de uma ótica pós-estruturalista e pautada numa teoria do discurso – e dos estudos relacionados a compreensão do outro, principalmente considerando a ideologia, a história e a linguagem, a função da linguagem, assim como a relação entre sujeito linguagem e ideologia, passam a ser explorados no decorrer desse processo evolutivo das ciências

humanas e sociais. Pêcheux (1995) salienta o importante papel da "função comunicativa da linguagem" (SCHAFF, 1968), explicitando a relação semântica entre significante e significado. Segundo o autor, "para entender o processo de comunicação e também o que é signo e significação, é necessário fazer referência à linguagem por meio da qual nos comunicamos uns com os outros no plano social" (SCHAFF, 1968, p. 306). Neste sentido, a linguagem e a fala são de extrema importância para a formulação dos processos de significações nos mais variados tipos de pesquisas filiadas à semântica. Outrossim, Pêcheux (1995) chama atenção para a "comunicação" e a "não comunicação", havendo espaço par uma dialética onde a linguagem serve para comunicar e para não comunicar frente aos silenciamentos e tentativas de interpelação do outro através da superficialidade.

Conforme Pêcheux (1995), através de uma análise materialista da linguagem, é possível compreender o quanto as desigualdades, existentes entre grupos/classes dominantes e dominados, vão muito além das relações capitalistas analisadas desde a gênese do marxismo. Neste sentido, é importante que a AD seja pensada enquanto dispositivo teórico-analítico e enquanto campo teórico, pois em ambos os casos é feita uma viagem ao passado para que os processos de subjetivação sejam compreendidos em sua totalidade, ou seja: considerando as condições de produção do discurso em que estão inscritos os sujeitos analisados e as contribuições teóricas que deram origem a AD. No caso do dispositivo teórico-analítico, o sujeito (objeto de estudo) é tomado com base nas derivações de seu discurso, enquanto o campo teórico da AD faz um *link* como materialismo histórico e dialético.

Tais vozes, ecoam por vozes de diversas concepções teóricas que, de certo modo, trazem à tona as influências do modelo capitalista em evidência para o Estado. Indo um pouco mais além, o consumismo redimensionado através de um fetichismo cada vez mais líquido – no sentido de ser volátil e ao mesmo tempo ser alvo de desejo, como explica Bauman (2001) – são vestígios de tendências que o capitalismo vende e que ao mesmo tempo o Estado reforça tal empreendimento através das demandas que o capitalismo dita.

A luta contra-hegemônica, que busca a igualdade sempre colocada em primeiro lugar em se tratando dos meios de produção capitalista, significa que: "enquanto as condições nas quais o marxismo se debruçou permanecerem o capitalismo, o marxismo continuará sendo o instrumento analítico mais adequado, mais poderoso, mais abrangente, mais percuciente para revelar esse mundo" (PAULA, 1992, p. 20).

Diante dessas implicações, utilizamos uma análise materialista da linguagem a partir da AD enquanto dispositivo teórico-metodológico com o intuito de reformular as problematizações expostas por Marx, antes mesmo das reformulações diltheyanas sobre a

compreensão do outro para a hermenêutica. "A AD confronta-se com a noção tradicional de hermenêutica e produz um deslocamento no que é ler hoje. Vai recusar o conteudismo (a separação forma/conteúdo) e insistir que o sentido é produzido, restituindo-lhe dessa forma a opacidade" (SILVEIRA, 2010, p. 132). Em outros termos, diferentemente da hermenêutica, a AD busca as interpretações possíveis e não a melhor interpretação.

A dialética de Marx é uma dialética da história humana, que questiona o sujeito social em seu processo histórico onde os fatores econômicos, os meios de produção, determinam como se materializam esses processos. "Não é que a história se resuma – não se trata disso – ao histórico dos modos de produção, mas que os modos de produção, a dinâmica dos modos de produção marca, caracteriza, configura cada momento histórico particular" (PAULA, 1992, p. 28). Sendo assim, a dialética, que está literalmente ligada a manifestação do ser, tem uma "extremamente complexa e só pode ter bom êxito se o método que você usa para compreender essa realidade for capaz de ele próprio ser dialético. Quer dizer, ele próprio tem que se mover, tem que acompanhar essas sinuosidades, esse movimento do real". E para que não restem dúvidas: "A indeterminação é algo fundamental na teoria, na perspectiva dialética" (Ibidem, p. 29-30).

As relações intersubjetivas conferem, em cada rede de significação, uma "marca ideológica a cada sujeito sob a forma de "socialização" do indivíduo nas "relações sociais"" (PÊCHEUX, 1995, p. 155). A religião, a escola, a família, os valores individuais e coletivos, legitimam a ideia que o sujeito tem do eu. Os sujeitos são interpelados ideologicamente através dessa compreensão distorcida de que ser dono do próprio dizer e do modo de pensar, uma vez que estes são direcionados por uma dada rede de significações onde os sujeitos estão inseridos. "O que oculta essa evidência", nas palavras de Pêcheux (1995), seguindo a tese althusseriana, "é o ato de que o sujeito é desde sempre "um indivíduo interpelado em "sujeito"" (p. 155). Nas palavras do próprio Althusser este jogo de interpelação pode ser compreendido a partir do efeito ideológico:

Com todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra 'designe uma coisa' ou 'possua um significado' (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1985, p. 94).

A visão althusseriana tem sua parcela de contribuição na mesclagem de teorias e métodos que compõem a AD em sua totalidade. Althusser foi a primeira grande influência de Pêcheux na formulação de uma teoria crítica do discurso, influenciado por eventos políticos a

exemplo de Maio de 1968. Neste sentido, o materialismo de Louis Althusser, formulado a partir do marxismo, proporciona uma ligação muito forte entre a AD e uma sociologia das relações de produção – que aponta diversas instituições como aparelhos ideológicos de Estado, estabelecendo assim um pilar epistemológico: o aparelhamento social compreendido através do materialismo histórico e dialético, muito influenciado pela psicanálise também.

Buscando desvencilhar-se de leituras stalinistas e/ou revisionistas do materialismo histórico, uma nova prática de leitura foi defendida por Althusser e seu círculo de estudos, sob inspiração direta da psicanálise e, em particular, de Lacan. Daí advém o conceito de leitura sintomal – do mais escondido, situado nem na ausência, nem no mais explícito (BECK *et al.*, 2019, p. 158).

A AD pecheutiana faz esse movimento e, de um modo mais completo para a presente pesquisa, considerando a materialidade do discurso – os processos de ideologização que se convertem em marcas discursivas e, portanto, marcas ideológicas indeterminadas. Por esse viés, as desigualdades sociopolíticas e os silenciamentos político-ideológicos culminam na manutenção, por exemplo, das desigualdades socioeconômicas.

Outras aproximações são mais acentuadas em se tratando do universo estruturalista. Segundo Orlandi (2001), para Saussure, a língua é fator fundamental para a compreensão dos processos que constituem o sujeito. A autora estabelece que na visão saussuriana a língua pode ser entendida enquanto processo, ou seja, como princípio de classificação ou enquanto produto, ou seja, como instituição. De todo modo, a AD vem criticar esse modo de compreensão da língua/fala com limitações direcionadas para atividade constitutiva ou língua oficial. Neste movimento, a fala é vista como algo individual do sujeito e não como um produto interacional, enquanto o social já é dado:

A língua, para Saussure, é um produto social do qual exclui o processo de produção, a historicidade, o sujeito. A fala, por outro lado, é individual, ocasional, histórica (sic) mas nada tem de social. Então, em Saussure, o histórico e o social também estão dicotomizados, e a nossa posição é a de que não se pode separar histórico e social (ORLANDI, 2001, p. 144).

Com um pensamento já partilhado por Saussure, Benveniste afirma que cada falante fala da sua maneira. Para Benveniste, o discurso e a língua possuem funcionamentos distintos apesar de se relacionarem. Desse modo, do ponto de vista da linguística, há uma mão dupla para os linguistas e, diante disso, a "*Linguística do discurso* está aberta aos linguistas"

(BENVENISTE, 1974 apud GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2016, p. 236). A linguística acabou por se desenvolver focada em funcionamentos discursivos, através de certas tipologias: "a descrição de marcas e funcionamentos discursivos – e sua relação com sujeitos empíricos, quadros situacionais e institucionais – desemboca então na caracterização do discurso pedagógico, científico, teórico etc." (p. 236).

Guilhaumou e Maldidier (2016) explicitam informações valiosas acerca da história da Análise de Discurso a partir da "dicotomia estabelecida por Benveniste: enunciado/enunciação" (p. 225). Sobre isto, os autores supracitados salientam que tal acontecimento foi importante para as reflexões do método distribucional de Harris e para tantas outras tentativas de reformulações do sujeito da enunciação. "Tudo se passava como se os sujeitos falantes imprimissem suas marcas próprias no texto, reduzindo a um conjunto parafrástico" (p. 226). De todo modo, este terreno de diversas confusões teóricometodológicas de diversas concepções que se fundiam, acabou por ocasionar no surgimento da AD que se preocupou bastante com condicionantes históricos.

Mas, focada incialmente em preocupações de ordem histórica e teórica, a Análise de Discurso produziu estudos concretos que fizeram trabalhar a questão do sujeito, tirando-a, por um lado, de uma visão psicologizante e, por outro, da empiricidade imediata das situações de comunicação (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 2016, p. 226).

Até aqui, considerando Saussure e Benveniste, é possível compreender a AD como crítica dos movimentos teórico-metodológicos impulsionados por estes autores. A partir desta crítica, em especial a Saussure, a AD formula um de seus pilares epistemológicos: a convenção linguística externa ao sujeito – sendo o sujeito interpelado pelos efeitos de sentidos discursivos na/da linguagem.

Tal concepção extrínseca nos remete ao que de fato pode ser intrínseco ao sujeito na/da linguagem. Deste modo, a AD busca entendimento na psicanálise lacaniana, que através de uma reformulação dos estudos de Freud sobre o inconsciente, faz relação ao "inconsciente estruturado como uma linguagem". Segundo Coutinho Jorge (2008), Freud explica que as representações consideradas conscientes estão mais próximas das coisas que são representadas externamente, ou mais precisamente em palavras. Quando se trata do inconsciente, as representações são apenas coisas que não podem ser explicadas, afinal de contas estão guardadas no inconsciente, uma vez que este não possui intencionalidade para que as coisas sejam representadas como palavras.

Ao final do artigo sobre "O inconsciente", Freud [...] formula que a representação consciente abarca tanto a representação-coisa quanto a correspondente representação-palavra, ao passo que a representação inconsciente é apenas da ordem da representação-coisa (COUTINHO JORGE, 2008, p. 73).

Nas redes sociais, as numerosas mudanças estão evidentes através dos mais variados tipos de gêneros advindos das novas tecnologias digitais. Todas novidades circulam como sentidos que são capturados pelo sujeito, havendo espaço para derivações de sentidos e subversões:

O que seria um saber que recusa as atribuições antinômicas de *erudito* e de *sensu comum* ao mesmo tempo, recusando, no mesmo golpe [...] o inconsciente introduz no campo do saber novidades irredutíveis, que nos arrastam para longe das dualidades habituais com que estamos acostumados a pensar, e às quais podemos dar o nome de *subversões*, acompanhando gesto de Lacan. (ELIA, 2004, p. 8).

Desse modo, é possível dizer que segundo Lacan, ao analisar Saussure e Freud comparando-os, o saber produzido no inconsciente se trata do saber do Outro. Tratam-se de derivações de sentidos que marcam a apropriação/interpelação do indivíduo em sujeito. Numa articulação da AD com a psicanálise lacaniana, outro pilar epistemológico é estabelecido: a intervenção do inconsciente através do(a) discurso/linguagem.

Nas conclusões de *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1995) deixa claro que conceitos como interdiscurso, intradiscurso, efeito-transverso e pré-construído não se tratam de termos relacionados aos fenômenos linguísticos. Estes conceitos se referem ao todo complexo das formações ideológicas e discursivas, relacionados a base linguística, onde, numa de suas proposições o autor estabelece que o indivíduo é interpelado em sujeito na medida em que o sentido é produzido no interdiscurso, estabelecendo-se a forma-sujeito. O sujeito freudiano – do inconsciente – é fundamental para compreender o que diz o autor sobre as determinações que sustentam o pensamento: "em suas "formas" e seus "conteúdos" pelo impensado" (p. 261). Ainda segundo o autor, o *non-sens* é essencial para a atribuição do sentido e recorrendo as teorias lacanianas, a metáfora proporciona ao sujeito a atribuição de sentidos de uma palavra por outra. O sentido literal, em termos semânticos, é então impossível ao considerar as redes de significações e as determinações do sujeito em regiões do interdiscurso onde o mesmo é interpelado assumindo a forma-sujeito.

1.2. NOÇÃO DE SUJEITO

O rompimento de algumas barreiras ao longo da trajetória humana, especificamente o atual encurtamento do espaço-tempo advindo da era técnica da pósmodernidade, estabeleceu um mundo cheio de rupturas. Os padrões não são mais visíveis como nas antigas sociedades tradicionais. Há em jogo vários seguimentos que se entrecruzam e se contradizem. São várias formações ideológicas em jogo e isso afeta diretamente o sujeito com "o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos" (BAUMAN, 2001, p. 14).

[...] estamos passando de uma era de "grupos de referência" predeterminados a uma outra de "comparação universal", em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosas e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo. (*Ibidem*).

A análise de discurso de linha francesa (pecheutiana) explica os processos de subjetivação – onde sujeito é constituído na e pela linguagem, atravessado pela materialidade significativa do outro (PÊCHEUX, 2002). Sobre tais processos é oportuno um *link* com interiorização dos costumes, que é facilmente explicada pela exemplificação de Laraia, que traz uma importante reflexão acerca de Heródoto (484-424 a. C). Por esse viés, o autor supracitado fala sobre a aceitação ideológica, que pode ser – que se assemelha ao campo dos costumes em Laraia:

Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos então de que estes são os melhores do que todos os outros (LARAIA, 1986, p.11).

Partindo pelo pressuposto de que o trabalho está estritamente ligado a questões culturais, tal afirmação permite entender como a problemática, especialmente no que se diz respeito às influências sociais, seja de fato um empecilho para educadores, por exemplo, que devem saber lidar com as diferenças naturais de meios externos ao ambiente educacional.

Esta afirmação converge com os embates que têm acontecido em vários meios virtuais como o *Facebook, Twitter, Instagram, Youtube*, dentre outros ambientes que é possível de forma virtual comentar em publicações. As redes sociais, como uma das várias

ferramentas das ciências técnicas que servem para encurtar o espaço-tempo e proporcionar informação, acabam por oferecer este terreno propício ao debate. Este fato poderia ser considerado de fundamental importância para o que Orlandi (2001) chama de "discurso polêmico²" – que fique claro, neste ponto que concordo com a autora, mas que em se tratando de ambientes digitais, não há uma reflexão crítica por parte dos sujeitos que debatem em defesa de seus posicionamentos, o que pode ser explicado pela imediaticidade explicada pela mesma autora. Estes discursos não são colocados entre o discurso polêmico e autoritário como acontece em algumas instituições, a exemplo da educação que é criticada pela Orlandi ao defender que a escola enquanto aparelho ideológico do estado silencia os alunos.

Pensando ainda sobre a imediaticidade, cabe salientar que as redes sociais em redes virtuais funcionam de acordo com essa dinâmica. As redes sociais sofrem constantemente atualizações e seus usuários acabam sendo interpelados por este arsenal de informações novas. Em um momento algo novo pode ter uma excelente aceitação e brevemente pode ser alvo de um cancelamento ou pode simplesmente cair no esquecimento dos sujeitos-cybers. Outrossim, a interação destes sujeitos com estas redes, os colocam numa posição de interlocução em que a forma-sujeito é estabelecida conforme as atualizações dos meios. O espaço-tempo que está encurtado acaba por encurtar a reflexão também.

Os sujeitos da interlocução virtual não sofrem um silenciamento por parte de instituições específicas como acontecem em outras esferas da sociedade física. A liberdade nas redes sociais corrobora com uma total perda de escrúpulos por parte de vários internautas que insistem em não aceitarem o que enxergam como erro do ponto de vista ideológico. Por isto o discurso polêmico em redes virtuais tem sido algo muito parecido com o discurso de "torcedores" ou fãs" de alguns esportes. Diga-se de passagem, o futebol é um exemplo muito claro desse tipo de comportamento, onde os sujeitos torcem e defendem com unhas e dentes os seus times/clubes sem um mínimo de criticidade ainda que o time esteja indo muito mal. Na cena futebolística não há respeito com relação as diferenças, ou seja, com relação aos que torcem por uma bandeira diferente. De modo geral, este tipo de atitude tem ganhado força como relação a outras instâncias da esfera social e isso tem dificultado o que Valente (1999, p. 63) afirma ao dizer que "Aceitar as diferenças e enriquecer-se com elas continua a ser um problema que hoje ninguém sabe resolver porque supõe o reconhecimento à alteridade [...]".

_

² Para Eni Orlandi, os discursos lúdico, polémico e autoritário são os mais frequentes na interlocução entre sujeitos que expõem seus posicionamentos por meio de formações discursivas. De todo modo, a autora defende que o discurso polêmico é o mais ideal para que o sujeito da interlocução não esteja seja interpelado ideológica e discursivamente por outros discursos que não pertencem a suas filiações discursivas e ideológicas. O que de certa forma, causaria a ausência de reflexão crítica por parte do sujeito.

Convenhamos que atualmente autores como o Bauman (2001) — por uma via psico-sociológica — expliquem que os sujeitos vivem angustiados no mundo "pós-moderno" e o encurtamento do espaço-tempo como acontece nas redes sociais tem contribuído e agravado esta situação, pois espera-se muito da era técnica e o que o capitalismo promete através dela não passa de uma ilusão propagada por grupos ou classes dominantes. Outros autores como o Fisher (2020) — em uma leitura materialista — responderão estas questões dizendo "que é preciso reformular o problema crescente do estresse e da angústia nas sociedades capitalistas. Em vez de atribuir aos indivíduos a responsabilidade de lidar com seus problemas psicológicos, aceitando a *ampla privatização do estresse*" (FISHER, 2020, p. 37). Compreender as regiões do espectro certamente ajudará na compreensão das desigualdades socioeconômicas ou pelo menos para um ensaio por uma tomada de consciência de classe, que, diga-se de passagem, não daria conta de diversas questões que podem ser mais ou menos entendidas como restritas as problemáticas levantadas pelas ciências sociais. Sem restrições deste tipo, o que não se restringe as classes, assim como estas, será tomado por uma ótica materialista ao longo do texto.

Apesar de já ter sido explicado anteriormente, na introdução, nesta etapa os termos *grupos* e *classes* reaparecem *juntos* para contrastar as demandas mal compreendidas do espectro político-ideológico. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 14), "os valores da modernidade – liberdade, igualdade, autonomia. Subjetividade, justiça, solidariedade – e as antinomias neles contidas mantêm-se", na pós-modernidade e/ou mais recente contemporaneidade volátil, de sentidos flutuantes. Segundo este autor, isto acaba por proporcionar uma "sobrecarga simbólica, na medida em que significam coisas cada vez mais díspares para diferentes pessoas ou diferentes grupos sociais, com o resultado de que o excesso de significado gera trivialização e, consequentemente, naturalização" (Ibidem, p. 14).

Voltando a questão da angústia do sujeito pós-moderno, é oportuno retomar o que diz a psicanálise sobre a angústia (algo próprio do sujeito) e em especial o que diz Luciano Elia sobre a emergência da angústia ou emergência do sujeito:

A aparição do sujeito no cenário do pensamento se fez através da angústia e da incerteza em relação ao que se dera até então como um mundo mais ou menos compreensível para o entendimento do homem [...]. A humanidade precisaria esperar mais três séculos por Freud e pela Psicanálise para dispor de elementos que lhe permitissem entender a relação entre essas duas formas de emergência, a do sujeito e a da angústia, a ponto de poder enunciar que essa relação é de equivalência: a emergência da angústia é a emergência do sujeito. (ELIA, 2004, p. 13).

Hoje em dia a angústia pode ser compreendida através desse *link* entre sujeito do inconsciente e as tendências e/ou cyber-tendências explicadas por Bauman. De todo modo, é oportuno que questões mais complexas sejam levantadas neste momento, a exemplo da a angústia e/ou emergência do sujeito que deixam evidente o fato de que o inconsciente é independe, podendo chegar a ser oposto a regras do sistema estrutural. As produções do sujeito – especificamente empírico – não podem ser totalmente explícitas na materialidade da linguagem, pois com "a emergência de determinada produção do inconsciente, impõe-se supor que algo como um sujeito encontre-se em operação no inconsciente" (ELIA, 2004, p. 17). Isto explica o quanto as diferenças materializadas discursivamente em ambientes virtuais podem representar os valores dominantes de forma equivocada por parte dos sujeitos que ilusoriamente acreditem estar em uma posição de reflexibilidade.

Os mistérios do inconsciente e o "sujeito em deriva" (ELIA, 2004), estabelecem um elo entre o sujeito com os valores, costumes e questões mais complexas que estão associadas a subjetividade do sujeito. Não é possível negar o sujeito do inconsciente, seja por questões associadas a fatores socioculturais pertencentes a determinadas ideologias, seja por questões simbólicas que, de certo modo, politizam os sujeitos em relação a posturas contrahegemônicas. Os efeitos de sentido que atravessam o sujeito da AD emergem da deriva dos enunciados materializados em seus discursos. Sobre o objeto de pesquisa, estrito a redes digitais/virtuais/sociais, trago algumas considerações de outro trabalho que desenvolvi ainda na graduação:

Em debates nas redes sociais o discurso mais comum aparentemente é o polêmico, que é aquele que existe por um impasse de contradições por trás de uma formação ideológica proferida através de um enunciado, uma opinião. O discurso lúdico também aparece nesses meios, com uma frequência um pouco menor, pois são de certa forma a ilusão da razão no imaginário do sujeito ou simplesmente um discurso que objetiva a comunicação interpessoal, por exemplo, sem que aja de fato um debate, uma discussão de ideias (MONTEIRO, 2016).

A problemática do discurso polémico está muito além de questões que estejam associadas ao desrespeito e embates entre sujeitos. O sistema capitalista – que está no campo da liberdade econômica – que, por sinal, hoje em dia em uma de suas vertentes associadas ao espectro político-ideológico tem sido de forma já naturalizada chamado de neoliberal, implica na formação do sujeito, até mesmo na formação do sujeito pensante. Em outras áreas do espectro político/ideológico, sobre liberdade social, os paradigmas pautados no que é atualmente compreendido por conservador – que equivale a autoritário – e por progressista –

que equivale a liberal, mas não no sentido econômico como acontece com a sequência "neoliberalismo" – há uma sucessão de equívocos que orientam as posições dos sujeitos.

[...] vivemos no sistema capitalista, e a razão de que falam, é a razão capitalista, razão esta sujeita a muitas formas de contradições. O que é liberdade para este sistema? O que é democracia? O que são direitos individuais para o sistema capitalista? No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. (ORLANDI, p. 31, 2014).

As condições de produção são importantes nesse sentido e através destas será possível compreender os enunciados, bem como as formações ideológicas e discursivas com relação às minorias e seus discursos apoiados no 'politicamente correto'. Em se tratando do que em diversos contextos é definido como 'politicamente correto', é importante uma reflexão acerca dos diversos lugares – pedagógicos ou não – em que o discurso autoritário barra discursos considerados inapropriados, desrespeitosos ou inadmissíveis dentro de uma dada conjuntura. Segundo Courtine (2006, p. 147), há "um mercado escolar disperso em uma ladainha de instituições públicas e privadas, laicas ou confessionais: difícil em um tal quadro apontar uma autoridade linguística qualquer". As condições de produção do discurso delimitam então "um poder de legislar sobre a língua, dos agentes ou dos processos de controle dos discursos". O que A pode dizer sobre B e o que B pode dizer sobre A, traz à tona a polarização em que A ou B discordam havendo espaço para a deslegitimação do outro em contrapartida aos limites do dizer do eu.

Algo que marca a contradição da retórica de militâncias em prol de minorias é este caráter autoritário e disruptivo outrora criticado pelas mesmas militâncias quando praticado por grupos e/ou classes hegemônicos:

Essa tendência, entretanto, é particularmente forte: consequência do triunfo do comunitarismo na esfera universitária, ela tornou incontornáveis as problemáticas da diversidade cultural fundadas sobre o gênero, o pertencimento étnico, a preferência sexual, a idade ou a deficiência, enquanto ao mesmo tempo uma retórica da desconfiança vinha desqualificar, pelo simples fato de sua origem, todo objeto teórico, histórico ou literário de proveniência "masculina" ou "branca" (COURTINE, 2006, p. 148).

O autor supracitado expõe ainda mais detalhes sobre este efeito de censura da ideologia comunitarista no meio acadêmico:

Esses discursos e essas práticas têm uma história. A dominação em um campo acadêmico da ideologia comunitarista se desenvolveu

progressivamente ao longo dos anos 70 na esteira do movimento igualitário dos direitos civis dos anos 60. Ela pouco a pouco estendeu nos anos 80 e 90 sua influência discursiva, com efeitos no campo da palavra pública que os analistas de discurso conhecem bem (COURTINE, 2006, p. 149).

Na contramão disto, formações discursivas filiadas as ideologias hegemônicas e/ou reacionárias polarizam contra este suposto autoritarismo, por exemplo, considerando acontecimentos mais recentes do Brasil contemporâneo, dizendo que não existe liberdade de expressão nas universidades, ou que existe uma suposta ditadura em determinadas instâncias do poder judiciário que buscam investigar certas instâncias do poder executivo e legislativo (tudo isso incrivelmente sendo reclamado a pedido de uma suposta "intervenção" militar: uma forma autoritária com caráter disruptivo e efeito de censura), ou ainda dizendo que não deve ser obrigatório o toque de recolher ou o uso de máscara em locais públicos em se tratando das formas de combate aos males da pandemia da COVID-19, etc. "Face ao agravamento dessa crise, a denúncia do politicamente correto, esse signo ostensivo do comunitarismo à la americana, vem oportunamente desviar o assunto" (COURTINE, 2006, p. 150).

Todos esses efeitos de sentido são fenômenos característicos da "modernidade líquida" (BAUMAN, 2001). Dito isto, e retomando a questão do espectro político/ideológico, as formações ideológicas materializadas nos discursos analisados tratam-se de uma leitura do processo de constituição do discurso no/do interdiscurso – fatores históricos, ideológicos e sociais devem ser considerados:

A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso. O que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, objetividade material essa que, como diz M. Pêcheux (1988), reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. É isso que fornece a cada sujeito "a sua 'realidade' enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas". (PÊCHEUX, 1988 *apud* ORLANDI, 1996, p. 39).

Orlandi (Idem) ainda completa de forma conceitual que "Garantia de legitimidade e de interpretação: para que nossas palavras façam um sentido é preciso que (já) signifiquem". Assim é possível observar a permanência de um sentido no discurso autoritário (paráfrase); a multiplicidade de sentidos no discurso lúdico (polissemia); o equilíbrio entre o mesmo e o diferente no discurso polêmico – "o equilíbrio entre polissemia e paráfrase" (Idem, 2001, p. 155). Em outros termos, os efeitos metonímico e metafórico aparecem conferindo novos deslizamentos de sentidos. Como explica Pêcheux (2002), abrem-se espaços para a deriva, o sentido outro que se estabelece através do simbólico no/do funcionamento discursivo.

1.3. METÁFORA E METONÍMIA

Alguns sentidos são deslocados em determinadas sequências discursivas presentes em alguns discursos ou enunciados — de modo que, o deslocamento passa a ser atualmente utilizado por outros sujeitos. É como se o sentido anterior nunca tivesse existido e assim as práticas discursivas se naturalizam ao ponto de serem reproduzidas em alguns circuitos, podendo alcançar inimagináveis proporções. Assim como para a psicanálise lacaniana, os significantes passam por este processo de naturalização e são inconscientemente reproduzidos pelos sujeitos interpelados por este novo sentido que, por sua vez, poderá ocupar a posição de sujeito, ou seja, a posição do Outro. Esse processo pode ser chamado de deslocamento de sentidos ou mais precisamente de metonímia, segundo os estudos de Lacan (2008).

A metonímia é uma figura de linguagem fundada em relações de contiguidade ao longo do eixo diacrônico da língua. Caracteriza-se como um processo de transferência de denominação, por meio do qual o objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio (TFOUNI *et al.*, 2016, p.1259-1260).

Para compreender a metonímia é fundamental que se compreenda a metáfora, pois ambas se relacionam na tese lacaniana que compara metáfora e metonímia com condensação e deslocamento em Freud. Coutinho Jorge (2008) explica que para Freud em "A interpretação dos sonhos", a "particularidade do *deslocamento* é a de que ele refaz o conteúdo latente, alterando o lugar da ênfase que neste era atribuída a determinados elementos significantes primordiais" (p. 87), enquanto que, por outro lado, "a *condensação* implica na reunião num mesmo e único elemento de uma *pluralidade de elementos de alto valor psíquico*, tendo como efeito igualmente a distorção e o disfarce de sua evidenciação" (p. 88). Desse modo, o deslocamento em Freud, é para Lacan (1998), o mesmo que remeter um significante a outro, que equivale ao processo metonímico – metonímia. Já a condensação freudiana, é, na visão lacaniana, a substituição do significante, que equivale ao processo metafórico – metáfora: "Na metonímia, a conexão dos significantes entre si elide o significado e remete ao objeto do desejo sempre faltoso na cadeia [...]. Na metáfora, trata-se da função de substituição de um significante por outro significante através da qual precisamente o sujeito é representado" (COUTINHO JORGE, 2008, p. 89).

Coutinho Jorge (2008), ao explicar a tese lacaniana em paralelo com a psicanálise freudiana, salienta que "a subjetivação das vivências depende do processo de simbolização que a linguagem permite e que está no próprio cerne da experiência psicanalítica" (p. 91). Os processos de subjetivação, enquanto representações discursivas e ideológicas, podem ser compreendidos como processos metafóricos. Para o sujeito cada significante simboliza um significado diferente do que pode ser materializado como real discursivamente ou até mesmo ideologicamente em seu imaginário. Em outros termos, a "representação" do sujeito na constituição do "sentido" que é tomado como "referência" deve ser pensada a partir da distinção entre estes termos destacados, como propõe Pêcheux (1995) sobre Frege em Semântica e Discurso: o sentido não é individual nem universal; a representação é individual; e a referência é objeto que o sujeito designa representatividade e/ou sentido.

Com todas essas rupturas, há ainda os sentidos que são deslocados e coletivamente utilizados não somente no interdiscurso como também redimensionados em proporções maiores, podendo atingir o intradiscurso, atravessando os sujeitos em processos que são naturalizados, ou seja, no discurso do Outro:

O Outro é o lugar do **significante**, é o registro do **simbólico**, que Lacan denomina de Outro na medida mesma em que o campo dos significantes é faltoso, é incompleto e nele há sempre a possibilidade de introduzir, por meio de um ato criativo, um novo significante. [...] Logo, o lugar do significante é nomeado por Lacan de **Outro** porque ele jamais é o **mesmo**, ele é sempre diverso de si mesmo, ele nunca apresenta uma identidade definitiva: ele é pura *alteridade* (COUTINHO JORGE, 2008, p. 92).

A alteridade pode ainda ser compreendida de acordo com três instâncias na visão lacaniana. Lacan (1998), afirma que existe uma falha no imaginário do sujeito, sendo esta, nas palavras do autor uma "hiância congênita que o ser real do homem apresenta em suas relações naturais" (p. 416). No tocante a este fato, é possível compreender a relação real-simbólico-imaginário. Diante das reformulações lacanianas sobre a diferença sexual em Freud, o real pode ser representado como algo visto pelo sujeito em seu imaginário que apresenta uma falta originária: a hiância que faz o sujeito recorrer ao simbólico, sendo este último intimamente ligado a fala.

Logo, o simbólico é aquele registro, heterogêneo ao imaginário, que vem ocupar no sujeito o lugar da falta real primordial de seu imaginário. Acha-se, assim, indicado o valor estruturante dos três registros para Lacan, bem como a sincronia de seu advento no sujeito falante (COUTINHO JORGE, 2008, p. 95).

De acordo com a AD pecheutiana, os sentidos são reproduzidos e determinados pelo socio-histórico-ideológico – sendo estes fatores influenciáveis nos sentidos que os sujeitos materializam no intradiscurso e no interdiscurso. A este fato, é oportuno recorrer as considerações de Lacan (1985, p. 297) sobre a relação entre significante (som e grafia) e significado (conceito), que se trata de uma relação "sempre fluida, sempre prestes a se desfazer". Desse modo, tomando emprestado as condições de produção do discurso (socio-histórico-ideológico) da AD, considerando as redes de significação que se dão por esses processos, é possível afirmar que os signos são suscetíveis a rupturas, opacidades e deslocamentos que os sujeitos interpretam ao serem interpelados discursiva e ideologicamente num dado discurso/enunciado.

Para Lacan, o ponto-de-estofo e, antes de mais nada, a operação pela qual "o significante detém o deslizamento, de outra forma indeterminado e infinito, da significação". Em outras palavras, é aquilo por meio do qual o significante se associa ao significado na cadeia discursiva (DOR, 1989, p. 39).

É importante salientar que os signos compõem as sequências discursivas que dão sentidos a discursos e enunciados. Desse modo, "portanto, como faz Lacan, que é sempre retroativamente que um signo faz sentido, na medida em que a significação de uma mensagem só advém ao final de sua própria articulação significante" (DOR, 1989, p. 40). Metáforas e metonímias influenciam diretamente os sentidos dos signos que compõem determinados discursos e/ou enunciados.

O desdobramento da articulação significante na sequência falada necessita, pois, que examinemos suas consequências no nível das duas linhas semânticas: metáfora e metonímia, que sustentam o processo de linguagem na direção paradigmática e na direção sintagmática (DOR, 1989, p. 40).

Há um perigo por trás desse processo de transferência de denominação, pois, desse modo, sentidos são deslocados. Do ponto de vista discursivo, o deslocamento em si, poderia não ser considerado algo perigoso em uma rede de significação, mas do ponto de vista ideológico, a naturalização dos sentidos pode vir a ser algo que interpele o sujeito ideologicamente num sentido que o remeta a uma posição subalterna (ou permanência da subalternidade) a grupos e/ou classes hegemônicos.

1.3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Na evolução da cena do pensamento entre os séculos XVII e XIX, o sujeito do pensamento emerge como um sujeito crítico que não é conhecedor de verdades incontestáveis. Neste sentido, o enfraquecimento de algumas tendências religiosas tidas como verdades antes desse período e, portanto, que começou a se enfraquecer a partir do século XVII, acaba por ser de extrema importância para a ótica que se tem com relação aos processos de subjetivação do sujeito do século XIX, acompanhados dos grandes embates dos séculos das luzes e dos valores burgueses disseminados a partir da Revolução Francesa. Sobretudo, com relação a questões políticas e jurídicas de um sujeito marcado por uma opacidade que pode ser caracterizada como liberdade no pensamento foucaultiano.

O sujeito em sua *opacidade* torna-se, então um sujeito de saber impossível, até mesmo de uma ignorância necessária. E essa mesma opacidade garante ao sujeito um espaço de liberdade: o caráter indizível e inefável de subjetividade 'protege', efetivamente, o sujeito de uma verdadeira injunção política e jurídica na transparência do 'dizer tudo' (HAROCHE,1988, p. 62).

Como já dito anteriormente, as condições de produção do discurso são de extrema importância para a formulação das identidades que residem num sujeito em sua interação com o interdiscurso, a forma-sujeito (PÊCHEUX, 1995). De todo modo, considerando o intradiscurso, os acontecimentos que atravessam a forma-sujeito não devem ser esquecidos/desconsiderados. Há interpelação tanto no interdiscurso como num intradiscurso.

Nesse sentido, Orlandi (2008) explica que os processos de produção do discurso podem ser reconhecidos por momentos relacionados: 1) a constituição que é inicial e tem relação com os arquivos que podem ser acessados de inúmeras formas num dado espaçotempo, mas que possui ligação com a memória histórico-ideológica; 2) a formulação que se trata do contexto da produção dos discursos e da posição do sujeito (Quem? O que? Onde foi produzido?); e a circulação, associada a conjuntura (Quando? Para quem? Por que?).

Desse modo, tendo como base o encurtamento do espaço-tempo e a velocidade da disseminação de novos sentidos (BAUMAN, 2001) – sentidos que foram cada vez mais desde os séculos das luzes, disseminados a partir de sobredeterminações em forma de embates nas diversas áreas das ciências, "a condição pós-moderna" (LYOTARD, 2019) – bem como a disputa pela dominância de sentidos em redes digitais/virtuais/sociais, o sujeito acaba por ser interpelado de diversas formas. Nestes espaços regulatórios – seja por regras do discurso jurídico para as redes sociais ou por linchamentos virtuais, a chamada "cultura do

cancelamento –, de disputa político-ideológica e de manipulação da conquista da opinião pública que garantem o poder político (CHARAUDEAU, 2016).

No tocante ao poder político, e com relação aos modos de produção dos discursos neste âmbito, os processos se dão com base na opinião pública. Seja pela razão ou pela emoção, os recursos que são utilizados para a persuasão estão estritamente ligados ao discurso. As mentes dos sujeitos são "manipuladas" (CHARAUDEAU, 2016) através da linguagem, através do sentido dominante que representa as formações discursivas e ideológicas que os "interpelam" (PÊCHEUX, 1995). Por outro lado, é importante refletir acerca do fato de que que a manipulação, como propõe Charaudeau, não funciona como um agente externo à ideologia, mas sim como formações discursivas que funcionam de acordo com a demanda de uma determinada ideologia.

Patrik Charaudeau (2016, p. 24) afirma que o sujeito é "simultaneamente, o que não é o outro e o que ele é". Neste ponto o autor (Ibidem) esclarece que o sujeito não pode ser único, mas que também não possui uma identidade totalmente baseada na formação das identidades construídas através da coletividade. O sujeito é, então, fragmentado ao ponto de possuir várias identidades que podem ser compreendidas como coletivas num ou noutro contexto, mas que acaba sendo único com a junção de todas essas identidades — em especial com o olhar do outro se volta para o sujeito, ou do sujeito para o outro, pois este olhar também é único e dependerá do lugar histórico-social-ideológico que ocupam.

Enunciados como democracia digital (e-democracia) circulam em torno da naturalização do digital com a promessa que suprirá todas as demandas possíveis encurtando o espaço-tempo e supostamente oferecendo inúmeras possibilidades. A liberdade de expressão, a transparência com relação a questões de instituições governamentais e a construção de coletividades, são características que dessa promessa de uma nova democracia pensada a partir do cibernético. De todo modo, nos três pontos há de se pensar que o sujeito – único e ao mesmo tempo coletivo – não possui toda essa liberdade, não é independente da interação com o meio e, por último, está suscetível a compreender de forma ímpar os meios de produção e, inclusive, ser interpelado em disputas de dominâncias de um sentido no meio digital.

Em outros termos, o sujeito se sente livre sem se dar conta de que segue uma ideologia ofertado por grandes corporações digitais através de uma lógica binária e/ou algorítmica preocupada com o lucro. Ao mesmo tempo toda esta noção de liberdade reproduzida pelo meio digital remete o sujeito uma posição de fácil interpelação. Neste ponto, os novos sentidos que circulam, como explica o Bauman (2001), são os sentidos mais ou

menos úteis a lógica dos meios de produção no âmbito digital. A materialidade digital tem promovido novos espaços em vários sentidos: de debates, de identidades, de representação de espaços reais como (aulas, museus, ruas, etc.), da noção de liberdade de poder dizer o que pensa e de discordar sobre temas gerais, de re-produzir "novas verdades" negando as antigas, etc. Estas são algumas das várias condições de produções que legitimam parte considerável dos sentidos que flutuam nas redes de modo preocupante contra grupos ou classes subalternos e segundo o que se estabelece na presente pesquisa.

Ao considerar a atual conjuntura sociopolítica junto a polarização que se constitui em redes sociais, a inquietação da presente pesquisa busca investigar publicações/postagens, diálogos/intercâmbios e/ou comentários sobre questões polêmicas relacionadas ao espectro político em redes digitais, especificamente com relação aos prováveis equívocos neste sentido para que seja possível relacionar de que forma interpretam ou legitimam questões que possuem ligação com discurso reacionário em um jogo discursivo-ideológico de disputas políticas. Muitas dessas disputas são marcadas por movimentos que tem se apropriado das redes digitais com um discurso que se aproxima de diversas vertentes reacionárias:

Ridículos e ridicularizados, arautos de uma nova ordem liberal fascista têm se utilizado muito bem das novas tecnologias de informação e comunicação. A difusão de uma série de organizações de estudos políticos, com viés ideológico claramente postado na direita extrema do arco político, foi capaz de atrair jovens da pequena burguesia abastada inconformados com os resultados da "democracia liberal" (BARBOSA, 2015, p. 11).

O autor supracitado completa a citação afirmando que vem ocorrendo certa "acentuação dos preconceitos voltados contra pobres e pretos, contra marxistas e socialistas de qualquer matiz" (Ibidem). A quem interessam os discursos produzidos contra estes grupos ou classes? Decerto, esta reformulação de um inimigo interno interessa a grupos/classes vinculados a formações ideológicas dominantes. A falta de compreensão do espectro político implica numa identificação por valores de grupos ou classes dominantes, ainda que os sujeitos interpelados por estas ideologias não sejam parte destas num sentido mais à direita ou mais à esquerda, por exemplo.

Ainda segundo o autor (Ibidem) o termo extrema-direita – muito utilizado no meio jornalístico ou por figuras públicas da cena eleitoral – causa a impressão de que existe uma outra direita mais aceitável ou que possua intelectuais filiados a estas supostas vertentes. É aceitável que exista este efeito de sentido de que intelectuais não se vinculam a extrema-

direita. No entanto, diferentemente do que propõe o autor ao tentar reparar os equívocos a partir da ideia de um chauvinismo autocrático que se ancora na memória discursiva dos herdeiros do sigma³, há um deslocamento de sentido no que tange a questões relacionadas ao espectro político. De todo modo, questões relacionadas a mais recente direita conservadora, que tem dominado as redes digitais através da "pós-verdade⁴" (TESICH, 1992) ou até mesmo através de "efeitos de verdade" (MONTEIRO, 2021), tratam-se de problemáticas que têm muito a ver com esta proposta:

A concepção da ideologia integralista, como expressão dos valores chauvinistas que marcaram as primeiras décadas do século XX, desde sua gênese, defende a instauração de um estado centralizador baseado numa lógica corporativista sob a base de valores marcados pelo fundamentalismo religioso. O modelo de "Estado Integral" [...] é um modelo autocrático (Ibidem, p. 37).

Outra região pela qual circulam os sentidos mal compreendidos sobre o espectro político é a do discurso religioso. É possível perceber no discurso religioso o seu teor autoritário, de discurso autoritário como diria Orlandi (2001), ou de aparelho ideológico como em termos althusserianos. Haroche (1988, p. 65) explica que "quando a ordem religiosa é poderosa, mantém, de certa forma, uma relação de *submissão* ao discurso" sobre o sujeito. Este discurso religioso/autoritário interpela o indivíduo em sujeito.

O importante para todo poder, que este seja religioso ou jurídico, é 'fazer-se entender', mas sem ser 'interpretado', nem *a fortiori* 'criticado'. 'Fazer-se entender' é desde logo fazer-se *obedecer*, sem por isso se fazer compreender além da obediência buscada à submissão do sujeito do discurso (HAROCHE, 1988, p. 66).

De modo geral, para que seja possível compreender as nuances que surgiram por inquietações orientadas pelos objetivos delimitados, é preciso que se faça uma associação do discurso em análise com as condições de produção do discurso. Mais adiante, no Capítulo II, o conceito de "condição de produção (CP)" é explicado na subseção sobre o "Corpus" – neste caso, a CP é tomada a partir do corpus. No "recorte 1" sobre a "figura 1" no Capítulo III, as

⁴ Termo criado por Steve Tesich para a revista *The Nation* em 1992, como referência à ideia de que a verdade não era tão importante quanto o que se imaginava verdadeiro. No entanto, dentro dos termos da presente pesquisa e com base na circularidade do termo desde o ano de 2016, este neologismo refere-se hoje ao fato de novas verdades que aparecem para deslegitimar e se sobrepor a verdades que já eram consideradas legítimas em

um jogo discursivo determinado por questões ideológicas.

-

³ O sigma se trata de um símbolo matemático (Σ) utilizado por membros da Ação Integralista Brasileira (AIB) fundada nos anos 30 do século XX.

condições de produção do discurso são capturadas em análise que tem como base signos, suscetíveis a rupturas, opacidades e deslocamentos que acontecem no espaço-tempo. Nesse trecho da análise, o significante "esquerda" – que pertence a linha econômica do espectro político – possui um sentido deslocado/naturalizado para questões relacionadas a linha social do espectro – liberal/progressista.

Os recortes para a formação do *corpus* possuem relação com o arquivo e sua materialidade digital é de suma importância para compreender as formas como circulam os sentidos. A partir da análise dos diferentes lugares e sujeitos que falam de determinados lugares, faz-se um recorte – sendo este recorte discursivo e não exatamente um recorte digital, mas uma unidade de sentido que é analisa a partir das condições de produção do discurso.

1.3.1. Discurso político

Os discursos mais atuais, relacionados aos mais variados tipos de temas, debates e questões sobre as quais os sujeitos disputam o sentido dominante, fazem parte de um "processo discursivo da mundialização" (ORLANDI, p. 29, 2014). Todos esses processos discursivos delimitam a polarização política que se estabelece sobre todas estas questões relacionadas a politização dos sujeitos.

Questões tingidas de culturalismo, muito próximas da emergência do politicamente correto, do ecologismo, e de certa concepção, que eu chamaria de moralista e comportamental, de sociedade. De toda forma, é inegável que um fato importante neste processo é o da noção de sociedade ter-se aproximado da noção de cultura. Noções solidárias da de democracia (ORLANDI, 2014, p. 29).

Os movimentos e processos discursivos com os quais os sujeitos se filiam discursiva e ideologicamente, se tratam de modos que recorrem a noção de ideologia e que representam a cultura. Neste sentido, a ideologia tem relação com o político, o divisível da/na constituição dos sujeitos em sua relação com o inconsciente. Já a cultura, está relacionada a política, pela via das representações, "aquilo que se representa como visível, claro, explicável" (ORLANDI, p. 29, 2014). Resumindo: o político, no sentido ideológico/inconsciente/subjetivo e a política no sentido cultural/representativo/comum.

Os ideais iluministas apresentaram ao mundo uma nova noção de subjetividade do sujeito, pois o coloca como um indivíduo que "deixar de depender dos outros para decidir por si como pensar e agir" (ORLANDI, p. 31, 2014). Nesse entremeio, muitas questões devem ser

consideradas paralelamente com as bases estruturais do sistema capitalista. A memória discursiva iluminista precisa ser reformulada de acordo com os ditames das condições de produção capitalista, pois:

No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. Não vivemos o mundo pensado pelo Iluminismo e tampouco suas ideias permanecem como então. São outras as condições de existência, é outra a ideologia, é outra a representação do sistema de ideias que aí funcionam, o imaginário (ORLANDI, p. 31, 2014).

São vários e vários apagamentos com o passar do tempo e o sujeito em meio a todas essas reformulações não percebe que a antiga lógica capitalista/reacionária continua dominando, interpelando os indivíduos em sujeitos. As noções sobre o espectro político vêm a calhar, pois o discurso reacionário não tem poupado esforços para manter o triunfo da lógica capitalista de exploração ontem ou hoje, e certamente não poupará amanhã.

Tfounie Pereira (2019) salientam que "uma posição progressista [...] pode ser interpretada até como de esquerda", mas ressaltam que uma dada posição discursiva ou ideológica considerada ""progressista" e "de esquerda" não precisam convergir necessariamente para o mesmo campo de sentido, nem corresponder à mesma posição ideológica" (p. 160). No entanto, isso tem ocorrido constantemente no senso comum, o que chega a ser um efeito metonímico sobre as posições no espectro político, especificamente sobre os significantes 'progressista e/ou liberal' e 'esquerda', mencionados por Tfouni e Pereira (2019). O mesmo acontece com os significantes 'conservador e/ou autoritário' e 'direita', uma vez que, o termo liberal tem sido utilizado para fazer referência ao que é conhecido como de 'direita'. Todos esses deslocamentos têm sido direcionados para 'direita' e 'esquerda' que dão sentido ao esquecimento que pode ser compreendido como uma absorção em nível parafrástico: 1) progressista e liberal (no sentido social) = esquerda; 2) conservador, autoritário e (no sentido econômico) = direita.

AD pecheutiana se apropria do materialismo histórico e dialético fazendo uma releitura sobre a noção de ideologia como ato consciente do sujeito. Desse modo, a AD considera tal noção como sendo uma ilusão, uma vez que o sujeito é, segundo a AD, interpelado ideologicamente, ou seja, não é consciente do processo de constituição das formações ideológicas que o mesmo se filia. Considerando o discurso político, seja do ponto de vista partidário/eleitoral, seja do ponto de vista aristotélico, que considera o sujeito coletivo e individual, ou de qualquer outro ponto de vista, o sujeito é interpelado ideologicamente.

Parte desse percurso inclui a reformulação do caráter de interpelação da ideologia, em que o efeito do recalque incide sobre a naturalização semântica dos enunciados de modo constitutivo; ainda que a posição-sujeito possa também ser resultante de uma tentativa de reparar, contornar, por meio de recursos linguísticos e interpretativos, o lugar da alienação (TFOUNI; PEREIRA, 2019, p. 157).

Ao falar sobre filosofia de Husserl sobre subjetividade e objetividade, Pêcheux retoma a importância da subjetividade desde então. Nesse sentido, a subjetividade é tomada a partir dos pronomes pessoais e demonstrativos, pois, a partir destes, o sujeito faz menção a uma re-produção que diz respeito a sua forma de pensar sobre um dado assunto em determinado enunciado. Este sujeito para Husserl, segundo Pêcheux, é o sujeito das representações "Sabe-se que Husserl exprime essa relação por termos como "unidade de consciência" ou "experiência da consciência", etc., fazendo da consciência o ponto zero, a "origem" das representações" (PÊCHEUX, 1995, p. 56). Indo um pouco mais além desse paradigma, Pêcheux explica também a visão de Frege, que "ao contrário, insiste constantemente no fato de que, se as representações estão ligadas ao sujeito, isso ocorre na medida em que ele é seu portador" (p. 56). Convenhamos que as teorias voltadas para as representações se restringem ao campo da enunciação, diferente do que propõe a AD, que busca uma análise mais profunda – do sentido, que não se reduz a ideia de representação, mas que se aprofunda em condições de produção que perpassam o conjunto sócio-históricoideológico. De todo modo, ainda em Husserl - com base em Pêcheux - o sujeito se filia a formações discursivas e ideológicas que representam verdades em uma rede de significações para o mesmo, sendo estas verdades subjetivamente diferentes das verdades do outro. Estes sentidos são inscritos no discurso político, que, por sinal, interpela os sujeitos ideologicamente.

É preciso considerar que de modo geral a ideologia está em todo e qualquer âmbito do pensamento, sendo re-produzida por sujeitos e para sujeitos. Isto acontece a partir de formações ideológicas que se contradizem e ao mesmo tempo se entrecruzam. Afinal de contas, o sujeito é fragmentado, no sentido de que é atravessado por diversas formações ideológicas que o dominam havendo sempre diversas possibilidades de contradição entre estas formações. Assim sendo, "o conceito de *ideologia em geral* torna possível pensar o "homem" como um "animal ideológico"" (PÊCHEUX, 1996, p. 148), mas a ideologia dominante se faz em diversas formações ideológicas que, obviamente, dominam o sujeito. Não se trata de uma única ideologia, mas de várias formações ideológicas materializadas em formações

discursivas que fazem parte de uma rede de significações onde o sujeito por meio da identificação-interpelação acredita ser a causa de si mesmo.

Segundo Pereira (2019, p. 892), "uma Formação Discursiva (doravante, FD) estabelece o que pode e deve ser dito em meio a uma dada conjuntura". Para que fique bem delineada a noção de formação discursiva (FD) e também de formação ideológica (FI) – que é uma dimensão abstrata da FD (materializada no discurso), podendo uma ou mais FDs estarem filiadas a uma FI –, é importante retomar o pré-consciente e o inconsciente freudiano a partir das reelaborações lacanianas explicadas por Pêcheux (1995). Este último salienta que "o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente)" (p. 175). Em outras palavras, ao acessar uma representação, por mais que pareça consciente, o sujeito apenas atinge o estado de pré-consciência nesse movimento de representatividade, "embora sua articulação real [...] seja inconsciente". A paráfrase e a metonímia aparecem para "representar" em uma instância individual para o sujeito. Desse modo, "as duas articulações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva (podendo, então, uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia)" (p. 175).

A formação discursiva "numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (PÊCHEUX, 1995, p. 160). O discurso é uma ocultação do inconsciente que faz reformulações de acordo com as condições de produção do discurso, sendo o universal pré-consciente e do campo dos sentidos, enquanto a representação é individual agindo de modo inconsciente.

Entre o inconsciente e o pré-consciente (ou até mesmo consciente em outros termos), são várias as formas de ilusão da autonomia do pensamento do sujeito. Deste modo, uma ou outra formação domina o sujeito, sendo a FI reformulada de acordo com as condições de produção de sentidos por parte deste sujeito em contado com uma dada FD. Uma FD representa a materialidade discursiva de uma FI, havendo então diversas FDs e FIs que se contradizem e interpelam um único indivíduo em sujeito. No tocante a presente pesquisa, as noções sobre esquerda/direita, liberal/progressista e conservador/autoritário, são noções que marcam esta contradição, percebida através da materialidade discursiva do sujeito que revela-a partir do processo de análise do analista (pesquisador) – a FD que o sujeito está filiado e/ou é dominado, que, consequentemente, revela também a FI que o domina. O sujeito é atravessado por diversos processos discursivos (incluindo muitos que se contradizem) e assim é interpelado/dominado por FDs e FIs que se contradizem ou não, escupindo a forma-sujeito:

O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico* (corpo verbal). (PÊCHEUX, 1995, p. 177).

Esta forma-sujeito que dá sentido ao imaginário linguístico, depende dos processos discursivos, que marcam as reformulações das FDs e FIs de acordo com as condições de produção do discurso. Citando Possenti, Pereira (2019) afirma que existe uma dependência da FD em relação ao interdiscurso e "mesmo que haja vários pré-construídos postos a circular pelo interdiscurso, somente os "aceitáveis" em um dado lugar do imaginário podem ser selecionados" (POSSENTI, 2009ª *apud* PEREIRA, 2019, p. 894). É oportuno, a partir desta reflexão, pensar que uma determinada FI está atrelada a uma ou mais FDs que o sujeito recorre para reproduzir materialmente aquilo que está em seu imaginário, em defesa de uma determinada ideologia, de uma determinada FI. A interpelação é ideológica ao passo que a reprodução é discursiva, de modo que a interpelação não acontece sem o discurso.

Tendo como base os discursos mais ou menos aceitáveis e o *status* de enunciado que alguns discursos adquirem, vale a reflexão acerca do sujeito que tem um lugar privilegiado conferido aos que enunciam de um lugar marcado/reconhecido pela autoridade. A autoridade dada a um sujeito, uma instituição, um grupo, etc. ou sujeito que fala em nome de algum grupo, instituição, etc., confere ao sujeito um lugar de privilégio para interpelar o outro. Ao tratar sobre o discurso pedagógico e sobre o lugar do professor em sua posição de autoridade, Orlandi (2001) explica que "esse lugar é o que nos aponta como professores (mestre, "gurus"). Daí o risco da cristalização. Não é abstrata a vontade da autoridade, ela é claramente marcada na relação de ensino" (p. 35). Este lugar de professor, de mestre, de guru, é oportuno para a interpelação do outro, do sujeito que é fisgado pela FD que pertence ao sujeito que ocupa o lugar de autoridade do discurso de uma dada FI, proporcionando o consenso, a cristalização do discurso dominante. O sujeito Olavo de Carvalho⁵, que apesar de não ser professor por formação, mas que leciona e é reconhecido como professor e filósofo por seus seguidores, ocupa este lugar de guru da direita e/ou guru do Bolsonaro. Dentro desta representação simbólica, o referido sujeito tem em seu discurso esse poder de persuasão dada

-

⁵ Mencionamos aqui um sujeito a partir de uma posição social (sujeito empírico) apenas para que seja feita referência a este lugar de autoridade, que possui relação com a posição-sujeito (de um dado lugar social-histórico-ideológico). Este mesmo sujeito (empírico) aparecerá mais adiante – no terceiro capítulo, na seção sobre polarização política – em análise a partir de um enunciado de autoria do referido sujeito. A posição-sujeito é o que interessa para a pesquisa, pois somente através desta é que os efeitos de sentidos por trás das FDs e FIs são revelados.

a autoridade do sujeito professor em se tratando de uma parcela considerável de sujeitos que se filiam a FD direita-conservadora.

Por outro lado, os mestres e gurus, mais precisamente os professores de fato, vêm sofrendo ataques por parte de defensores da "Escola sem Partido". Neste ponto, vem sendo construída a ideia de um novo guru para representar os valores conservadores (confundido por muitos como valores de esquerda). Constrói-se aqui, a partir deste lugar, a ideia de que precisamos de novos mestres e de que profissionais da educação estariam exercendo certa doutrinação, até mesmo num sentido partidário como explica Pereira (2019).

A questão levantada por Pereira (2019) sobre efeitos de sentidos em torno da "Escola sem Partido" é de suma importância tanto para o trabalho do analista enquanto pesquisador como para o pesquisador analista em seu trabalho ético. Trata-se aqui do compromisso ético e político existente na AD francesa com relação as redes de sentidos sócio-históricas, incluindo sobre o contraste ordinário posto aos diferentes lugares de interpretação.

O recorte é orquestrado por uma dimensão discursiva e textual mais ampla comprometida com suas condições de produção, condições de possibilidade de se dizer a partir de um lugar da rede de sentidos que considera o outro na produção de efeitos entre posições-sujeito do discurso. Em suma, o recorte remete ao alcance menos imediato e mais comprometido com a polissemia do sentido do que com um valor comunicativo ou informativo (ORLANDI, 2001b, *apud* PEREIRA, 2019, p. 898).

Conforme Pereira (2019), ao analisar efeitos de sentidos sobre a Escola sem Partido, é impossível que não exista um comprometimento com determinadas posições políticas no âmbito educacional institucionalizado. No entanto, este autor (Ibidem) salienta que "este comprometimento não está atrelado de forma tácita ao sentido de partido de esquerda ou de direita" (p. 900). Mais adiante, no terceiro capítulo, são retomadas questões sobre estas regiões do espectro – atreladas ao apagamento de outras regiões – e sobre FDs e FIs filiadas ao discurso reacionário.

1.3.2. Discurso de ódio

A polarização entre esquerda e direita, seja com suas distorções cometidas pelo senso comum ou não, atribui sentidos de outros significantes que vão além dos termos

⁶ Um exemplo crucial para o entendimento da circulação deste sentido é o movimento Escola sem Partido criado desde 2004. Disponível em: http://escolasempartido.org/>. Acesso em 25 fev. 2020.

liberal/progressista e conservador/autoritário. O fascismo e o comunismo aparecem muito nos discursos da atualidade e, neste sentido, muitas generalizações são cometidas de forma equivocada pelo sujeito do senso comum:

Segundo Bobbio (2001), direita e esquerda são termos antitéticos utilizados para designar posturas doutrinárias, ideológicas e partidárias contrárias. "Fascismo e comunismo representam na história deste século a grande antítese entre esquerda e direita"; [...] Já o comunismo é um sistema político-econômico que se opõe ao capitalismo. Não há relação necessária entre esquerda e comunismo. Todavia, nos últimos anos no Brasil, tem sido comum relacionar o comunismo à posição partidária de esquerda [...]. Tratase, pois, de um discurso do senso comum que promove o medo histórico do comunismo (agora vestido de esquerda) e instiga o ódio contra quem se identifica com essa orientação política (BOBBIO, 2001 *apud* STORTO e ZANARDI, 2019, p. 396).

Segundo Silva et al., há um redimensionamento de significantes em que os sujeitos "são chamados a participar desse discurso discriminatório, ampliar seu raio de abrangência, fomentá-lo não só com palavras, mas também com ações" (SILVA et al., 2011, p. 448). Desse modo, o sujeito que é entendido como "cidadão/pessoa de bem" de forma totalmente contraditória faz o uso desse mecanismo de significação que em muitos casos discrimina, patologiza e até mesmo em alguns casos literalmente deseja o mal ao outro – sujeito empírico/social que está filiado a formações ideológicas antagônicas aos valores ideológicos de grupos conservadores de "direita", geralmente chamados apenas de direita pelo senso comum. Por outro lado, tem se tornado comum também a aparição de discursos de ódio do outro lado do espectro político – liberal/progressista e/ou esquerda, geralmente chamados apenas de "esquerda" pelo senso comum.

O ódio disseminado em redes digitais/sociais/virtuais trata-se da materialização discursiva de ideologias relacionadas a "defesa de elementos ideológicos comuns, como o nacionalismo exacerbado, o corporativismo e o anticomunismo" (BARBOSA, 2016, p. 19). Estas premissas são consideradas preocupantes por servirem a um discurso reacionário interessante para as classes dominantes. No entanto, isso não isenta o "outro lado" – ideologias associadas à esquerda ou ao progressismo/social-liberalismo, reduzidos a uma via dicotômica no imaginário do senso comum – a se manifestarem materializadas em formações discursivas que sejam compreendidas como discurso de ódio numa retórica ao reacionário. Enfim, a contradição marca estas relações de reprodução/transformação.

Segundo Pêcheux (1996, p. 143), "o campo da ideologia não é, de modo algum, o *único elemento* em que se dá a reprodução/transformação das relações de produção de uma

formação social". O autor supracitado enfatiza que é preciso considerar também as determinações econômicas neste campo — ideológico — onde acontece a reprodução/transformação das relações de produção. Neste ponto, as regiões do espectro político vêm a calhar, pois generalizações/naturalizações atravessam as noções que circulam sobre o espectro. Seja sobre o espectro ou sobre quaisquer questões políticas, os aparelhos ideológicos de Estado althusserianos são cruciais para o domínio desta ideologia "mais forte" ou em outros termos, cercada por determinações/condições que a fortalecem interpelando o sujeito.

[...] essas condições contraditórias são construídas, num dado momento histórico e numa dada formação social, pelo *conjunto complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado* contido nessa formação social. Digo conjunto *complexo*, ou seja, um conjunto com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus "elementos", e não um simples rol de elementos (PÊCHEUX, 1996, p. 144).

Barbosa (2015) esclarece que as influencias chauvinistas das primeiras décadas do século XX deram sentido a modelos autocráticos de projetos de Estado centralizador. Sendo este, "fundamentado em pressupostos de exclusão de seus antípodas e de fortalecimento da ordem e da colaboração das classes sociais, através da legitimação de valores patrióticos e de veneração, disciplina e compromisso com o Estado nacional" (Ibidem, p. 65). Trazendo esta reflexão para a atualidade, mais precisamente a partir das eleições de 2018, a priori, é possível captar muitas semelhanças com as narrativas que culminaram na vitória do atual presidente da república. Posteriormente, formações discursivas e ideológicas que serviram e servem como base para montar o arsenal de enunciados em prol da manutenção ou fortalecimento deste mesmo governo também possuem um ideal similar as ideias chauvinistas autocráticas.

Assim como Alberto Torres, com o "caráter reformista e conservador de suas propostas" (FELIX, 1985 *apud* BARBOSA, 2015, p. 68), influenciou a ideologia integralista nos anos 30 do século XX, Olavo de Carvalho fez e segue fazendo o mesmo com a ideologia do que conhecemos e é definida hoje em dia como direita de modo generalizante. Esta comparação entre os dois autores é possível pelas nuances que o significante "direita" não dá conta. Reside aqui a necessidade de explicitar que os valores do integralismo chauvinista autocrático de Torres possuem muita similaridade com a direita conservadora – em termos menos generalizantes – de Carvalho. Para além deste contraste que perpassa pelo espectro político, é possível notar, em ambos, propostas pautadas num reformismo genuinamente

nacional que enaltece o ruralismo e o cristianismo, apontando para uma cooperação cívicomilitar para a manutenção da ordem.

Retornamos aqui à ideia de guru que se construiu com base nestas frentes reacionárias. Enunciados que circularam antes mesmo das eleições de 2018 – como veremos na análise do *corpus* no terceiro capítulo – e também durante as eleições retomam a ideia da existência da necessidade de intervenção cívico-militar aliada a uma suposta necessidade de derrocada a ideologia de grupos considerados de esquerda. Diga-se de passagem, segundo Pereira (2020, p. 296) circula-se um sentido de que existem "áreas consideradas "menos aplicadas" (como as chamadas Ciências Humanas e Sociais), que em tese pouco resultado trariam". Todos estes sentidos de discurso de grupos ou classes defensores de ideologias reacionárias podem ser considerados "efeito de simulacro" e/ou "aparente espaço de polêmica" (POSSENTI, 2009a *apud* PEREIRA, 2019, p. 908).

Além do questionamento a conhecimentos/saberes sustentados pelas ciências, estes movimentos neoconservadores apresentam sugestões de reformulações que negam incondicionalmente os arquivos das respectivas áreas mencionadas ao passo em que tornam os diversos âmbitos, onde são evocadas questões sobre estas áreas, propícios ao embate marcado por um ódio justificado por uma retórica que não reconhece a alteridade. Em outros termos, cada sujeito possui a sua verdade absoluta defendida a todo custo contra os argumentos/arquivos do outro, vistos como algo diferente mais ou menos medíocre por não ser digno de aceitação.

1.4. LETRAMENTO, LEITURA E ARQUIVO

Como parte das condições de produção é relevante notar que a discussão sobre o espectro político dentro do contexto digital, delimitado na presente pesquisa, passa pela questão que relaciona letramento, leitura e arquivo. Afinal de contas, as publicações e embates aqui analisados dão margem para as interpretações — por parte do analista (pesquisador) ou dos analisados — com relação ao outro com prováveis lugares que implicam, dentre outros fatores, o nível de letramento. Desse modo, sendo uma pesquisa voltada para o âmbito digital — especificamente as redes sociais — é oportuno que as condições de produção do discurso sejam analisadas de acordo com o arquivo (Cf. Pêcheux, 1997: *Ler o arquivo hoje*).

O discurso informático, podemos assim dizer, tem contribuição significativa na expansão dos sentidos "sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas de massa" (PÊCHEUX, 1997, p. 63). Cabe aqui dizer que novas práticas de massa politizam – no sentido de que interpela os sujeitos – para o lado de uma formação ideológica que pode deslegitimar outras formações, estabelecendo a forma-sujeito em um jogo discursivo de caráter disruptivo. Em se tratando da atual conjuntura sociopolítica brasileira e das reproduções dos mais variados tipos de discursos reacionários, a forma como o sujeito faz o trabalho de leitura de um determinado arquivo para mobiliza-lo de um determinado modo tem forte relação com o nível de letramento deste sujeito em relação as regiões e posições que se estabelecem no intra-interdiscurso.

Segundo Mazière (2011), o processo pelo qual se realiza a leitura política, é "um processo sem sujeito" (p. 25). Do ponto de vista discursivo, há um grande equívoco neste sentido, pois o discurso político assim como tantos outros discursos, é atravessado pela ideologia. Ao mesmo tempo, é oportuno que seja colocado aqui que a política está em todo lugar, apesar de ser vista pelo senso comum como algo que privilegia o discurso eleitoral, a cena político-partidária.

O arsenal de informações que são compartilhadas em redes digitais estabelece opções para os sujeitos que tenham relação com determinados arquivos, podendo interpretar com base em arquivos de outros âmbitos ou até mesmo construir novas interpretações em uma relação de identificação/interpelação com novos dizeres. Assim constitui-se a forma-sujeito. Ao mesmo tempos, as representações em contextos digitais e o compartilhamento de ideias e de notícias/informações – falsas ou não – devem-se ao fato de que "somos dotados de alguma base psíquica que nos permite trocar a realidade por alguma coisa que nunca existiu ou que já não existe mais" (FREUD, 1988a *apud* BELINTANE, 2018, p. 278). Tudo isso, sem deixar de considerar o constante debate na disputa por um sentido dominante que caracteriza a polarização política que faz parte da essência do sujeito contemporâneo e/ou pós-moderno. O sujeito que supostamente é dono do seu dizer, não mais silenciado como em outros tempos. Em outros termos, o sujeito equivocado, que acredita ser dono do seu dizer.

Para boa parte das ciências contemporâneas, a essência do homem está mesmo nesse pendor para a simulação, pois é a partir dela que erguem seus edifícios simbólicos, constroem seus mitos, literaturas, teorias e tecnologias. Talvez, a operação mais difícil e complexa a ser extraída desse dom seja a capacidade de retroagir sobre o efeito da ilusão para segurar minimamente

alguns princípios que permitam cotejos com a ordem lógica ou (i)mediata do mundo (BELINTANE, 2018, p. 278).

Nas visões freudiana, lacaniana e pecheutiana, a constituição do sujeito se dá de forma inconsciente, embora sejam atribuídas a terminologias diferentes como sintomas, significantes e discursos. De todo modo, para a compreensão do modo como se constitui o sujeito do inconsciente, é oportuno que pensemos o sujeito que se vê através do Outro e que se preocupa em como é visto pelo outro. Nesta relação entre o sujeito – a formulação do Eu – com o Outro e com o outro, aparece a identificação, que é guiada pela interação social, cultura e política materializada em discurso.

É a este mesmo discurso que devemos a valorização de uma série de "valores-emblemas", hierarquizados em nome de uma bolsa de valores imaginária, mas sob a égide do campo sociocultural. O termo de imaginário significa aqui que a definição concernente à realidade da coisa nomeada cede seu lugar à função de valor identificatório que ela terá (AULAGNIER, 1979, p. 167).

Pensemos então na relação do sujeito do inconsciente com os arquivos que os cercam em contextos digitais influenciando o seu processo de identificação-interpelação constantemente atualizado. O arquivo é lido/acessado/mobilizado pelo sujeito que num destes movimentos faz um jogo de interpretações. Tfouni, Assolini e Pereira (2019, p. 3), parafraseando Pêcheux (1997), dizem que "somente transcrevem, copiam e reproduzem os arquivos inaugurados pelos intérpretes, isto é, aqueles que têm o direito de produzir leituras originais". Ou seja, os sujeitos que reproduzem não são autores de tais discursos, apesar de acreditarem que são donos dos discursos que materializam a ideologia de outros sujeitos e instituições que, na maioria dos casos, representam a ideologia de grupos ou classes dominantes.

Apesar de alguns autores estarem disseminando a ideia de que letramento possui o mesmo sentido de alfabetização na medida em que o sujeito letrado é também o sujeito alfabetizado, é oportuno esclarecer que letramento e letrado possuem sentidos diferentes de alfabetização e alfabetizado. Para que não restem dúvidas, "são metaníveis referentes às estratégias de interpretação de analfabetos e pouco escolarizados diante do padrão lógico da escrita" (TFOUNI, 2006 *apud* TFOUNI; ASSOLINI; PEREIRA, 2019, p. 6). De todo modo, é possível afirmar que "[...] o sujeito letrado e alfabetizado é, de fato, mais poderoso do que o sujeito letrado não alfabetizado" (TFOUNI, 1995, p. 97), pois o sujeito letrado-alfabetizado acaba tendo acesso a uma variedade de arquivos. Sobre este sujeito letrado que possui acesso

a uma variedade de arquivos sobre diversos conhecimentos/saberes, convém pensar o quanto estes arquivos estão à mercê de novos arquivos que os negam criando "efeitos de verdade" (MONTEIRO, 2021) a exemplo dos mencionados nas subseções anteriores sobre Discurso político e Discurso de ódio.

Mobilizado/lido/acessado pelo sujeito, o arquivo é definido pelas condições de produção em que estão inscritos e assim especula-se até que ponto o sujeito deve/pode ser considerado letrado dentro de uma dada conjuntura social-política-ideológica. As condições de produção do discurso definem os modos como os sujeitos produzem e/ou reproduzem discursiva e ideologicamente. Trata-se de uma construção histórica e social onde os sujeitos são interpelados pelas circunstâncias sócio-históricas que os afetam.

[...] o sujeito da linguagem não é o sujeito-em-si, mas tal como existe socialmente e, além disso, a apropriação da linguagem é um ato social, isto é, não é o indivíduo enquanto tal que se apropria da linguagem uma vez que há uma forma social dessa apropriação (ORLANDI, 1996, p. 188).

Há um impulso metafórico presente na língua, que funciona como discursividade inscrita na história do sujeito que ocupa um dado lugar – não somente histórico, mas também ideológico e social –, que produz sentido de acordo com a posição deste sujeito reproduzida na linguagem que encobre este jogo. "É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo" (PÊCHEUX, 1997, p. 66). Este arquivo está em constante mudança, sendo afetado pelos diferentes lugares que ocupa no espaço-tempo – lugar histórico-social-ideológico, lugar de intervenção política e interpelação, lugar onde o arquivo perde ou ganha legitimidade em detrimento de acontecimentos que o afetam.

Cada geração possui mudanças nas correlações de forças socioeconômicas que silenciam discursos que não são favoráveis as suas formas de controle. Se por um tempo as sociedades deram start no senso de justiça social colocando em pauta o discurso politicamente correto e a necessidade da adoção de políticas de ações afirmativas como tantas outras ações que deveriam reparar as injustiças com minorias e grupos ou classes não-hegemônicos, hoje em dia a situação se inverte. As tendências discursivas e ideológicas se voltam contra esses mesmos grupos ou classes e isso se deve ao fato de novas mudanças nas correlações de forças socioeconômicas, com outros atores políticos e/ou novas posições-sujeitos diferentes à frente,

com interesses da classe dominante em uma frequência ainda maior do que em outros momentos históricos.

[...] o controle do silêncio político é possível porque existem "mediadores" (personagens discursivos), ou seja, vozes de autoridades que têm o poder de administrar a produção dos sentidos [...]. Em cada momento histórico, protagonistas diferentes podem assumir o papel de mediador, como o sacerdote, o intérprete, o crítico, o intelectual, o jurista, a mídia, o livro didático, mas seja qual for o mediador, ele sempre representará a classe dominante (ORLANDI, 1997 apud PACÍFICO, 2013, p. 209).

Como advento da tecnologia e o encurtamento do espaço-tempo e todos os sentidos que circulam, inclusive com relação ao negacionismo científico, novas verdades e fatos são materializados em redes digitais representados por sujeitos e instituições que se identificam com formações ideológicas e discursivas que estabelecem a forma-sujeito num jogo de dominância. De modo paradoxal, pois às vezes negam a mensagem, mas não o mensageiro, a chancela institucional da ciência não é mais interessante aos sujeitos que se sentem identificados pelas formações ideológicas e discursivas que não se filiam a ciência. Estes novos arquivos que negam a ciência falam através de vários outros lugares: o sujeito que se sentiu violado e enganado, por exemplo, por instituições que se filiam ou se posicionam ao lado da ciência num determinado acontecimento que se torna pauta de uma determinada disputa.

A disputa por um sentido dominante tem tido uma repercussão muito grande nas mídias virtuais e por isto as informações têm sido muito questionadas pelos interlocutores que defendem posicionamentos distintos. Como afirma Belintane (2018, p. 275), "diante do recobrimento da realidade pelas mídias contemporâneas, mais do que nunca cabe à educação preservar as possibilidades de aprender e de se apreender a partir dos incômodos do *real*". O fetiche das tecnologias que encurtam o espaço-tempo oferecendo "informação" – entre aspas mesmo porque é questionável pelo viés da dúvida pós-moderna no âmbito cyber – possibilita a interpelação dos indivíduos em sujeitos não somente pela rede virtual, mas por outras redes de significações que estejam filiadas a outras formações discursivas e ideológicas, mas que pode deslegitimar até mesmo o conhecimento científico

Como os suportes eletrônicos atuais são de uma pregnância mais imediata que a escrita, ou seja, oferecem um mundo sedutor e em movimento, disposto a ser manipulado, resta-nos indagar quais são as vantagens e desvantagens dessas características para a educação, para o ensino (BELINTANE, 2018, p. 277).

Cabe aqui, com esta reflexão, salientar que existe um objetivo com relação a tais demandas, que:

[...] é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática — e, logo *também* nele — os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (PÊCHEUX, 1997, p. 67).

Dentre os diversos mecanismos de controle por parte do estado e por parte de grupos e/ou classes hegemônicos, a ideologia dominante se faz presente ao naturalizar, através desses mecanismos, certos discursos na esfera social. Desse modo, as formações ideológicas que representam os interesses dominantes ou tudo aquilo que a ideologia dominante precisa que os sujeitos interpretem como sendo comum e, portanto, aceitável, interpelam os sujeitos e assim o que interessa para a ideologia dominante, enfim se materializa nos discursos das massas como valores suscetíveis a mudanças em determinados lugares: "[...] a ideologia dominante faz parecer natural que a busca pelo saber "comum" seja pretendida por todos (os "bons" alunos), sem que haja o questionamento acerca de que saber é esse, quem o instituiu como sendo um saber legitimado" (PACÍFICO, 2012, p. 89).

Pautados numa ideia de igualdade sem considerar as diferenças de ordem cultural, ideológica, econômica, social, histórica, etc., os interesses dominantes, em especial os interesses reacionários denunciados na presente pesquisa, são disseminados como algo que deve ser reproduzido e, inclusive, com a ideia de que inexista desigualdade. Desse modo, a noção de letramento atrelada a escolarização/alfabetização orienta a lógica de que o sujeito letrado, no sentido de escolarizado/alfabetizado, possui mais autoridade para falar sobre diversos assuntos relacionados ao universo científico ao mesmo tempo que possui mais capacidade para resolução de tantas outras questões que não são necessariamente ligadas ao contexto dos estudos.

[...] os discursos altamente letrados – científico, pedagógico, escolar – ao fazerem uso da lógica, alimentam a ilusão de que esta lhes é exclusiva e a única considerada adequada. A escolarização, por exemplo, propaga a crença no raciocínio lógico e dedutivo como a forma predominante, porque se acredita que ele seja o mais organizado e claro para o sujeito do discurso, visto que sustenta a crença de que todos são iguais para usar a língua, o que está de acordo com os ideais de manutenção da "ordem social" (TFOUNI e PEREIRA, 2009, p. 68).

Como dito pelos autores supracitados, há certa predominância de manutenção de dominância também nos âmbitos ondem circulam – no sentido de prevalecerem – os discursos pedagógico-científico-escolar. Esta dominância desconsidera outros discursos e práticas que também podem ser consideradas letradas como, por exemplo as práticas cotidianas letradas. Neste emaranhado a problemática que evoca o reconhecimento a alteridade no que tange letramento, leitura e arquivo, não se limitam a um embate entre o que é científico-acadêmico e o que não é. O que deve ser estranhado ou resistido são as articulações dos discursos e/ou ideologias reacionários como os exemplos das formações neoconservadoras tratadas nesta dissertação. A resistência é importante para a emancipação do sujeito e o letramento é imprescindível em tempos onde o negacionismo científico-acadêmico paira sob a égide do discurso de grupos ou classes dominantes.

Cabe aqui pontuar que as redes digitais/digitais/sociais se tratam de espaços discursivizados como quaisquer outros, onde a deriva dos sentidos dá margem para processos discursivos/ideológicos de interpelação/identificação e, por tanto, sujeito são educados em contextos informais ou não, institucionais ou não. Eis aqui um fato que deve ser vigiado com muito cuidado em se tratando de contextos digitais/virtuais/sociais, pois são espaços que possui uma dinâmica de compartilhamento e alcance muito poderosa, ao passo em que arquivos dos mais variados tipos sirvam para marcar a contradição legitimando determinadas posições. As formas como os sujeitos leem estes arquivos está entre uma das preocupações da pesquisa que busca informar/educar para a emancipação dos sujeitos que ocupam as piores posições socioeconômicas diante da atual conjuntura sociopolítica brasileira. O letramento político e/ou consciência política é o caminho.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo introduz a AD enquanto dispositivo teórico-analítico em uma seção que traz inicialmente uma explicação acerca do paradigma indiciário de Ginzburg. Em seguida, a partir de duas subseções – *corpus* e recorte – é mostrado de que forma se dão os contornos da análise. Sendo o *corpus* delimitado a partir das condições de produção do discurso, enquanto o recorte se trata de uma unidade de sentido estabelecido para que o analista realize o seu trabalho.

2.1. DO PARADIGMA INDICIÁRIO AO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

É oportuno, dentro do universo psicanalítico no que se refere a sua aproximação a AD, recorrer ao "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg (1989). Numa apresentação sobre o surgimento do paradigma indiciário, o autor atribui a Morelli – historiador das artes – a aparição deste modelo epistemológico na cena do pensamento. Em um dado momento, Ginzburg fala da relação de Morelli com a famosíssima obra de Arthur Conan Doyle – Sherlock Holmes – em comparação feita por Castelnuovo. Nas palavras de Ginzburg: "O conhecedor de arte é comparável ao detive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria. Os exemplos da perspicácia de Holmes ao interpretar pegadas na lama, cinzas de cigarro etc." (GINZBURG, 1989, p. 145). Mas o que Morelli, Ginzburg e até mesmo Holmes teriam a ver com a psicanálise freudiana? Ou mais obstante, o que estes sujeitos/personagens teriam a ver com a AD?

Segundo este autor (Ibidem), há também uma relação muito estreita entre Morelli e Freud, pois, Freud teceu elogios a Morelli, comparando o paradigma morelliano de análise minuciosa com o foco em detalhes menos observados com a psicanálise que se preocupa com a descoberta de coisas ocultas. Vale apena, neste exato momento, retomar a relação Morelli-Holmes, articulando-a a Freud para que fique claro o trabalho com os sinais que servem de escopo para o paradigma indiciário assim como tem importante contribuição para o analista

da AD pecheutiana: "Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)" (Ibidem, p. 150). Explicado o contraste indiciário da AD, é importante que fique claro que esta/este ciência/disciplina/método/dispositivo não se restringe à procura de indícios/signos/sintomas/marcas que estejam mais ou menos explícitos. O implícito, o não-dito é fundamental para a formulação das evidências.

Retomando o *link* existente entre o materialismo histórico e dialético com a AD francesa, a formulação das condições de produção do discurso e a tríade pecheutiana podem ser facilmente compreendidas e aceitas a partir da crítica que Pêcheux (1995) faz com relação aos estudos da semântica. Muitas contradições são apontadas pelo autor que mostra a falta de um elo com a história e a possibilidade de materialidade do discurso na estrutura linguística. Sobre estes fatos se dão os processos de silenciamento em benefício de grupos ou de classes hegemônicos.

Em se tratando dos objetivos traçados na presente pesquisa, é muito importante não apenas recorrer aos sentidos que as diferentes vertentes da semântica atribuem as palavras, mas a questão ideológica do sujeito que produz/reproduz sentidos através da linguagem. Para compreender, não a aproximação de outros métodos que clareiam a dimensão das possiblidades contidas na AD, mas sim, a AD enquanto método – embasamento teórico que fundamenta a metodologia – e enquanto metodologia – as formas de análises baseadas nos referenciais –, com todas as suas particularidades, é oportuno que seja entendida como dispositivo teórico-analítico. Através dos pressupostos teórico-metodológicos da AD pecheutiana e tendo como base o paradigma indiciário de Ginzburg, é possível afirmar que "a relação do sujeito com o sentido é construída e pode ser compreendida de modo indiciário, pelas marcas ou pistas que perpassam o discurso" (PACÍFICO, 2012, p. 104-105).

Nas palavras de Menezes, o método estabelecido em uma pesquisa orienta como o investigador deve contribuir para alcançar as metas estabelecidas através do objeto de pesquisa:

Método, do grego *methodos*, isto é, busca, investigação, caminho; derivação de *meta*, "em direção a" e *hodos* "caminho". Na acepção corrente, consiste no conjunto de procedimentos ou de diretrizes a serem seguidos em determinada área, com o intento de alcançar um dado objetivo (MENEZES, 2017, p. 23).

Através do objeto de pesquisa: o sujeito – os indivíduos que estão presentes em discursos materializados em comentários de postagens em embates/debates em meios virtuais – é possível definir que a presente pesquisa tem caráter exploratório-descritivo-explicativo. Ou seja, que através de "procedimentos", como Menezes (2017) aponta, realiza um processo de sondagem que posteriormente culminam na elaboração de hipóteses. O autor supracitado afirma que o método é formado pelas diretrizes/princípios (base teórica) e os procedimentos (instrumentos, metodologias). Sendo assim, é possível definir que a AD (Análise do discurso) se trata de um "procedimento" utilizado a partir de uma determina base teórica ancorada no paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que será de linha francesa (pecheutiana). Em outras palavras, serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da AD pecheutiana.

Tfouni (2016), ao falar sobre "O paradigma indiciário e as ciências humanas" explica que é possível analisar os efeitos de sentidos em discursos tendo como base o paradigma indiciário de Ginzburg (1989). Desse modo, é proposto que não seja usada uma ordem lógica e linear de apuração das marcas discursivas na visão pecheutiana ou indícios reveladores, conforme Ginzburg. Sujeito e objeto não devem ser separados, pois como acontece com a psicanálise freudiana, não há separação entre sujeito e objeto.

No âmbito desse paradigma a análise visa às particularidades, os indícios reveladores (pistas, dados vestigiais, signos etc.) que apontam para uma realidade complexa não experimentável diretamente, apoiando-se na possibilidade de inferi-la e interpretá-la a partir de seus efeitos. Possui como característica metodológica a não separação entre o sujeito e o objeto, considerando impossível alcançar a neutralidade (TFOUNI *et al.*, 2016, p.1257).

A psicanálise freudiana determina que existe uma relação entre sujeito e objeto. Uma vez que, a transferência seja um fator fundamental para a compreensão das produções linguísticas por parte dos sujeitos. De todo modo,

[...] a transferência é um conceito proposto pela psicanálise, em que o sujeito do inconsciente repete e atualiza suas cenas fantasmáticas nas relações com o Outro e com os outros (semelhantes), e que, portanto, não ocorre somente no tratamento psicanalítico, mas em qualquer relação entre seres falantes (NOGUEIRA, 2004 *apud* TFOUNI *et al.*, 2016, p.1259).

Numa articulação entre análise de discurso pecheutiana e psicanálise lacaniana, Tfouni (2013) considera alguns pontos importantes como procedimentos que dependem da constituição do *corpus* – o material a ser analisado que se trata de um recorte de determinado enunciado, evento ou acontecimento que é representativo em termos discursivos. Desse

modo, o *corpus* pode ser analisado em até três etapas: 1) "passagem da superficie linguística para o objeto teórico discursivo": a identificação do Outro como forma de representação de um sentido que normalmente está representado por uma paráfrase; 2) "passagem do objeto teórico-discursivo ao processo discursivo": um processo de ideologização presente no discurso, como forma de representação de grupos ou classes que utilizam do discurso como mecanismo de domínio e/ou controle, por exemplo; 3) "a passagem das formações discursivas para as formações ideológicas": os efeitos causados pela ideologia ao sujeito do inconsciente que acredita ser o dono do seu dizer e/ou o sujeito forma-leitor, que se filia a uma determinada formação discursiva graças a sua atuação de forma inconsciente, no sentido de ser interpelado discursiva e ideologicamente.

A presente pesquisa, assim como Tfouni (2013), não utiliza as etapas a partir de uma lógica linear, como a apresentada pela autora, uma vez que as enumerações de tais etapas foram apenas para explicação e exemplificação da dimensão dos procedimentos adotados em AD, que em um link com o paradigma indiciário aponta que "pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma intangível" (GINZBURG, 1989, p.150). As etapas descritas não devem necessariamente ser todas utilizadas e se forem, não necessariamente na ordem exemplificada.

Desse modo, foram investigadas as diferenças de sentidos atribuídas a diversos acontecimentos relacionados à polarização sociopolítica, e especialmente com relação aos discursos lúdico, polêmico e autoritário da AD a partir de debates realizados em meios virtuais. Os diálogos/debates entre internautas identificados com determinadas formações ideológicas (mais de uma) podem estar presentes em um só sujeito da/na interlocução. Estas podem ser analisadas através de marcas discursivas estabelecidas através dos "recortes" que estabelecem unidades de sentidos, como afirma Orlandi (2001):

O sentido é intervalar. Não está em um interlocutor, não está no outro: está no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelo/nos dois interlocutores. Assim como não está em um segmento, nem em outro, nem na soma de todos os segmentos que constituem um texto determinado. Está na unidade a partir da qual os segmentos se organizam. [...] quando se trata de texto, propomos falar de *recortes* que o todo organiza [...] particularidades que derivam da ideologia. (ORLANDI, 2001, p. 160).

A autora supracitada ressalta ainda que: "Assim, a noção de recorte [...] é a operação que representa a maneira de instaurar a pertinência, a relevância" (*Ibidem*, p. 172). "A noção orlandiana de *recorte* se avizinha dos procedimentos de atenção a pormenores em geral bastante negligenciáveis, aos pequenos gestos inconscientes, às particularidades tomadas

por insignificantes, aos "refugos" de nossa observação" (BECK *et al.*, 2019, p. 164). Desse modo, as marcas discursivas encontradas nas falas dos sujeitos devem orientar o método analítico discursivo na busca por equívocos e generalizações em relação ao espectro político/ideológico. Serão abordadas questões polêmicas como: esquerdismo/esquerdopatia; marxismo cultural e; ditadura, golpe e impeachment.

Neste vasto arsenal de formações ideológicas e discursivas que se entrecruzam há a exposição de posicionamentos por meio de formações discursivas. Nas redes sociais, tais produções dão sentido aos discursos (interlocução) e a interpretação do público e/ou interlocutores (interdiscurso), já que:

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os "simples particulares" face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência [...] até as "grandes decisões" da vida social e afetiva (PÊCHEUX, 2002, p. 33).

Esses cenários simbólicos fazem parte de processos de significação e de sentidos. Por este viés, e considerando a atual era técnica que tem colaborado muito na oferta de muitos sentidos nesta fase da contemporaneidade, a proposta do presente projeto está pautada na preocupação com relação à ideologização existente nos meios virtuais. Uma vez que, todos esses processos de significação e de sentidos possam ser ou não um problema para a educação.

Sabendo que "O sujeito e o campo da linguagem. Para a psicanálise, sobretudo a partir da reelaboração que Lacan empreendeu dos textos freudianos, o sujeito só pode ser concebido a partir do campo da linguagem" (ELIA, 2004, p. 36), a análise tem como foco também em investigar práticas discursivas que representem a noção de "letramento" para a AD, pois sujeitos letrados produzem enunciados com autenticidade, sem reproduzir de forma louvável, fanática ou com a ilusão de serem donos do discurso que são meramente uma reprodução/paráfrase, quando não há o "controle da dispersão dos sentidos" (TFOUNI, 1995) e consequentemente ocorre "uma colagem de enunciados. Temos, então, que o repetível não se organiza, não se historiciza" (PACÍFICO, 2012, p. 76).

Mais adiante, a interface entre AD, letramento, leitura e lugar histórico-social do discurso será retoma de forma aprofundada. Dada a dimensão de possibilidades a seguir o foco se desloca para a noção de *corpus* através dos pressupostos teórico-metodológicos da AD. Em se tratando de seu caráter qualitativo, é oportuno que seja compreendido o *corpus*

discursivo, bem como as condições de produção do discurso que perpassam pelo campo da análise na busca por efeitos de sentidos que possam ser identificados neste processo.

2.1.1. *Corpus*

Para que o *corpus* de uma pesquisa guiada pela AD pecheutiana seja compreendido, é importante que fique clara a noção de "condição de produção" (CP) do discurso. Courtine (2014) afirma que a noção de CP tem sua origem marcada na análise de conteúdo. Tal origem teria uma forte ligação com a psicologia social: o que pode ser considerada como uma origem direta. De forma não tão intensa e considerando a contribuição que a psicologia social teve para a AD, é possível contornar uma origem indireta da CP, que tem como respaldo a sociolinguística.

O fato de que parâmetros sociolinguísticos sejam admitidos como CP do discurso fazem parte, pois, de sua reinterpretação no quadro da "análise sociolinguística francesa do discurso", ao mesmo tempo que de sua analogia com as variáveis constitutivas do plano das CP do discurso, tal como as definem os piscossociólogos na prática da na análise de conteúdo (COURTINE, 2014, p. 46).

Há ainda uma terceira origem, que se trata da origem implícita. Neste termo reside a correlação do termo situação com o termo discurso. Frente a isto, é oportuno considerar que o discurso atende a uma dimensão situacional que envolve tanto a relação entre as sequências como a relação do discurso com a situações interpessoais/sociais. Vejamos então "o que pôde igualmente ser formulado assim: "o modelo de performance (do qual depende o discurso) recorre simultaneamente: 1) ao linguista, 2) ao psicólogo, no que se refere ao sujeito, 3) ao historiador e ao sociólogo, no que se refere à situação"" (GUESPIN, 1971, p. 9 *apud* COURTINE, 2014, p. 48). Eis a tríade pecheutiana que no segundo ponto deve ser entendida como anti-psicológica ou psicanalítica ao mais propriamente dito sujeito do inconsciente.

A noção de CP do discurso foi sendo alterada conforme os estudos da AD se desenvolviam culminando em vertentes que se diferenciavam, ora para o campo da enunciação, ora para o campo da AD pecheutiana. Considerando somente a AD, há ainda algumas diferenças no tocante as transformações desta noção como, por exemplo, sobre o fato de que os "planos histórico, psicossociológico e linguístico, aos quais a CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente

indicadas" (COURTINE, 2014, p. 51). De todo modo, as novas correntes se inclinavam mais para o lado psicossociológico do que para o lado histórico.

Após o estabelecimento do *corpus* no tocante aos tipos de CP que nortearão a análise em contraste com os objetivos traçados, o funcionamento discursivo pode ser determinado a partir da análise das sequências discursivas (SD). Desvendar tal noção é importante para a formação do *corpus*:

Adotar a perspectiva de trabalhar com a noção de funcionamento discursivo permite desvincular a análise do mero mapeamento factual (e, muitas vezes, apenas quantitativo) de marcas formais, encaminhando a passagem para o nível interdiscursivo da análise (SERRANI, 1993, p. 56).

Em AD, o *corpus* se trata de SD reunidas num determinado espaço para análise. Considerando o plano de estruturação do *corpus* em AD, é possível que se pense em sequências específicas que compõem os aspectos metodológicos de uma pesquisa. Constituise assim o *corpus* discursivo, que é formulado através da coleta de materiais.

Definiremos um *corpus discursivo* como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas dos objetivos de uma pesquisa (COURTINE, 2014, p. 54).

É importante que sejam definidas, através da análise, as CP do discurso organizados em um determinado *corpus*, buscando a organização de tipos de discursos – mostrando as similaridades entre as sequências e os efeitos de sentidos que podem ser vistos através de tal análise – para apontar a homogeneização e/ou efeitos de sentidos que são interessantes para determinadas formações ideológicas, presentes em discursos, guiando, desse modo, a análise em direção a legitimidade. Como afirma Courtine (2014), as CP funcionam como "um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo determinado de um "universal de discurso", [...] uma vez delimitado o campo discursivo de referência" (COURTINE, 2014, p. 55). O autor ainda reitera que o termo "universal de discurso" não deve ser entendido como uma brecha para a possibilidade de que todo e qualquer discurso seja passível de análise. Os materiais/dados, que são analisados em contraste com a delimitação das CP do discurso associadas as sequencias discursivas de um determinado *corpus*, são selecionados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dependendo da adequação necessária com relação aos objetivos da pesquisa, alguns critérios sobre as SDs a serem analisadas são necessários para a constituição do *corpus*. Tais como: 1) representatividade – para que a essência, as leis gerais de determinados fatos, não sejam descartadas afim de expor tais efeitos em contrapartida a ideologia na superfície do discurso; e 2) homogeneidade – para que esta não seja excluída e sim demostrada como efeito de sentido que explícita ou implicitamente interpela ideologicamente o sujeito. (GARDIN e MARCELLESI, 1974 *apud* COURTINE, 2014; SERRANI, 1993). Haveria espaço ainda para um terceiro aspecto, 3) a exaustividade – para que não restem quaisquer indícios que possam eventualmente ser importantes e/ou cruciais para a análise, mas, tendo como base a proposta orlandiana de recorte que rompe com a noção de segmentação, é oportuno pensar que não somos exaustivos quando recorremo-nos a ela, ou, ainda, dentro dos termos da proposta da presente pesquisa – com um *corpus* formado por recortes a partir de *PrintScreens* – a exaustividade não acontece de fato.

Considerando as SDs que correspondem aos critérios de constituição do *corpus*, este deve ter uma forma específica. A AD possui várias formas de se estruturar, várias formas do *corpus* e, tendo como base o meio no qual está inserido o objeto de pesquisa, é possível definir uma dimensão específica: "*Corpus* constituído de sequências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas/heterogêneas. Essa dimensão refere-se às análises de discurso político que são, em AD, mais frequentes que qualquer outra" (COURTINE, 2014, p. 57). Esta, dentre várias outras indicações de forma de *corpus* exposta pelo autor supracitado, veio a calhar.

As SD que compõem o *corpus* da presente pesquisa – junto ao referencial teórico, por sinal – tratam-se de recortes realizados a partir de *prints* (capturas de tela a partir da tecla *Print Screen* em computadores) de publicações que trazem à tona embates em redes sociais. Os *prints* são tanto de redes virtuais abertas ao público geral como de redes mais fechadas – restrita a grupos, comunidades, amigos, seguidores, etc. de uma dada rede; tanto de publicações/comentários com muita repercussão – em um nível macro, geralmente feito por figuras públicas – como de publicações/comentários que repercutiram pouco ou quase nada – em um nível micro a exemplo de redes mais fechadas e/ou re-produzidos por sujeitos e/ou redes que possuem pouco alcance.

2.1.2. Recorte

AD enquanto teoria serve de base para que o analista faça a análise/interpretação acerca de determinadas produções discursivas. Desse modo, a AD enquanto metodologia, se trata exatamente da forma pela qual o analista compreende o objeto através dos pressupostos teóricos da AD. E outras palavras, a AD funciona como um dispositivo teórico para organizar um dispositivo analítico e, portanto, metodológico. "O dispositivo analítico consiste na maneira como o analista utiliza, "individualiza" o dispositivo teórico, considerando a natureza do material e a finalidade da análise" (TFOUNI *et al.*, 2016, p.1264). Desse modo, o analista pode ter duas fases de contato com a materialidade discursiva – descrição e interpretação:

A descrição é o contato e a tentativa de percorrer o discurso, por meio do levantamento das condições de produção e da formulação de paráfrases (modos diferentes de dizer "o mesmo"). A interpretação é o gesto de leitura em que o analista procura relativizar sua posição de afetamento ideológico, procurando percorrer os gestos de construção dos discursos e as possibilidades de efeitos de sentido (ORLANDI, 2007 *apud* TFOUNI *et al.*, 2016, p.1265).

Em se tratando da natureza do conhecimento do sujeito que re-produz, a AD dá conta de responder diversos processos de significação e, inclusive, captando diversos sentidos que podem ser atribuídos no interdiscurso/intradiscurso. Desse modo,

Os estudos que não consideram as condições de produção da linguagem e os seus agentes, segundo o que pude observar (Orlandi, 1978), não se dão conta de que os conhecimentos não são *partilhados* pelos agentes do discurso. Esses conhecimentos são *socialmente distribuídos* pois os agentes do discurso podem ocupar posições diferentes, e mesmo polêmicas, dentro de formações discursivas distintas (ORLANDI, 1978 *apud* ORLANDI, 1984, p. 12).

Tal afirmação redimensiona a discussão para o fato de que "o dizer do sujeito é, por condição, constituído mesmo por aquilo que o sujeito não conhece (sic) mas está presente em seu discurso" (ORLANDI, 1984, p. 13). O fato de muitas que coisas pelas quais o sujeito não conhece estarem presentes em seu discurso, podendo ser através da análise ser reconhecidas nas condições de produção deste discurso, torna relevante o fato de que a AD não se limita a análise de conteúdo — prontos, dados ou produzidos num espaço-tempo limitados como em determinados sentidos contidos em documentos, materiais, vivências e até mesmo experiências.

Algumas noções, como a de recorte, por exemplo, permitem ao analista de discurso "falar da natureza das *unidades* (da segmentação) e da *abrangência* da análise". Outras noções precisam ser delimitadas para que a abrangência da análise seja compreendida

no tocante aos recortes que são feitos a partir da análise, que busca demonstrar o funcionamento discursivo, "em que se procuram determinar os processos de sua constituição e que são de natureza sócio-histórica" (ORLANDI, 1984, pp. 10-11). O novo e diferente (a polissemia, que apresenta uma multiplicidade de sentidos nas sequências discursivas) e o mesmo e já dado (a paráfrase, que apresenta o mesmo sentido em diferentes formas discursivas) são extremamente importantes para determinar tais processos.

O recorte, segundo a perspectiva da AD pecheutiana e mais precisamente como afirma Orlandi, "é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é fragmento da situação discursiva" (ORLANDI, 1984, p. 14). A autora supracitada revela que o recorte se difere do segmento, que se trata de uma unidade do sintagma ou da frase que de forma linear estipula níveis de análise. No caso do(s) recorte(s), se trata(m) de unidade(s) que é/são feito(s) de acordo com os objetivos – que determinarão o alcance da análise a composição do *corpus* (COURTINE, 2014) – e as condições de produção do discurso e, portanto, de acordo com o tipo de discurso – que pode ser, na visão orlandiana, lúdico, polêmico ou autoritário, por exemplo.

Há ainda uma lacuna para que retornemos a questão do texto, pois ao falar sobre recorte, Orlandi (1984, p. 14) retoma a noção de texto afirmando que "o texto é o todo em que se organizam os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva" e, desse modo, a dimensão discursiva que o texto pode atingir – a dimensão de uma unidade extensa onde o analista pode fazer recortes (unidades de sentido); a dimensão de uma unidade que serve para delimitar as condições de produção do discurso. "Dessa forma, é preciso determinar, através de recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase" (p. 15). Essa representação se refere ao campo dos sentidos, dos efeitos de sentidos encontrados num dado recorte – unidade que não é necessariamente uma frase – que remete a ideia de polissemia (multiplicidade de sentidos contidos nas sequências discursivas que forma a/o unidade/recorte) e que possibilita a compreensão do que pôde ser compreendido a partir desta unidade.

Pensando o texto, dentro do universo da AD, enquanto unidade de sentido discursiva, que pode ser um texto extenso ou qualquer outro enunciado que não se limite ao texto convencional, é preciso que a incompletude seja condição da linguagem ao analisar um recorte:

O espaço do texto é fechado em si mesmo, tem relação com o contexto de situação e com outros textos. É intervalar, assim como o sentido é intervalar: não está em nenhum dos interlocutores especificamente (sic) mas no espaço discursivo construído pelo/nos interlocutores (ORLANDI, 1984, p. 16).

Ao estabelecer sentidos possíveis como, por exemplo, considerando processo, produto e história, é possível considerar a linguagem contida em discursos – onde serão realizados recortes – relacionando-a com as condições de produção do discurso. Neste sentido, a paráfrase, que nos remeteria a um sentido dado, cometendo o equívoco de literalidade do sentido, não aparece no recorte. Para Orlandi (1984), a "literalidade não preexiste, ao contrário, é um efeito do discurso. No processo histórico da significação, o sentido instituído como dominante faz parte das condições de produção dos discursos podendo, pois, reproduzir-se ou não como tal, pelo falante" (p. 22). Desse modo, "a literalidade, para o analista é, assim, uma construção que deriva da análise dos usos no contexto histórico-social" (p. 23). O recorte, por outro lado, é sempre polissêmico – sempre uma unidade de sentido – que pode vir a ter múltiplos sentidos em uma dada sequência discursiva da qual foi extraído.

Através da ideia de recortes, recuperamos o conceito de polissemia. Se não salientamos o conceito de informação; mas o de interação e de confronto de interlocutores no próprio ato da linguagem, não é necessário mantermos a hipótese de um sentido nuclear, hierarquicamente mais importante — sentido *literal* — em relação aos outros sentidos, isto é, os efeitos de sentido que se constituem no uso da linguagem (ORLANDI, 1984, p. 20).

Tal necessidade de homogeneidade lógica coloca os sujeitos em relações conflituosas diante da diversidade do mundo atual e assim questões dos mais variados tipos são redimensionadas em ambientes virtuais. Pela simples existência de opiniões divergentes que sofrem variações de acordo com as tendências do mundo físico e também das cybertendências, que de certo modo politizam os sujeitos em suas filiações ideológico-discursivas. E assim, esses internautas são atores e parte da mídia, são pessoas que reproduzem diversos sentidos por meio de sequências discursivas. (ORLANDI, 2001; DANTAS, 2009).

Segundo Orlandi (2001), dentre os vários, existem três tipos de discursos que são importantes: lúdico (polissemia aberta); polêmico (polissemia controlada); autoritário (polissemia contida). No lúdico não há uma relação entre o sujeito do discurso e objeto, diferentemente do polêmico que acaba gerando controvérsia, discursão. O autoritário se impõe pela autoridade. Os discursos autoritário e polêmico – principalmente – estão presentes nas postagens de internautas que debatem variados assuntos em ambientes virtuais.

A tipologia de discurso orlandiana – discursos lúdico, polêmico e autoritário – são úteis para estabelecer certos limites aos sentidos encontrados pelo analista nos recortes. Como já foi dito, o recorte polissêmico remete a multiplicidade de sentidos, o que o difere de algo parafrástico que busca a centralidade de um sentido, sem que exista a possibilidade de ecoar os múltiplos sentidos existentes. Por outro lado, "todos os sentidos são sentidos possíveis" e, ao se estabelecerem certas condições de produção num recorte, "há dominância de um sentido possível sem por isso se perder o eco dos outros sentidos possíveis" (ORLANDI, 1984, p. 20). Neste movimento, a tipologia de discurso estabelecida explica perfeitamente de que maneira os sentidos ecoam:

Tomando-se uma dessas espécies de tipologia, podemos dizer que no discurso lúdico, a relação de dominância com os seus ecos se faz de tal maneira que se preserve o máximo de ecos; no discurso polêmico, se disputa um sentido, procurando-se privilegiar um ou outro; no autoritário, se procura absolutizar um sentido só de tal maneira que aquele não se torne apenas o dominante, mas o único. Portanto, no discurso autoritário a polissemia é contida, no polêmico é controlada e no lúdico é aberta (ORLANDI, 1984, p. 20).

Através da tipologia de discurso estabelecida por Orlandi (1984; 2001), os recortes foram realizados com base no dispositivo teórico-analítico da AD. Tal aporte teórico-metodológico que fundamenta a presente pesquisa – em grande parte deste universo (AD) – possibilita a análise desses recortes, e, os recortes em si, a partir do discurso/enunciado recortado e doe feito de sentido que se pode ser observado a partir das sequências que o compõem. Não obstante, os recortes e as análises possuem maior ênfase no implícito, no não-dito, nos sentidos que deslizam, escapam, nos efeitos de sentidos que se constroem a partir dos silenciamentos e rupturas, etc.

TERCEIRO CAPÍTULO

3. DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Neste capítulo são apresentadas análises de alguns recortes realizados a partir de *prints* capturados em redes digitais, relacionados a questões polêmicas que direta ou indiretamente possuem relação com as noções que circulam sobre o espectro político em redes sociais. Deste modo, tanto postagens e publicações como comentários em embates sobre questões polêmicas foram analisados.

Na primeira seção, a polarização política aparece ancorada em um acontecimento para que seja compreendido através da análise o lugar de interpelação de determinados grupos que disputam sentidos dominantes na prática política no cenário nacional. Apesar de ser sobre polarização política, o *corpus* desta seção não gira em torno de embates, mas sim em torno dos sentidos que antecedem os atuais embates no Brasil contemporâneo, para que seja possível formular um lugar de informação (no âmbito da análise e/ou do dispositivo teórico-analítico) com enfoque no discurso reacionário em prol de grupos e/ou classes dominantes, para que os subalternizados não permaneçam nestas posições marcadas por desigualdades. Na segunda seção são abordadas noções sobre o espectro político a partir de embates entre sujeitos que disputam o sentido dominante de lados aparentemente opostos/contraditórios. Neste sentido, revelaremos as fragilidades de grupos e/ou classes subalternos diante dos discursos como práticas das ideologias reacionárias. Neste sentido, noções dicotomizadas sobre o espectro político e a patologização do discurso político-ideológico orientam as reflexões do *corpus* que envolvem publicações/postagens e comentários/embates.

3.1. POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Conforme Storto e Zanardi (2019), embora os meios de comunicação atuais sejam meios impresso, eletrônico e digital, há uma concentração maior de visibilidade com relação aos meios digitais, pois "a internet revolucionou vários aspectos da vida cotidiana, e não pode ser desprezado o papel desse meio na constituição discursiva" (p. 384). Desse modo, a internet tem sido utilizada para diversos fins, incluindo com relação a disseminação de

discursos com o intuito de promover ideias e/ou os debates, que venham proporcionar a disseminação de uma ideia e/ou ato, por exemplo. É um excelente território para a polarização política.

Comumente evocado nas redes digitais em matérias jornalísticas, trabalhos acadêmicos e até mesmo em diversas redes sociais pelo senso comum e/ou figuras públicas envolvidas em questões polêmicas nas redes, o termo "polarização política" tem sido muito utilizado. Em sua tese, André Bello (2019) estabelece no espaço-tempo a origem da polarização política no âmbito nacional, atribuindo este momento aos embates que se formaram com o petismo e o antipetismo tendo seu início em 1997, aumentando gradativamente até as últimas eleições em 2018. Este autor aponta algumas nuances com relação ao termo a partir de dois pontos que determina como frágeis a partir de duas correntes teóricas:

Essas duas correntes teóricas apresentam pelo menos duas fragilidades: 1) falta de definição do conceito de polarização e 2) limitações nos dados e nas medidas de polarização. Enquanto a definição de polarização para Fiorina e os coautores está relacionada com a variância de opiniões sobre temas políticos, Abramowitz e os coautores analisam a polarização por meio da correlação entre a identificação partidária e a posição ideológica das pessoas (ABRAMOWITZ E SAUNDERS, 1998; FIORINA E LEVENDUSKY, 2006B *apud* BELLO, 2019, p. 11)

O autor supracitado determina a polarização através deste eixo partidário (PT), estabelecendo momentos distintos da polarização política onde o petismo ganha forças nos embates que vão ganhando novos contornos até o ano de 2014 com o fortalecimento do antipetismo e o posterior golpe/impeachment da então presidenta Dilma Rousseff em 2016. Por outro lado, considerando a presente pesquisa, a polarização política não se restringe as instâncias político-partidárias e/ou ao discurso eleitoral, pois a ideologia na superfície das ações e discursos possibilitam recortes que vão além do que aparentemente possui um viés político-partidário. Tomaremos esta via dicotômica e partidária apenas como referente para o entendimento do termo polarização política que é algo muito característico das redes digitais: os embates em torno de posições ideológicas por meio de formações discursivas.

Muitas outras questões são atravessadas pela polarização, não exatamente de cunho político-partidário como pensa o senso comum. Ao referir a discursos produzidos em prol de militâncias, Orlandi (2014, p. 32) afirma que se tratam "em vez de intencionalidade, vetor material ético-político. Porque é uma força dinâmica, na direção da transformação". Desse modo, a polarização política pode ser entendida como polarização ideológica ou até

mesmo polarização político-ideológica. Os embates re-produzidos a partir de enunciados e discursos em torno de movimentos e causas dentro dessa cena 'política' tratam-se de marcas discursivas para a compreensão dos fatos ideológicos do sujeito do/no interdiscurso.

Tfouni e Pereira (2019, p. 168) afirmam que "a definição de Ideologia do imaginário comum é a de que ela consiste numa inversão do real, numa ocultação do real impedindo os sujeitos de verem o real em si mesmo". Esta afirmação se trata de uma articulação resultante da atuação das produções midiáticas que "percebe parte do funcionamento deste lugar do imaginário cuja base material é o discurso da mídia" – que funciona como um lugar de inculcação sobre o suposto real que é evocado pelo sujeito-leitor, não pela sua ótica, mas através da ótica midiática que o induz a ser interpelado ideologicamente. O sujeito é antecipado pelo Outro, marcado em seu discurso, inclusive sobre si mesmo:

Pêcheux (1996) explica que ideologia e inconsciente atuam na base material das formas de funcionamento das posições discursivas, ocultando seu próprio funcionamento e fazendo parecer que há um "fora", um "exterior", que permitiria um reconhecimento não acessível a todos de maneira homogênea. Por isso, a ideologia interpela o sujeito pelo efeito Münchausen, que retoma um pressuposto althusseriano, o de apontar que a ideologia autoriza o reconhecimento de que "eu sou eu mesmo" (PÊCHEUX, 1996 apud TFOUNI e PEREIRA, 2019, p. 157).

Em uma análise discursiva baseada nos pressupostos teórico-metodológicos da AD pecheutiana, duas evidências são tomadas como ponto fundamental para a compreensão das produções discursivas. A evidência do sentido e a evidência do sujeito são abordadas numa interlocução, por exemplo, considerando as condições de produção do discurso, que contrastam com as formações ideológicas dos sujeitos em evidência. Para tanto, não é possível estabelecer um discurso ou sujeito neutro e/ou correto/essencial.

Para a AD, que é uma disciplina de interpretação, não existe descrição neutra, de modo que todo enunciado é desde sempre uma interpretação. Em relação ao sujeito, podemos dizer que para a AD não existe um sujeito essencial, ou a priori; o sujeito é fruto da interpelação ideológica (TFOUNI e PEREIRA, 2019, p. 156).

Na sociedade atual, tem sido re-produzido vários discursos – em especial em embates entre sujeitos com posicionamentos diferentes ou em enunciados da mídia e de figuras públicas que se posicionam 'politicamente/ideologicamente' – com efeito de patologização do outro (aquele que diverge; que pensa diferente). Nestes mesmos

discursos/enunciados é muito comum a aparição do discurso de ódio e de tantos outros discursos que indicam as posições ideológicas dos sujeitos enquanto sujeito que re-produz o 'discurso político'.

Segundo Orlandi (2001), o discurso pedagógico (DP) tem se apresentado como um discurso autoritário. Convenhamos que isso não pode ser generalizado, pois há muitos discentes tento espaço para a fala inclusive posicionando-se no sentido de serem autores de seus discursos. No entanto, as condições para que tal autoria se instale, depende – em primeira instância – das articulações por parte do corpo docente, que na maioria dos casos silencia os alunos, deixando o caráter autoritário do DP prevalecer. Diga-se de passagem, o discurso autoritário no âmbito educacional está menos presente nos cursos de ciências humanas e ciências sociais, em instituições públicas de nível superior. Por outro lado, um movimento crescente – anti-intelectual; anticomunista; pautado na lógica da escola sem partido ou de que existe uma doutrinação marxista nas instituições públicas de ensino superior; filiado a FD direita-conservadora; e filiado a FIs que normalmente estão muito de acordo com os valores dominantes/hegemônicos – tem tentado calar as vozes que ainda falam através do pensar. Se por um lado o DP tem atuado com um caráter menos autoritário em algumas instâncias por outro, o discurso autoritário – não-pedagógico ou que se faz como pedagógico no imaginário dos sujeitos que são interpelados diretamente- pressiona os sujeitos dessas instâncias para que se adequem ao discurso pedagógico/autoritário, que dialoga com os interesses dominantes. Neste consenso há ainda aqueles que mal chegam a ouvir esse discurso pela voz idealizadora que se apresenta ou é representado como autoridade do discurso pedagógico.

Para a compreensão dessas rupturas – re-produção do discurso político – vejamos a seguir um *print*– recurso utilizado através da tecla *Print Screen* de computadores para capturar imagens que aparecem na tela – de uma postagem de uma posição-sujeito decisiva para os contornos da atual ideologia conservadora de direita. Trata-se de uma postagem do ano 2014. Poderia ser algo mais recente, mas esta publicação expõe marcas discursivas importantes para o entendimento de questões ideológicas que compõem o contexto da atual polarização política brasileira. Logo abaixo, apresentamos uma publicação da figura pública Olavo de Carvalho, conhecida como o "guru da direita":

Figura 1- O impeachment da Dilma por Olavo de Carvalho





É claro que sou a favor do impeachment da Dilma, mas sou MUITO MAIS a favor do desmantelamento completo da máquina golpista da esquerda, incluindo "movimentos sociais", ONGs, negemonia editorial, grupelhos de interproteção mafiosa na mídia, nas universidades e igrejas. etc. Na vida há obstáculos que não podem ser "vencidos": só podem ser DESTRUÍDOS.

NUNCA, AO LONGO DE TODA A DITADURA MILITAR, estudantes e professores precisaram ter medo de expressar livremente suas idéias no recinto universitário, tanto que as expressavam o tempo todo e fizeram da universidades os principais centros de resistência ao governo. Hoje, o ambiente nessas instituições é de medo, de censura e autocensura. Do mesmo modo, algumas notícias nos jornais eram proibidas, mas havia dezenas de iornais de oposição, a majoria françamente comunista, circulando toda semana e alcancando milhões de leitores. Hoje, o Mídia Sem Máscara é o PRIMEIRO jornal impresso que, a duras penas venceu uma barreira de silêncio que já durava vinte anos, e mesmo essa única voz discordante já é considerada excessiva. VIVEMOS NUMA DITADURA MUITO PIOR QUE A DOS MILITARES.

Fonte: Print do Facebook⁷

A figura em si já é um "recorte" (ORLANDI, 1984; ORLANDI, 2001), pois coloca em questão trechos específicos de mais de dois enunciados: a imagem, ao lado esquerdo, com uma breve mensagem sobre o desmantelamento da esquerda (posição político-ideológica) e ao lado direito, trecho do texto da postagem realizada pela posição-sujeito. Para acompanhar na íntegra é preciso acessar ao *link* em nota de rodapé, indicado na fonte da figura 1. A imagem contida na figura 1 – ao lado esquerdo para que fique claro que não se trata do texto ao lado direito – possibilitou a construção do recorte 1.1.

Recorte 1.1:

O DESMANTELAMENTO **COMPLETO** DA MÁQUINA GOLPISTA DA **ESQUERDA** (Olavo de Carvalho).

Neste recorte, as sequências discursivas foram reproduzidas em caixa alta, como está na imagem. Sobre isto, e não poderia passar por despercebido, se trata de uma forma de chamar a atenção do leitor para o enunciado, mais ou menos como acontece em enunciados como, por exemplo, "ATENÇÂO" ou "URGENTE", normalmente utilizados em caixa alta para que seja notada a expressividade. Sobre isto, é importante que estejamos atentos para o

_

⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/carvalho.olavo/photos/a.275188992633182/411841992301214/. Acesso em 30jul. 2020.

"não-dito" (ORLANDI, 1984), pois alguns efeitos de sentido contidos em algumas sequências que "mesmo não estando concretamente realizadas em um dizer (ou justamente por não estarem realizadas em um dizer), são evocadas na interpretação, como sustentação e/ou contraponto" (BECK et al., 2019, p. 164). A chamada de atenção, ou o efeito de sentido de que existe certa urgência para "desmantelar a esquerda", indica de modo dicotômico, ainda que não tenha sido dito, que somente a **direita** poderá resolver o problema da **esquerda**, sendo esta última desmantelada por **completo**. Eis o não dito: a direita que graças aos sentidos que escorregam em sua opacidade, acabou por ser reconhecida como conservadora, ou até mesmo autoritária em algumas regiões/situações/lugares. Seria então uma direitaconservadora? Ela se definiria como somente direita ou como direita conservadora? Para que não estejamos estacionados no óbvio, limitemo-nos, por ora, a falar de uma direita/direitaconservadora, enaltecida no enunciado na posição-sujeito através do não-dito, mesmo sujeito que especialmente numa dimensão de sujeito-empírico – guru da direita; guru do Bolsonaro, etc. – enaltece a direita cotidianamente.

COMPLETO e ESQUERDA, estas duas palavras estão em negrito no recorte, pois assim tiveram um destaque maior no enunciado original exposto na figura 1, onde as palavras aparecem com a fonte maior do que as demais que formam o texto do enunciado. Trata-se, neste ponto, de uma articulação para chamar uma atenção maior para a urgência em desmantelar por completo, no sentido de enfraquecer, grupos com viés de esquerda – efeito de sentido buscado pelo sujeito do discurso, autor da publicação. Para Pacífico (2012), o sujeito-autor é o sujeito que re-produz um trabalho discursivo que remete ao efeito-sujeito, ou seja, marcado por sua posição-sujeito, por sua ideologia, etc.

Neste mesmo enunciado, ao lado esquerdo da figura 1, há ainda a afirmação de que a esquerda é uma "máquina golpista", o que de certa forma silencia o fato de um golpe/impeachment que estaria em curso, o qual é dado o sentido de algo legítimo, correto e necessário, chamado de impeachment no texto da mesma postagem — ao lado direito da figura 1 e com alguns trechos em destaque nos próximos recortes. Vemos aqui também uma projeção, no sentido freudiano do termo. Algo que acontece tanto na tomada de poder que se pretendia com o impeachment — segundo o sujeito de discurso que busca apagar qualquer indício de golpe futuro (que aconteceu em 2016) e, neste caso, o golpe estaria vindo da esquerda — como com os sentidos deslocados nas modalizações Ditadura x Regime Militar de 1964. Convém ressaltar que o termo ditadura deriva para golpe, enquanto o termo regime apaga a derivação do sentido em questão.

Recorte 1.2:

É claro que sou a favor do **impeachment** da Dilma, mas sou MUITO MAIS a favor do desmantelamento completo da máquina **golpista** da esquerda, incluindo **"movimentos sociais"**, **ONGs, hegemonia editorial** (Olavo de Carvalho).

No recorte 1.2, um trecho introdutório do texto da legenda que acompanha a imagem, alguns trechos estão em destaque (negrito e caixa alta). As sequências discursivas em negrito (impeachment; golpista; movimentos sociais, ONGs, hegemonia editorial) foram trechos grifados para facilitar a observação de palavras-chave da análise, diferentemente do trecho em caixa alta (MUITO MAIS) que foi realçado, não em recorte na presente pesquisa, mas pela posição-sujeito. Esta última sequência discursiva – que está em caixa alta – cria um efeito de sentido talvez evidente para muitos, de que o sujeito se preocupa mais em combater toda e qualquer instituição que esteja alinhada a ideologia de esquerda. Outro efeito que pode não estar tão à vista, é o fato de salientar que supostamente há um perigo muito maior do que aparece no enunciado incialmente, antes do "MUITO MAIS".

As sequências "impeachment" e "golpista", grifadas no recorte, demonstram a tentativa do sujeito de silenciar o efeito de sentido que poderia ser entendido por seus seguidores/visitantes ao refletirem sobre a articulação em curso naquele momento histórico — a articulação de um golpe contra o governo da Dilma Rousseff, até então presidenta. Para Pacífico (2012) "a cada mudança de posição, muda-se a formação discursiva; logo, muda-se a construção do sentido, atrapalhando o efeito de sentido que estava sendo criado" (p. 70). Neste sentido, ao se dirigir à esquerda como uma máquina "golpista", acoberta-se, silencia-se o fato de que havia um golpe em curso, pois se a esquerda é golpista então não deveria nem estar no poder — seria pertinente que fosse tomada do poder sem que essa tomada fosse compreendida como um golpe. Eis então a importante articulação entre as sequências "impeachment" e "golpista", que indica a naturalização deste acontecimento que foi reproduzido e materializado com forte apoio popular.

Como já dito anteriormente, o sujeito salienta que é "MUITO MAIS" importante "desmantelar" "movimentos sociais", ONGs, hegemonia editorial". Os movimentos sociais são escritos entre aspas nas palavras do autor. Esta ênfase busca deslegitimar as militâncias que, apesar de serem em grande parte progressistas e não necessariamente de esquerda, se alinham mais a ideologia de esquerda. As ONGs, assim como os movimentos sociais, se colocam mais ou menos no mesmo lado do espectro político e são mencionadas por não serem

coniventes com um projeto de Estado defendido pela direita conservadora (contra minorias; de desmatamento visando lucros; em favor dos valores cristãos; etc.). Por fim, o último grifo – "hegemonia editorial" – é colocado para que seja especulado um suposto apoio ao governo por parte das instituições que possuem este prestígio, deslegitimando o trabalho de parte importante das produções destas instituições. Talvez neste período tenha começado uma espécie de ensaio para as chamadas *Fake News*, que em tempos mais recentes têm sido uma importante ferramenta para os aparelhos ideológicos de Estado consoante aos discursos de grupos e classes dominantes.

Mais adiante veremos a aparição de outros discursos que denotam o silenciamento de vertentes ideológicas que vão de encontro aos efeitos de sentido reproduzidos pelo discurso dominante. Num desses, um que é apropriado pela posição-sujeito aqui analisada, a ideia da existência do "marxismo cultural". Por ora, é oportuno que fique claro que os meios de produção capitalista influenciam as reproduções — em nível discursivo-ideológico — e transformações que acontecem numa dada conjuntura social, num dado período histórico. Entretanto,

[...] seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção *e* para sua transformação. De fato, suas propriedades "regionais" – sua especialização "evidente" na religião, no conhecimento, na política, etc. – condicionam a importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Diante disso, e pensando no momento histórico pelo qual o Brasil passava – com esquerda, que não representa os valores de formações ideológicas dominantes, no poder – é oportuno pensar que o discurso olavista, apesar de não representar as instituições que estavam no poder, representa, por outro lado, desde então grupos ou classes que se apropriam do discurso dominante. Uma marca importante, neste sentido, no recorte 1.2 é a posição-sujeito de desaprovação aos movimentos sociais.

Recorte 1.3:

NUNCA, AO LONGO DE TODA A DITADURA MILITAR, estudantes e professores precisaram ter medo de expressar livremente suas *idéias* (sic) no recinto universitário, tanto que as expressavam o tempo todo e fizeram *da universidades* os principais centros de resistência ao governo (Olavo de Carvalho).

No recorte 4.3 é possível observar alguns erros, ortográfico e de concordância nominal, grifados em itálico, que não alteram o sentido do discurso/recorte. De todo modo, outras sequências, assim como nos recortes 1.1 e 1.2, estão em destaque. Mais uma vez em caixa alta, por obra do sujeito do discurso e em negrito como grifo nosso. Neste trecho, onde se inicia um parágrafo, a posição-sujeito utiliza mais uma vez o recurso da caixa alta (NUNCA AO LONGO DE TODA DITADURA MILITAR) para chamar a atenção sobre a sua afirmação em todo o enunciado exposto no recorte. Convenhamos que é uma afirmação muito séria e para chamar atenção do leitor para um efeito de sentido duplo, a sequência discursiva em caixa alta indicia atenção e urgência. Ao mesmo tempo em que busca um efeito de sentido capaz de interpelar o sujeito, denotando atenção e urgência, a ditadura militar é colocada como algo totalmente diferente do que contam historiadores – é colocada como um aparelho ideológico de Estado que não foi repressivo.

Num recorte mais acentuado com os trechos grifados, o sujeito afirma que "NUNCA estudantes e professores precisaram ter medo de expressar". Completando esta linha de raciocínio conclui que "tanto que as expressavam o tempo todo e fizeram *da universidades* (sic) os principais centros de resistência ao governo". Neste sentido, o recorte 1.3 possui muito relação com o processo metonímico que já foi discutido anteriormente. Tal processo ocorre pela existência do deslocamento de sentido que é transferido de uma palavra para outra. No caso do referido recorte, o sentido contido na "ditatura militar", que remete ao autoritarismo e/ou censura da liberdade de expressão, é deslocado pela posição-sujeito para as instituições de nível superior, do lugar de onde se constrói a enunciação (2014). Lugar que, por sinal, acabou por ter um efeito de sentido disseminado para os dias mais recentes, pois hoje em dia fala-se muito da(o) ditadura/regime militar de forma positiva, inclusive com relação a liberdade de expressão.

O ataque as instituições públicas de nível superior têm forte relação com as formações ideológicas e discursivas re-produzidas pela posição-sujeita em análise. De todo modo, esta articulação reacionária não é algo novo. Em outros lugares histórico-sociais tentou-se silenciar e/ou deslegitimar vozes que representaram a intelectualidade contrahegemônica. Raymond Aron (1980), por exemplo, em *O Ópio dos Intelectuais* fez duras críticas a intelectuais que propuseram/defenderam projetos emancipatórios. Nas palavras do autor supracitado, os pensadores da sociedade industrial que emergiu do pós-Segunda Guerra eram "letrados, artistas ou técnicos da palavra ou da escrita, que não passam de simples vulgarizadores" (ARON, 1980, p. 180).

O que Aron considerava uma visão realista da história (teoria realista), inclusive sobre a história das opressões que, diga-se de passagem, acaba sendo indiretamente justificada pelo autor, é na verdade denominado de *Realismo Capitalista* por Mark Fisher (2020), termo também utilizado em título de obra deste (Cf. referências). Esclarecemos que concordamos com Fisher em sua visão materialista, pois não acreditamos que "o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele" (FISHER, 2020, p. 10). Uma vez que, cada sujeito e sociedade devam ser analisados de acordo com as demandas de seus lugares histórico-social-ideológico.

A teoria realista de Aron (1980), tem forte vínculo com o liberalismo ao mesmo tempo em que abomina diversas formas de emancipação do sujeito, sendo todas estas formas apenas utopias segundo esta concepção. Deste modo, as críticas aos movimentos – políticos, intelectuais, revolucionários, etc. – são tratadas como críticas a ideologias utópicas que supostamente não passariam de diferentes lugares de opressão como as outras opressões existentes. Assim como na teoria realista de Raymond Aron acontece com as posições-sujeito presentes nos recortes 1.1, 1.2 e 1.3, pois em ambos os casos os sentidos são deslocados para que "ideologias" sejam equiparadas a lugares que promovem a opressão. Este fio do sentido possibilita também a suposição de que existe certa doutrinação movida por uma paixão – pathos (Cf. subseção 3.2.1. Patologização do discurso político-ideológico).

Muda-se o significante, mas o significado permanece o mesmo. Como já mencionado no primeiro capítulo ao tratarmos sobre metáfora e metonímia em Lacan (1998), ocorre a substituição de um significante para outro significante, que por sua vez acaba produzindo um efeito de significação.

Etimologicamente, o termo "metonímia" significa: mudança de nome (*metonymia*). Esta figura de estilo de linguagem é elaborada segundo um processo de transferência de denominação, por meio do qual um objeto é designado por um termo diferente daquele que lhe é habitualmente próprio. Esta transferência de denominação de um termo para um outro termo, contudo, só é possível com a ressalva de que existam certas condições de ligação entre os dois termos (DOR, 1989, p. 46).

Dentro dos termos impostos pela rede de significação em questão – a do sujeito da figura 1 e dos recortes 1.1, 1.2 e 1.3 – o deslocamento do sentido acontece de uma forma mais complexa. Não se trata nestes casos, simplesmente de uma palavra que possa substitui a outra assumindo todos os sentidos contidos num determinado significante. Ditadura militar e universidade pública se tratam de coisas completamente diferentes, mas a articulação do sujeito em evidência buscou um efeito de sentido em que uma característica já naturalizada

pelo senso comum como sendo algo muito particular da ditadura militar – o autoritarismo, a falta de liberdade de expressão – teria sido mal contada, mal interpretada ou até mesmo uma mentira, pois como a própria posição-sujeito coloca, estas características estariam presentes nas universidade públicas, nas palavras do autor, "NUNCA estudantes e professores precisaram ter medo de expressar".

A repercussão buscada desde então pelo "olavismo" tem muito do que se pretendeu a Ação Integralista Brasileira (AIB). Desde 1932, quando foi lançado o integralismo no Brasil ou com as manifestações de classes operárias em 1930, é possível perceber a existência de um movimento ideológico por parte de representantes da classe média que acontece paralelamente. O modelo italiano fascista já se manifestava no Brasil. Desde então, disseminou-se a ideologia conservadora, pautada numa ideia de família tradicional cristã e patriota que perdura até os tempos atuais no discurso político-ideológico reacionário em terras tupiniquins.

O patriotismo, a religião e o culto à ordem cívica, como valores propagados por intelectuais e por governantes, propiciaram ingredientes de legitimação para concepções autocráticas de ordenamento social que marcaram o desenvolvimento das instituições do Estado nacional, propiciando uma conjuntura favorável para a difusão e aceitabilidade de propostas segregadoras, como as defendidas pelo integralismo brasileiro e os herdeiros do sigma, expressas nos princípios de reação política, legitimados pelo chauvinismo sintetizado na máxima "Deus, Pátria e Família" (BARBOSA, 2015, p. 60).

A presente pesquisa discorda dos efeitos de sentido produzidos pelo sujeito do enunciado analisado na figura 1 e nos recortes 1.1, 1.2 e 1.3. O enaltecimento da ditadura militar e as críticas feitas as instituições consideras puramente de esquerda na posição-sujeito, tratavam-se desde então (2014) de um projeto que culminaria na tomada do poder do Estado para a grupos e/ou classes que se inscrevem em formações ideológicas dominantes, uma vez que, estes setores têm sido muito bem representados pelo atual governo federal, do então presidente Jair Bolsonaro. Grosso modo, é importante pontuar que muitos destes setores também estiveram filiados a governantes – e suas respectivas instituições e filiados – que se encontravam no poder antes mesmo de 2014, por meio de conciliações de classes em parte significativa dos exercícios dos poderes. Diga-se de passagem, hoje – no decorrer da escrita da presente dissertação (2021) – o governo atual, além de estar alinhado à diversos setores que são associados ao projeto de Estado inscrito em formações ideológicas dominantes – setor privado, em especial grandes empresários; grandes banqueiros; bancadas ruralista, da bala e

evangélica; etc. –, é também filiado as formações ideológicas da ala militar em diversas instituições brasileiras. Isso faz jus a articulação da posição-sujeito para enaltecer a ditadura militar e ao mesmo tempo deslegitimar as vozes de universidades públicas que é um lugar de resistência ao discurso-ideológico dominante. É possível formular uma formação ideológica: FI patriarcal-elitista-militar.

O discurso político no contexto brasileiro absorveu muito dessa rede de significação protagonizada pelo sujeito Olavo de Carvalho. Este efeito de sentido criado a partir da ideia de urgência de "desmantelar a esquerda", como diz o sujeito supracitado ao se referir a FD esquerda-progressista, coloca a referida FD em divergência com a FD direita-conservadora. Esta última FD, dialoga com os interesses do Estado junto as condições de produção do capitalismo que interpela os sujeitos ideologicamente, a FI patriarcal-elitistamilitar. As instituições e os discursos politizam os sujeitos, no sentido de dividir e hierarquizar as relações naturalizadas, tornando-as heterogêneas, como, por exemplo, definindo minorias e valores progressistas como algo de esquerda ao passo em que esta vertente é apontada como um problema que precisa ser resolvido urgentemente.

São formações imaginárias que funcionam na hierarquização em que se praticam as relações de forças e de sentidos, tudo isto constituindo as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos nessa sociedade, e os processos de constituição de suas identidades. A todo esse processo, na produção da diferença, se junta a memória discursiva [...] em uma sociedade dividida e estruturada pela divisão. Divisão hierarquizada e afetada de valores pela ideologia em que significam relações de poder simbolizadas (ORLANDI, p. 34, 2014).

Desse modo, as identidades são constituídas consoantes a interpelação do Estado e das relações de produção capitalista, ambas funcionando como memória discursiva que atravessa os sujeitos hierarquizados em suas respectivas redes de significação através da memória discursiva, do Outro e da diferença, do outro. O capitalismo divide se estruturando pela diferença e a diferença hierarquiza os sujeitos através das bases estruturais capitalistas. "O sujeito é resultado de um processo, é assujeitado. Desde que se torna sujeito, o indivíduo está "apto" a se inserir nas mais diversas práticas sociais, tais como o trabalho, a militância, o esporte, dentre outras" (NARZETTI, 2018, p. 655).

Diante dos contornos da análise da presente seção, conclui-se que compreender a dicotomia esquerda-direita em contrapartida as outras noções possíveis dentro do espectro político, é de fundamental importância para que não sejamos facilmente enganados por uma retórica que planta anacronismo relacionados as conquistas e militâncias por parte das

oposições que se constituíram em relação as posições-sujeito analisadas. Ser letrado no sentido de entender estas noções que circulam é importante para uma leitura lúcida da atual conjuntura sociopolítica nacional. Dito isto, diante do grandioso arsenal de opções de histórias e estórias que circulam, o acesso ao arquivo também é muito importante neste sentido, para a compreensão da história das instituições públicas de nível superior e para a história da ditadura militar.

3.2. NOÇÕES SOBRE O ESPECTRO POLÍTICO

O sujeito falante, ou mais precisamente o sujeito do discurso, como vemos neste trabalho, re-produz sua fala em discursos/enunciados e, neste movimento, tenta materializar sentidos construídos no imaginário. Estas representações/sequências discursivas tratam do simbólico que de forma impossível, segundo a visão lacaniana, tenta expor por meio de formações discursivas o real (COUTINHO JORGE, 2008).

Em se tratando de AD, os sentidos atribuídos pelo sujeito são simbolizados em sua relação interdiscursiva e intradiscursiva, o que Coutinho Jorge (2008) explica a partir da relação com o Outro/outro.

Considerando a atual cena política (eleitoral/partidária) brasileira, existe certo negacionismo com relação à ciência (parcialmente⁸) por parte de grupos ou classes dominantes que se baseiam em ideais conservadores. Nota-se a inexistência de questionamento por parte dos sujeitos com relação a determinados saberes, e mais especificamente com relação aos efeitos de verdade do saber/conhecimento da religião cristã, que representa em larga escala os valores e/ou interesses materiais de grupos ou classes dominantes. Anteriormente, na figura 1 na seção sobre "polarização política", um momento específico sobre a constituição deste paradigma foi analisado.

Acontecimentos com este contraste ideológico estão presentes na atual conjuntura político-ideológica – às vezes maximizados ou minimizados – como, por exemplo, em relação a educação básica através de enunciados sobre escola sem partido, escola cívico militar e

_

⁸ Abre-se este parêntese, pois é preciso considerar que os seguimentos em questão não negam inteiramente a ciência. Em outros termos, há saberes/conhecimentos científicos que são úteis aos que optam pelo vínculo às formações discursivas e ideológicas com filiações conservadoras e/ou cristãs. Os sujeitos do agronegócio, por exemplo, levam em conta o conhecimento científico nas suas plantações e criações de gado e, em contrapartida, negaram por um longo período a eficácia das vacinas contra a COVID-19. A ciência é, por vezes, aliada ou adversária de grupos ou classes dominantes: tudo depende de se irá contrariar ou não interesses materiais dos mesmos.

educação domiciliar. Com relação ao âmbito superior a ideia de que existe uma doutrinação marxista, de que precisam haver cortes de bolsas e incentivo a pesquisas que, supostamente não são sobre ciência, daí também a crença de que existe balburdia nas universidades públicas (PEREIRA, 2019; MONTEIRO, 2021). Mais recentemente estes sentidos transitam com relação as vacinas contra o coronavírus, a partir de teorias da conspiração, etc. (MONTEIRO, 2021).

No tocante a análise logo abaixo – sobre a figura 1 –, reinvindicações desse tipo – filiadas as formações ideológicas e discursivas cristãs – apareceram após acontecimentos como o de uma transexual representando a crucificação, simbolicamente no lugar de Jesus, na 19ª Parada do Orgulho LGBT9 (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no ano de 2015 em São Paulo. Em dezembro de 2019, mais uma vez acontecem novos protestos com relação ao Jesus gay do *Especial de Natal: A Primeira Tentação de Cristo*¹⁰, produzido pelo Porta dos Fundos (Canal no Youtube) e disponibilizado na Netflix (plataforma *streaming*). Nestes dois casos, circulou o enunciado "cristofobia" que é a representação discursiva do lugar do retorno da polêmica. É também um neologismo que funciona como retórica, pois o sufixo "fobia" aparece como paródia ao termo homofobia. Podemos assim dizer que "cristofobia" é uma paródia de "homofobia". De todo modo, este fio discursivo – como qualquer outro – transita por diversas redes de memórias, inclusive com outros significantes, enunciados, discursos, etc., que retornam sempre ao fio do sentido.

Cabe aqui pontuar que o termo "homofobia" surgiu em meados dos anos de 1970 e pode ser reconhecido também como uma paródia no que se refere ao uso do sufixo "fobia". Neste sentido, consideremos que a "cristofobia" é uma paródia da paródia. Algo deste tipo – uma nova paródia que funciona como retórica – está cada vez mais comum na "conquista da opinião pública", o que, em se tratando dos ultraconservadores de direita e/ou liberais do ponto de vista econômico, acaba por aparecer como tentativas de burlar o discurso politicamente correto instaurado até então. Um exemplo muito atual deste efeito de sentido obtido na paródia está em enunciados sobre o respeito as liberdades individuais, que apesar de ser re-produzido por grupos ou classes progressistas e/ou de esquerda, tem também sido reformulado por grupos e/ou classes contrários, na tentativa de legitimarem a noção de liberdade em meio a pandemia da COVID-19, sobre o uso de máscaras, evitar aglomerações e tantos outros cuidados estabelecidos pela OMS.

-

⁹ Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/veja-transexual-crucificada-e-outras-polemicas-com-simbolos-cristaos.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹⁰ Disponível em: https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/apos-polemica-de-jesus-gay-porta-dos-fundos-reage-e-alfineta-conservadores. Acesso em 10 abr. 2020.

O salto brusco entre os acontecimentos mencionados anteriormente – de 2015 a 2019 – demonstram o quanto as redes de memória transitam por diferentes lugares no espaçotempo sem que o sentido se perca em meio as paráfrases e/ou reformulações específicas de fenômenos linguísticos. Há sempre possibilidades de lugares de retorno da polêmica num ou noutro discurso/enunciado em seus diferentes lugares no espaço-tempo. No entanto, há sentidos que transitam por diferentes enunciados e discursos, como é o caso dos acontecimentos relacionados a Suzy Oliveira (transexual detenta) entrevistada e abraçada por Drauzio Varella em reportagem do programa Fantástico da Rede Globo em 2020¹¹. Este lugar da polêmica ou da memória sobre homossexualidade é um lugar que em meio a circulação de sentidos acaba por disseminar ideologias materializadas em discursos que, numa perspectiva negativa, revelam sentidos que recorrem a ideologias que defendem a eugenia para gays e "esquerdistas" e/ou "esquerdopatas", por exemplo.

Segue alguns enunciados/discursos de publicações/comentários que remetem ao jogo discursivo delimitado até aqui:

Diego 🛍 10 de marco Fere o PNA mostrar pra esquerda o Jesus na versão não Hippie, que eles usam pra se apropriar do discurso cristao ? 👄 Joel Pinheiro @JoelPinheiro85 Indignado por Dráuzio ter abraçado uma assassina pedófila? É que você ainda não viu o que Jesus fez... 19:48 - 08/03/2020 - Twitter for Android Jesus: "Portanto, quem se faz humilde como esta criança, este é o maior no Reino dos céus. Mas se alguém fizer tropeçar um destes pequeninos que crêem em mim, melhor lhe seria amarrar uma pedra de moinho no pescoço e se afogar nas profundezas do mar." Mateus 18, versículos 4 e 6

Figura 2 - Jesus na versão não Hippie

-

¹¹ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/apos-ter-seu-caso-revelado-por-drauzio-varella-presa-trans-ja-recebeu-234-cartas.shtml. Acesso em 15 abr. 2020.

Fonte: *Print* do Facebook¹²

Na imagem (*print*) possuem a descrição de um pequeno texto feito pelo internauta de prenome Diego e uma imagem que pode ser compreendida como meme¹³, utilizada junto ao texto/discurso/descrição do sujeito. A postagem foi realizada em um grupo fechado do Facebook, chamado de Libertarianismo, que é identificado pela seguinte descrição:

Esse grupo tem como principais objetivos a discussão e educação do moderno libertarianismo, principalmente em sua vertente austríaca. Trata-se de uma filosofia política que defende, via método praxeológico sistematizado por Ludwig Von Mises, o homesteading e autopropriedade no âmbito legal e, no âmbito econômico, o livre mercado desregulado e completamente isento de intervenções estatais. Também abrimos espaço para divulgação - sem spam - de páginas, grupo de estudos, conferências, palestras, sites, livros e artigos, desde que tenham um claro viés libertário (LIBERTARIANISMO, 2020).

Esta noção de livre mercado é alimentada pela memória discursiva pautada numa liberdade econômica e individual que funciona consoante aos valores burgueses da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade). A partir desta nova conjuntura constrói-se uma retórica tida como autoridade na formulação de críticas aos valores socialistas. São diferentes formas de interpelar o indivíduo em sujeito diante das desigualdades proporcionadas pelas bases estruturais do capitalismo: "relações de desigualdade-subordinação entre essas regiões que constituem a cena da *luta ideológica de classes*" (PÊCHEUX, 1995, p. 146).

A análise se estabelece a partir de alguns recortes do que pode ser considerado como produção (texto/discurso/descrição) do sujeito em questão (Diego):

Recorte 2:

Fere o PNA mostrar pra esquerda o Jesus na versão não Hippie, que eles usam pra se apropriar do discurso cristao? (Diego).

No referido recorte, é possível observar a menção a diferentes referentes enunciativos por parte do sujeito, tais como as sequências discursivas (SDs) enumeradas: 1)

¹² Disponível em: https://www.facebook.com/groups/libertarianismo/permalink/2831646396912802/. Acesso em 10 abr. 2020.

^{13 &}quot;[...] na atualidade, esse termo é usado para designar o fenômeno que ocorre na *internet* em que um conceito se propaga, em forma de *hiperlink*, vídeo, imagem, *website*, *hashtag*, ou apenas uma palavra ou frase, através das redes sociais, blogs, sites, e-mail ou outros serviços de *web*, ou suportes textuais, nos quais ele se torna um viral, ou seja, vira mania entre as pessoas compartilhá-lo" (SOUSA, 2015, p. 8).

"PNA", que se trata da Política Nacional de Alfabetização e 2) "Jesus na versão não Hippie". Assim, acontece uma crítica à educação enquanto instituição que tem sido duramente criticada por religiosos, como instituição que não toma necessariamente o arquivo baseado em pinturas como a do Jesus Cristo de Leonardo da Vinci ou de produções fílmicas como referente, por exemplo, em ambos os casos, muito bem aceitar por religiosos cristãos. Há também uma crítica aos movimentos sociais, que na tentativa de desestabilizar o conservadorismo cristão que julga o outro não seguindo exatamente os ensinamentos e simplicidade de Jesus Cristo, que teria andado com vários tipos de sujeitos, segundo o que diz a bíblia e como é parafraseado na imagem/meme exposta pelo autor da postagem e; 3) "esquerda", que se trata de uma noção deslocada e já naturalizada do sentido da palavra onde há uma atribuição de valores de cunho social aos sujeitos que se filiam a esta formação ideológica (esquerda) e, portanto, como se esquerda fosse exatamente a mesma coisa que progressismo e/ou liberalismo (do ponto de vista social). Cabe aqui, atualmente, nos perguntarmos sobre os sentidos em torno deste progressismo em uma época sem projeções consistentes de futuros melhores? Decerto, as questões que envolvem as desigualdades socioeconômicas entre classes nos indicariam as respostas para uma sociedade mais justa, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista econômico onde grupos e/ou classes subalternos se perdem em meio a estes sentidos, especialmente quando militam ou se simpatizam pelo que reconhecem como causas da direita, identificados por questões de cunho conservador. Os resultados desta análise apontaram para uma dicotomização de regiões do espectro político-ideológico comportando questões de cunho moralista como questões quem são generalizadas/naturalizadas como de esquerda, de modo pejorativo.

Pereira (2019), chama atenção para a existência de certo padrão no tocante ao discurso midiático que recorre ao discurso jurídico. O autor supracitado estabelece que existe uma aliança entre as duas regiões discursivas, sendo fundamental para a veiculação que tende a traduzir os enunciados dicotomizando-os:

Estas formas de veiculação se sustentam em um lugar do imaginário voltado às metamorfoses dos padrões de normalidade e anormalidade, de moral ou imoral, certo ou errado, punível ou tolerável, decente ou indecente, atentado ao pudor ou respeito à exposição da intimidade (PEREIRA, 2019, p. 138).

Esta veiculação, que já foi cristalizada no imaginário dos sujeitos (espectadores; telespectadores; internautas), passou por reformulações impostas pelo discurso politicamente correto, resultantes de lutas de militâncias em prol de minorias. Graças a estas articulações

alguns meios midiáticos aderiram aos discursos e práticas destas lutas, como é o caso do Drauzio Varella que abraça a transexual Suzy Oliveira. Vemos neste ponto uma ruptura quanto ao que se sustentou por muito tempo como normal, mas vemos por outro lado também o que Pereira (2019) chama de "metamorfoses dos padrões". De todo modo, a dicotomização das questões não deixa de existir nos diferentes espaços enunciativos, inclusive sobre questões relacionadas ao espectro político no tocante a parcialidade ou imparcialidade da mídia. Mais adiante na subseção "Patologização do discurso político-ideológico" alguns discursos sobre a suposta existência de imparcialidade da mídia – especificamente sobre a suposta existência de uma "impressa *esquerdopata*" – serão retomados.

As marcas discursivas da Figura 2– em especial os trechos "pra esquerda" e "que eles usam", que indicam distanciamento entre o sujeito da enunciação e o conteúdo do enunciado – demonstram também que a posição-sujeito se filia a uma formação discursiva cristã que atualmente e segundo a linha de raciocínio em evidência, de forma equivocada, seja chamada de ideologia de direita. Sendo esta formação ideológica confundida com pautas defendidas por grupos conservadores e/ou autoritários. Tanto as posições entendidas pelo senso comum como de esquerda como as de direita, que foram indiciadas na presente análise, são formas metonímicas de atribuição de sentidos.

A seguir a figura 3, que representa um comentário realizado na publicação em demonstrada na figura anterior:

Figura 3 - Comentário sobre a figura 2



Diego A esquerda está tentando se apropriar do cristianismo, algo que eles sempre rejeitaram. Este fato se deve para a finalidades eleitorais, para adquirir votos do segmento cristao. Para isso, fazem interpretações bíblicas de maneira desconexa com a ótica deles para tentar entrar na mente das pessoas, do tipo: "Jesus andava com pobre e prostituta", "Jesus era pobre", "Jesus era Socialista"", Jesus era Humano", etc. Contudo, além de estarem distorcidas, notem que NENHUM esquerdista falará o que vou dizer, que serve pra você desmascarar qualquer comunista que queira usar o nome de Jesus: nenhum deles vai falar que Jesus é DEUS! Ou seja, eles citarão tudo de Cristo, mas n falam do seu caráter divino. Já notaram ? Pois é! Por mais que a esquerda tente esconder o materialismo, eles não conseguem. Está é a prova máxima de que eles não estão nem aí pra Jesus, pra Deus, mas só pra roubar o voto do povo cristão. São o chamado lobo em pele de cordeiro!

Fonte: *Print* do Facebook¹⁴

A figura 3 é sobre um print de um comentário realizado pelo autor da publicação em resposta a outro sujeito internauta que discordou da publicação. Apesar da publicação do internauta que discorda não apresentar conteúdo considerado relevante para ser exposto e analisado no presente trabalho, a resposta emitida pelo autor da publicação trouxe várias marcas que mereceram fazer parte dos recortes.

Recorte 3:

A esquerda está sempre tentando se apropriar do cristianismo, algo que eles sempre rejeitaram. [...] NENHUM esquerdista falará [...] que Jesus é DEUS! [...] eles não estão nem aí pra Jesus, pra Deus, mas só pra roubar o voto do povo cristão (Diego).

Alguns trechos foram destacados em negrito no recorte. Os dois primeiros (esquerda; "eles") servem para explicitar, assim como na análise do recorte anterior, que o sujeito não se filia a formação discursiva e ideológica que o mesmo define como "esquerda". O uso do pronome pessoal "eles" na terceira pessoa do plural indica que o sujeito não se coloca como pertencente a tal seguimento.

O que por ora, de certo modo, deixa-o com possíveis duas opções de filiações ideológicas e discursivas dentro do que pode ser definido como o seu universo simbólico. Seriam essas: 1) de um sujeito de direita e 2) sujeito de centro. Vale a ressalva de que, de acordo com o espectro político-ideológico, as opções poderiam ser mais elaboradas de forma mais detalhada de acordo com a posição-sujeito relacionada as áreas do espectro. Fora o fato de que não seria possível considerar algum sujeito como sendo "de centro", pois esta noção que se aproxima da neutralidade/centralidade não passa de um grande equívoco cometido por alguns sujeitos que se consideram moderados. O que não vem a ser o caso da posição-sujeito, em se tratando do simbolismo que o mesmo representa em suas formações discursivas.

O sujeito em questão é o que se expõe por meio de formações discursivas que acabam deixando certos rastros – percebidos pelo trabalho de análise aqui realizado – de que faz o acesso de um determinado arquivo tomado como parâmetro para o seu dizer, sendo este dizer a verdade para o sujeito. Existe um contraste lógico ou linguístico "da exterioridadeanterioridade (pré-construído); ou a do "retorno do saber no pensamento" que produz uma

https://www.facebook.com/groups/libertarianismo/permalink/2831646396912802/?comment_id=28316621535 77893>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹⁴ Disponível em:

evocação a qual se apoia a tomada de posição do sujeito" (PÊCHEUX, 1995, p. 124). Em um jogo simbólico de significação com o imaginário, um terceiro elemento aparece, mas não explicitamente, pois acaba por ser, nas palavras de Pêcheux, "mascarado pela concepção lógico-linguística", podendo aparecer através do trabalho de análise:

[...] sob a forma de uma abordagem teórica materialista do *funcionamento* das representações e do "pensamento" nos processos discursivos" nos processos discursivos. Isso supõe, como veremos, o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário (PÊCHEUX, 1995, p. 124).

A terceira palavra destacada em negrito (esquerdista) designa a atribuição de questões de linha social para o termo em evidência ao mesmo tempo que o sujeito deixa em caixa alta as palavras "nenhum" para dizer com muita certeza e, portanto, generalizando que os sujeitos, os quais julga pertencer a este seguimento, não se preocupam nas palavras fieis do autor do comentário, em "falar que Jesus é DEUS", o que indica que os sujeitos considerados "esquerdistas" não são cristãos, e como conclui, no último trecho em destaque no recorte, tudo se trataria de uma forma de "roubar o voto do povo cristão". Este final, coloca em evidência toda articulação discursiva do sujeito para afirmar que existe uma tendência para pessoas de "de esquerda", no sentido de que supostamente não se importam com o cristianismo ou que apenas fazem o uso do conhecimento cristão para uma finalidade específica que não condiz com os ensinamentos da crença.

Aqui é produzido um efeito de sentido de que ser de esquerda seria a mesma coisa que ocupar uma posição associada a práticas enganadoras e oportunistas, inclusive em nome de Deus, o que deriva também para uma leitura puramente religiosa, sem viés político – o que se trata de um grande equívoco, pois todo ato e discurso é político, seja dentro ou fora da religião. Em contrapartida a isto, ser de direita seria supostamente estar em contato com o divino e ao mesmo tempo sendo um apropriador do discurso da bíblia cristã – o discurso de que "Jesus é DEUS", supostamente despida de vieses ideológicos, e não apenas um recurso para uma eventual retórica politizada.

Ao consideramos as quatro grandes áreas do conhecimento e/ou do saber (filosofia, ciência, religião e arte), é possível refletir que todos esses saberes fazem parte do universo simbólico do sujeito fragmentado mais ou menos interpelado/assujeitado por um desses saberes. No caso do comentário analisado, a religião é o ponto chave para a intepretação do universo simbólico revelado pela posição sujeito, que até este ponto de análise, diferentemente de como o próprio se define indiretamente, não pode ser considerado

com toda certeza e/ou literalmente "de direita", mas sem sombra de dúvidas pode ser considerado "conservador", pois defende a ideologia cristão que pertence a este seguimento.

De todo modo, os significantes – direita e esquerda – já naturalizados indiciam que, para o sujeito, o conservadorismo cristão se equivale ao significado de "direita", já as questões de ordem liberal (do ponto de vista social) e/ou progressistas, apontadas pelo sujeito como desrespeitosas para os sujeitos cristãos, dão sentido ao que pode ser interpretado como "esquerda". Eis a aparição da metonímia que desloca os sentidos/significados associados aos significantes "conservador" e "liberal" para os respectivos significantes "direita" e "esquerda", ao passo que os primeiros já estão sendo apagados, silenciados. Tendo como base as figuras 2 e 3, de acordo com a análise acima, é possível depreender que a formação discursiva (FD) ao qual o referido sujeito está filiado é a **direita-conservadora**.

A figura 4, que segue logo abaixo, demonstra vários comentários em resposta a publicação exposta na figura 2 e em resposta a um dos comentários (o primeiro) que aparece na própria figura:



Figura 4 - Comentário sobre a figura 2

Fonte: *Print* do Facebook¹⁵

_

¹⁵ Disponível em:

https://www.facebook.com/groups/libertarianismo/permalink/2831646396912802/?comment_id=2831662153577893. Acesso em 10 abr. 2020.

A partir da figura 4, alguns recortes foram feitos para análise. Por se tratarem de recortes relacionados as falas de três sujeitos, os prenomes dos mesmos estão entre parêntese logo ao final de cada recorte.

Recorte 4:

Foda-se esse livro de ficção científica (Gustavo).
[...] chegou o que assiste Rico e Morto (Gabriel).
O maior historiador de religiões do mundo, Joseph Campbell, afirma que não há provas de existência de Jesus, somente evidências (Gustavo).

Nas falas em destaque, é possível observar explicitamente na primeira sequência discursiva (SD) a posição-sujeito em discordância ao discurso da postagem da figura 3 e recorte 3 (Diego). Incialmente o termo, destacado em negrito, "foda-se", indica que a posição-sujeito não somente discorda como debocha reafirmando – de forma não tão desrespeitosa eventualmente como no primeiro momento destacado em negrito na mesma frase – no trecho seguinte em negrito, que a bíblia se trata de "ficção científica". O primeiro sujeito faz o uso de poucas palavras para manifestar sua discordância com relação ao discurso do sujeito dos recortes/figuras 2 e 3, explicitado como uma forma de defesa para conservadores cristãos com relação a possíveis ameaças vindas de "esquerdistas" como é evidenciado no recorte 4. Apesar de não concordar com as posições do recorte 2 e 3, a posição-sujeito não deixa indícios de filiações ideológicas e discursivas relacionadas a esquerda liberal/progressista em quaisquer que sejam as formas de entender tais ideologias – metonímica ou metaforicamente. Por outro lado, é possível diante de sua discordância concluir que o mesmo se filia pelo menos ao liberalismo (do ponto social) e/ou progressismo.

Na segunda SD, o trecho em destaque "Rico e Morto" trata-se de uma paráfrase realizada por outro sujeito (Gabriel) em resposta ao comentário do anterior (logo acima no mesmo recorte). O sujeito parafraseia uma animação/série futurista norte-americana chamada "Rick and Morty", que, dentre diversos assuntos, é sobre ficção científica. Desse modo, buscando deslegitimar a FD "Foda-se esse livro de ficção científica", o sujeito usa como referente a animação/série norte-americana (também ficção científica) produzindo o efeito de sentido de que o sujeito (empírico) não tem propriedade para criticar a bíblia.

Ao abordar sobre estereótipos e preconceitos que atravessam nuances existentes sobre fetichização, moral e censura dos corpos – em especial, os que apresentam características femininas biologicamente ou não –, Pereira (2019), salienta que a

discursividade gira em torno de dramas sociais. Assim, "focamos o modo do corpo discursivizado pela imprensa produzir sentidos que não somente mexem com a estrutura binária entre masculino e feminino, mas chamam a atenção para dramas sociais entrelaçados" (PEREIRA, 2019, p. 139). Este corpo discursivizado é então afetado por um contraste histórico-social envolvido por disputas de sentidos dominantes: prós e contras.

O corpo discursivizado nas figuras e nos recortes 2, 3 e 4 é o corpo de uma transexual que é atravessada por vários sentidos num jogo discurso permeado por embates. Os sujeitos recorrem a questões sobre o espectro político e acabam deixando rastros de como leem e/ou mobilizam arquivos que reforçam suas retóricas. Este é também um jogo de interpretação atravessado por deslocamentos. A priori, a posição-sujeito, no recorte 2, recorre a interpretação da bíblia na tentativa de deslocar o sentido dado ao que é evocado como "Jesus Hippie". Neste ponto, é importante retornarmos à circularidade dos sentidos que possuem relação com esta SD. O Jesus da Parada Gay ou o Jesus do Porta dos Fundos são referentes para esta SD que fecha o efeito de sentido de que o Jesus legítimo não tem nada a ver com o Jesus "criado" pela "esquerda".

A articulação do sujeito que busca deslegitimar a fala pautada na ficção científica com um referente, sobre ficção científica relacionado ao sujeito empírico (e não ao sujeito do discurso neste caso), é explicada por Pêcheux:

Objetos discursivos de talhe estável, detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece regido pela própria maneira com que falamos deles (PÊCHEUX, 2002, p. 27).

Os dois primeiros trechos em destaque na terceira SD do Recorte 4 – "historiador" e "Joseph Campbell" – indicam que o sujeito se posiciona através de argumentos historicizados, pois para que o sujeito seja autor do seu dizer, é preciso que compreenda o que está sendo dito. Como afirma Pacífico (2012), a "autoria exige que o sujeito historicize os sentidos, tente controlar os pontos de fuga dos mesmos e assuma a responsabilidade pelo dizer histórico" (p. 144). Desse modo, o sujeito foi capaz de garantir, segundo o seu dizer, que "não há provas" ou que apenas "existem evidências".

A posição-sujeito em evidência busca legitimidade através do arquivo citado indiretamente (Joseph Campbell) – o que não confere necessariamente autoridade ao sujeito, mas explicita o arquivo determinando a FI que está filiado, neste caso a ciência, ou mais precisamente uma área específica da ciência. No recorte as posições-sujeitos se estabelecem

então com base em dois arquivos: ciência x religião. Sendo estabelecido aqui as FDs próciência e pró-religião. Para melhor ilustração, tendo como base ainda a Figura 3, segue abaixo um quadro baseado na posição-sujeito 1, relativa a FD pró-ciência e na posição-sujeito 2, relativa a FD pró-religião:

SD1	Posição-sujeito 1	SD2	Posição-sujeito 2
Foda-se esse livro de	Desqualifica a FD	Chegou o que assiste	Desqualifica a FD
ficção científica	pró-religião	Rico e Morto	pró-ciência fazendo
	menosprezando a		referência a
	bíblia.		animação.
Eu que digo pra vc	Supõe que o sujeito	cientifica"	Supõe que o sujeito
diminuir o ego, o	inscrito na FD pró-	Cara não tem	inscrito na FD pró-
livro da sua religião	religião não possui	problema ser ateu,	ciência não possui
contém alguns fatos	um referente com	mas pelo amor	propriedade para
histórico e algumas	verdades absolutas.	diminui o ego aí	fazer deduções.
fantasias			

Quadro 1- pró-ciência X pró-religião

A partir do momento em que o sujeito começa a buscar pontos de fuga para estabelecer um sentido – que, desse modo, fica perdido, "opaco", "fugido" (ORLANDI, 2001) – as marcas discursivas indicarão a falta de domínio nos dizeres que completam o enunciado reproduzindo sem a devida compreensão, como aconteceu com as posições dos recortes 2 e 3, pró-religião, que não apresentaram provas sobre as afirmações sobre os "esquerdistas" e com a posição-sujeito, também pró-religião, a partir da paráfrase "Rico e Morto", que não passou de uma dedução sem provas relacionadas as FDs da posição-sujeito que re-produz uma crítica – pró-ciência – aos discursos dos recortes 2 e 3.

Coutinho Jorge (2008), ao falar sobre diacronia e similaridade a partir de Saussure, revela que "cumpre distinguir a **diacronia** da **linearidade**: a primeira afeta a língua, ao passo que a segunda é uma propriedade da fala" (p. 77-78). Diante disso, é oportuno colocar que certos sentidos são modificados graças a aparição da metonímia, que pode ter também um efeito sincrônico. Vale ressaltar que alguns deslocamentos de sentidos – neste caso os diacrônicos, por exemplo, como acontece com os significantes direita e esquerda – possuem um efeito muito positivo para determinados seguimentos/instituições, como acontece com sujeitos interpelados pela ideologia cristã conservadora, que representa – hoje no Brasil contemporâneo, podendo não representar amanhã, como já não representou ontem em diversos outros lugares – os interesses das classes dominantes e faz o uso da religião para legitimar seus ideais. A linearidade, que como diz Coutinho Jorge (2008) "é uma propriedade

da fala", está presente em acontecimentos historicizados pelos sujeitos, como aconteceu na posição-sujeito da primeira SD.

Tendo Saussure como base, Lacan consegue estabelecer uma relação entre significante e falta. Essa relação pode ser compreendida através dos processos de subjetivação que podem ser interpretados como intersubjetividade e intra-subjetividade, que respectivamente estão relacionados ao outro e ao Outro, do ponto de vista psicanalítico. Nesse sentido, comunicação e evocação são termos que, de certo modo, não distanciam o inter do intra.

[...] conforme coloca Saussure, o pensamento não passa de uma "massa amorfa", uma "nebulosa", para Lacan a função de comunicação pode ser considerada secundária diante da outra função da língua considerada primordial para a psicanálise — a evocação. Contudo, comunicação e evocação não se opõem, mas se relacionam ambas com formas particulares de mensagem, pois o princípio que rege a comunicação é a **intersubjetividade**, ao passo que na evocação trata-se de uma **intrasubjetividade** (COUTINHO JORGE, 2008, p. 71).

Os sujeitos da FD pró-religião, no interdiscurso em evidência, reproduzem o saber do Outro (intra-subjetividade), que é o saber cristão, que chega a ser confundido graças ao efeito do processo metonímico por um saber de direita – que se opõe a esquerda, do Jesus Hippie, como coloca a posição-sujeito. Uma das grandes preocupações presentes nesta pesquisa, é sobre este processo, que já se tornou um movimento que nega a ciência, como, por exemplo, acontece numas das posições-sujeitos filiada a FD pró-religião com a SD: "chegou o que assiste Rico e Morto", havendo neste caso, ouso da metáfora para minimizar não somente o sujeito que acabara de se envolver na interdiscursividade, como para zombar da animação que faz referência no trecho em negrito – Rick and Morty. Isso causa um efeito de sentido, de desdenho com relação a opinião do outro, o sujeito que não evocou o Outro, o repetível pelo senso comum e/ou oriundo do discurso dominante: o sujeito da FD pró-ciência, revelado na posição-sujeito através da SD "Foda-se esse livro de ficção científica". Poder-seia dizer que esta SD se aproxima mais de uma posição-sujeito que evoque uma crítica a uma literatura deste tipo, alguém que defenda uma literatura considerada de mais alto nível. No entanto é preciso considerar que há um efeito metafórico, pois a bíblia – a chamada de "livro de ficção científica" - não se trata de um livro de ficção científica, ao passo que a FD em questão aparece para desqualificar a FD pró-religião.

Lacan (1985, p. 68) fala sobre toda essa relação do sujeito com o Outro e com o outro explicando que o sujeito é "o que desliza numa cadeia de significantes, quer ele tenha

ou não consciência de que significante ele é efeito". Com relação a este fato, Lacan faz analogia a dois tipos de significantes, o significante simbólico para o sujeito e o significante que representa o saber do Outro. O sujeito é então barrado pelo significante e o que resta para o representar é apenas o objeto – faltoso ou causa do desejo (LACAN, 1985). Para Coutinho Jorge (2008):

Assim, definindo o significante enquanto eminentemente **binário** (S_1 - S_2); o sujeito enquanto **intervalar**, como lugar de escansão entre-dois significantes e passível de ser representado apenas parcialmente pelo significante; e o objeto como aquilo que é radicalmente evasivo à representabilidade pelo significante, Lacan articula, a um só tempo, sua lógica do significante às categorias de real-simbólico-imaginário (p. 83).

Neste sentido, com base em Lacan (1988), o real é tudo aquilo que o sujeito não consegue assimilar, podendo ser até mesmo a consistência do imaginário, que opera apenas na ordem dos sentidos. O simbólico está no campo da linguagem, "através do qual o sujeito faz face, por um lado, ao real traumático, e, por outro, reconstitui incessantemente seu imaginário que está continuamente submetido à invasão do real" (COUTINHO JORGE, 2008, p. 83). Diante disso, é oportuno que, com base no *corpus* da presente pesquisa, especificamente no tocante aos recortes e figuras 2, 3 e 4, é possível refletir acerca da FD pró-religião, que se trata do real – que estes sujeitos não conseguem assimilar com relação as regiões do espectro (esquerda e direita; conservador e progressista, por exemplo). Uma vez que, o imaginário (a consistência do real; inacessível para estes) não se concretiza por questões ligadas ao conservadorismo cristão, que não se trata de um saber sólido, legítimo, irrefutável. A crença atua apenas no imaginário-simbólico dos sujeitos que não possuem provas concretas de sua legitimidade, incluindo para que sirva como álibi de uma ou outra ideologia dentro do espectro político-ideológico.

Alguns sentidos são deslocados, fazendo com que algumas palavras e/ou termos passem a ter outros sentidos. Levando em consideração o fato de que alguns sentidos acabam sendo cristalizados enquanto outros apenas aparecem de forma desordenada como ponto de fuga para uma argumentação. Diante disso, "não podemos desprezar a heterogeneidade constitutiva de todos os discursos, mas estas devem estar presentes de uma maneira coerente com o funcionamento discursivo" (PACÍFICO, 2012, p. 76), pois a incoerência contida num argumento/enunciado deixa evidente a ausência de autoria num determinado discurso. Muitas generalizações e equívocos podem ser cometidos através desses discursos incoerentes, e pior, os equívocos discursivos podem ser cristalizados/naturalizados e assim podem passar a fazer

parte de formações ideológicas, inclusive produzindo sentidos que interessam para grupos ou classes dominantes.

Os sentidos são diferentes se considerados o imaginário de cada sujeito, assim como o simbolismo coletivo varia de acordo com o contexto social-histórico-ideológico e diante disso, o deslocamento de sentido por parte do sujeito pode ou não possuir um sentido completo, interligado – que não esteja disperso. Quando as produções discursivas possuem um efeito de completude de acordo com as várias formações discursivas, a coerência acontece. Um texto inconsistente – que depende dos gestos de leitura – é um texto disperso, que não possui um sentido controlado, com sequências discursivas que possuem conexão e/ou coerência entre os sentidos que formam o enunciado. Para Leda Tfouni (1995) na teoria do letramento esta conexão e/ou coerência são fundamentais para captar os níveis de letramento, sendo maior ou menor de acordo com a conexão/coerência.

Além das diversas tensões que podem aparecer nas produções discursivas por determinadas sequências discursivas passarem por alguns deslocamentos de sentidos e por eventuais generalizações, naturalizações e dispersões, os sujeitos podem ainda produzir/reproduzir sentidos que em seu ato como autor não faça sentido para o outro, o leitor, devido as suas formações ideológicas distintas e materializadas discursivamente de modos diferentes. Neste sentido, "o lugar da alteridade constitutiva de toda produção de sentido [...] está relacionada as posições que o sujeito assume no texto, ora como autor, ora como leitor, considerando o outro e o Outro" (PACÍFICO, 2012, p. 84). Sobre este lugar da alteridade, é possível concluir que dentre todos os sujeitos do *corpus* – figuras e recortes 2, 3 e 4 – apenas uma posição-sujeito (Gustavo) assumiu o lugar de autoria em seu discurso.

De todo modo, a partir da FD pró-ciência e da FD pró-religião verifica-se a existência de um embate que se solidifica no âmbito digital em prol da religião e contra a ciência. Este contraste pró-religião tende a ocupar o lugar de anti-ciência, questionando a chancela institucional da ciência com seu arquivo que perde poder e ao mesmo tempo tem sido associado a referentes como algo de esquerda enquanto a direita aparece como um referente para que ocorra a deslegitimação deste arquivo pela via de um conservadorismo liberal do ponto de vista econômico. Os interesses das elites estão maximizados nestes valores reacionários que transitam entre ideologias conservadoras e de direita.

3.2.1. Patologização do discurso político-ideológico

É comum hoje em dia, o uso dos pressupostos teórico-metodológicos da AD para estudar discursos em veículos de comunicação presentes na internet. Em muitos embates proporcionados por discursos relacionados a enunciados disseminados em meios virtuais é possível constatar, por exemplo, que o "esquecimento (PÊCHEUX, 1995) ou "lapso de memória (FREUD, 1916) ocorre no discurso [...] vinculados [...] por meio das mídias digitais" (PÊCHEUX, 1995; FREUD, 1916 *apud* STORTO e ZANARDI, 2019, p. 387), podendo assim, haver a substituição/condensação do significante ou até mesmo o deslocamento de sentido de alguns termos (FREUD, 1977; LACAN, 1988). O que, de certo modo, pode dar outro sentido a interpelação ou apropriação do sujeito em uma determinada rede de significação. Storto e Zanardi falam sobre essa substituição:

Essa substituição de termos, segundo Silva et al. (2011), configura-se como um recurso utilizado no discurso [...] para persuadir o interlocutor a acreditar naquilo que é dito. Essa polarização (nós x eles; direita x esquerda; [...]) é reflexo do que temos assistido no Brasil nos últimos anos: confrontos físicos e virtuais entre grupos políticos conservadores e progressistas, em um contexto alimentado e retroalimentado pelo Congresso Nacional, pela mídia, pela igreja e por outras instituições (STORTO e ZANARDI, 2019, p. 387).

A substituição como recurso para legitimar o certo diante do errado, o bem diante do mal, etc., em certas instâncias da polarização acaba por criminalizar ou patologizar o outro que é diferente. Numa ótica foucaultiana, há um ideal de normalidade que circula desde a Revolução Francesa, servindo como pressuposto para punir o sujeito diante das relações de poder. Pautado nas reformulações sociais de cada época, este ideal segue uma lógica fundamentada em diferentes lugares contrastados pelos ideais de grupos ou classes dominantes. Assim, "o modo como o criminoso começa a ser indiciado é o daquele que feriu o corpo social; o controle passa a ser exercido como "coerção""(FOUCAULT, 1973/2015 apud PEREIRA, 2019, p. 142). Os sujeitos julgam por diversas instâncias, sendo os valores dominantes utilizados como meios para legitimar o julgamento:

[...] extraem-se crenças como na relação inversamente proporcional entre a fraqueza da sociedade e a barbaridade dos crimes e a aliança entre reeducação e punição. Em meio a estes princípios, derivam modelos tais como a sociedade ter a prerrogativa de punir em bloco caso seja para sua proteção com o direito de julgar por reação sem necessidade de acionar alguma instância formal (modelo da infâmia) (PEREIRA, 2019, p. 143).

A prerrogativa para a punição do sujeito que é tido como ameaça, seja criminalizado ou patologizado, remete as ideologias reacionárias com os discursos comuns

entre grupos e classes dominantes e consequentemente em grupos e classes dominados. A retórica reacionária como em acontecimentos como os mencionados anteriormente, por exemplo, em torno do Jesus gay, do Jesus hippie ou da transexual, enfim, em torno de tudo aquilo que grupos ou classes dominantes definem como coisas inaceitáveis de "esquerda" ou de *esquerdopatas*. Acontecimentos que resgatam um lugar de polarização que criminaliza ou patologiza.

Diante dos embates/debates – como os que acontecem cotidianamente nas redes sociais – é comum que o sujeito interlocutor veja o outro como parte de um movimento que representa o adoecimento da sociedade. Apesar do senso comum considerar que temas relacionados ao futebol e a religião, se tratem de temas que não devem ser discutidos, ou seja, que sejam temas tabus, a polarização político-ideológica tem sido cada vez mais crescente, inclusive com relação a esses temas que culturalmente já é sinônimo de embate.

O sujeito inscrito numa linguagem, numa cultura, etc., é o sujeito da falta no sentido freudiano, que se faz através da falta – sujeito pelo outro e pelo Outro, da linguagem, do significante que suprime esta falta de uma relação não linguística, distante de meros atos instintivos como outros animais. Como diz Elia ao falar da natureza do homem animal e da linguagem em termos psicanalíticos freudiano/lacaniano, seja qual for "a necessidade, ela só pode ser experimentada pelo sujeito sob a forma fragmentada, parcializada, mastigada, "moída" pelo significante" (ELIA, 2010, p. 53). O significante é, portanto, fundamental para as demandas do sujeito diante da linguagem em sua interação com o Outro/outro e todos os processos de significação que o cercam. Inclusive, no tocante ao desejo do sujeito, que não é articulável em palavras, mas que sem a sua consciência já está estruturado no inconsciente tornando-o passível de assujeitamento.

[...] aquilo que é impossível a um sujeito articular com palavras, nem por isso deixa de ser estruturado, ou articulado, ao nível do inconsciente. Aliás, inconsciente estruturado quer dizer exatamente isso: algo que é articulado no *logos* da linguagem (sic) mas que nem por isso é articulável em palavras na fala do sujeito. Assim, é justamente por já ser articulado no nível da estrutura inconsciente que o desejo não é articulável pelo sujeito (ELIA, 2010, p. 57).

Muitos significantes que circulam em meios virtuais através de publicações e mensagens em debates, ambas de caráter pejorativo, tratam-se de sequências que indicam a aparição do discurso de ódio. Sobre o significante *esquerdopata*, por exemplo, Storto e Zandardi (2019) afirmam que há relação com o discurso de ódio, quando re-produzido por sujeitos que se intitulam como "cidadão/pessoa de bem".

É oportuno comentar um fato importante sobre a história do Brasil no tocante a patologização que que acabou por ser tratada com psicocirurgias, quando foi concluído "que menos de 1/3 dos pacientes tinham melhoras significativas", o que "gerou um certo pessimismo entre os médicos brasileiros no final da década de 1940". Diante deste fato, não haviam dados de "quantas cirurgias foram realizadas nos hospitais brasileiros, mas apenas no Juquery, até 1949, foram cerca de setecentas, quase todas em mulheres" (YAHN et alii, 1948-49 apud MASIERO, 2003, p. 561). Estes fatos demostram a fragilidade do assunto e o quanto medidas que viabilizem sanar problemas patológico podem ter um desfecho desastroso.

O fato de a maioria dos pacientes serem mulheres e de que um número expressivo de pacientes morria após os procedimentos, poder-se-ia considerar que existia desde então uma forma de genocídio ou de feminicídio pautados num ideal de eugenia com justificativas que transitavam entre patologias e comportamentos considerados inadequados. É possível que seja questionável pelo fato de não houverem muitas explicações quanto ao fato de a maioria dos pacientes fossem mulheres, mas vejamos mais detalhes:

Assim, Longo, Pimenta e Arruda (1949) tiveram a ideia de realizar um estudo num hospital privado, onde, relatam eles, encontraram "melhor material humano". Operaram 21 pacientes. Sem nenhum óbito, conseguiram aproximar-se dos resultados esperados, ou seja, 1/3 curado, 1/3 melhorado e 1/3 não influenciado. Como ainda não haviam perdido o vínculo social, esperava-se que rapidamente voltassem ao convívio familiar e ao trabalho (MASIERO, 2003, p. 561).

Para que não restem dúvidas sobre o quanto consideraram inferiores os pacientes pertencentes a grupos ou classes mais baixas, vejamos outro trecho:

Portanto, se com a intenção de selecionarem "melhor material humano" para o estudo dispensaram negros e pobres e aumentaram o número de homens, estrangeiros e profissionais liberais, fica subentendida uma hierarquia de classe, de raça e de gênero, em última instância, uma atitude racista e sexista. Homens, estrangeiros de países desenvolvidos, brancos, profissionais liberais, seriam aqueles grupos humanos de "melhor qualidade" a que se referiam (MASIERO, 2003, p. 562).

A memória discursiva em questão revela um lugar de uma ideologia eugenista que faz o uso de retóricas pautadas num ideal de raça, classe e gênero para justificar e negligenciar a morte de sujeitos considerados inferiores. Diga-se de passagem, estes sujeitos eram sujeitos considerados com problemas psicopatológicos. De todo modo, indo um pouco longe, em "1947 os psiquiatras Mário Yahn, Stanislau Krynski e os neurocirurgiões Aloysio Mattos Pimenta e Afonso Sette Jr. operaram nove crianças, sendo todas meninas entre nove e 16 anos

de idade, do pavilhão feminino infantil do Juquery". Não obstante, este tipo de prática – que certamente não foi repetida – era justificada através do suposto fato "de que se não fossem tratadas com rapidez, estas crianças com "perversões instintivas" e "desvios de conduta", que tantos infortúnios causavam às famílias, à sociedade e ao próprio hospital, futuramente não teriam mais cura" (MASIERO, 2003, p. 562). Tal justificativa se assemelha ao interdiscurso presente em acontecimentos mais recentes na polarização político-ideológica no Brasil, pois há uma patologização dos sujeitos considerados de esquerda – noção liberal de ideologia; ideologia vista como paixão (*pathos*).

Este *pathos* que patologiza pelo simples fato de haver uma suposta paixão absurda, que acontece de forma doentio, funciona através do que Pêcheux (1995) denominou de "efeito Münchhausen", fazendo referência ao "famoso personagem alemão barão de Münchhausen, aquele sujeito que se salva de um charco, com lama até o pescoço, puxando-se fortemente pelo seu próprio cabelo. Ou seja, [...] **efeito**: do **absurdo**" (SOBRINHO, 2014, p. 42). Algo com este efeito absurdamente doentio que patologiza o outro – o diferente – foi produzido por Andrew Lobaczewski (2014) em *Ponerologia: psicopatas no poder*, um crítico aos projetos emancipatórios, assim como Aron (1980), mas, diferentemente deste último, por uma via patologizante. Vejamos uma de suas críticas ao marxismo:

A ideologia do proletariado, que visava a reestruturação revolucionária do mundo, já estava contaminada pela anomalia esquizoide no entendimento e na confiança sobre a natureza humana; não surpreende que ela tenha facilmente sucumbido a um processo típico de degeneração (LOBACZEWSKI, 2014, p. 144).

Em um vínculo mais estreito com o significante "esquerda", Lyle H. Rossiter também optou por patologizar diretamente em um título chamativo: *a mente esquerdista: as causas psicológicas da loucura política*. Em suas palavras: "A partir desta teoria, ataco o paradigma socialista dominante, o estatismo do bem-estar e o relativismo moral da agenda esquerdista contemporânea, como uma distorção patológica dos instintos sociais normais" (ROSSITER, 2016, p. 16).

Em se tratando, do(a) recorte/análise que vem a seguir, é importante retomar o fio do sentido em torno das derivações que acontecem entre os significantes esquerda (posição do espectro político-ideológico), esquerdista (sentido pejorativo) e *esquerdopata* (sentido patologizado). Tendo como base o *esquerdopada*, que se trata de uma junção de termos com o uso de substituição de sílabas, ou seja, que produz um sentido próximo ao que Freud explica

como sendo "condensação" (FREUD, 1977), é possível afirmar que se trata de um neologismo:

Neologismo pejorativo resultante da junção de "esquerda" como sufixo relativo a "patia", doença. É uma gíria, que, segundo o discurso do senso comum, refere-se ao sujeito que defende a posição política à esquerda contra evidências de corrupção. É "utilizado para se referir aos que têm posição política à esquerda, vinculando-os a uma patologia ou doença mental grave." (CESAR; CUNHA, 2018, p.13 *apud* STORTO e ZANARDI, 2019, p. 390).

Esse discurso metafórico cria um sentido de patologização do outro, e indica, como tantos outros, que existem sentidos circulando de que a sociedade está doente. No entanto, isso não significa que realmente existem pessoas doentes, pelo simples fato de se filiarem a determinadas posições ideológicas, mas pode significar que de alguma maneira estamos com dificuldades de estabelecer laços sociais: um desacordo simbólico marcado pelas sobredeterminações das relações de desigualdade-subordinação-transformação. É questionável o fato de que esse tipo de substituição/condensação, pode significar a dificuldade de perceber a alteridade do outro, pois o fato de existir debate – ainda que com a persistência de um impasse – não significa que a sociedade adoeceu, pois o debate é inerente a democracia.

Para que seja compreendido o discurso metafórico em questão – *esquerdopata* –, é oportuno que seja explanada a origem do termo esquerda para a cena política. De certo modo, essa viagem histórica nos direciona também para a origem do termo direita dentro deste mesmo contexto, poisos dois surgiram simultaneamente:

O uso das categorias esquerda e direita para indicar preferências políticas remonta à Revolução Francesa, na reunião dos Estados Gerais, no final do século XVIII. Delegados identificados com igualitarismo e reforma social sentavam-se à esquerda do rei; delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita (TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 151).

De todo modo, os autores supracitados reiteram que somente no decorrer do século XIX que "a distinção original entre defesa da ordem ou da mudança" (p. 151) acaba por se tornar associadas ao liberalismo e conservadorismo. A este fato, vale a ressalva sobre o efeito metonímico lacaniano, que marca o deslocamento de sentidos que se solidificam em determinadas redes de significação. Isso é válido inclusive para a atual conjuntura sociopolítica brasileira, onde as rupturas já não permitem mais que apenas esquerda e direita definam o espectro político-ideológico, mas que no imaginário do sujeito do senso comum,

cotidianamente esquerda e direita sejam associadas a liberalismo e conservadorismo, assim como aconteceu ao longo do século XIX. Trata-se de uma memória discursiva que permite que os sentidos sejam deslocados com diferentes significantes. Em outras palavras, quando dizem "esquerda" ela ainda é pensada num sentido deslocado para o liberalismo, embora o termo "liberal" tenha sido muito usado para remeter a outras instâncias do espectro político como as associadas a liberdade econômica ou, mais especificamente, a direita.

Neste embaraçoso sentido deslocado pelo efeito metonímico há também espaço para o efeito parafrástico, que faz o sujeito evocar certos sentidos num determinado circuito de significações, como "uma espécie de *cumplicidade* entre o locutor e aquele a quem ele se dirige, como condição de existência de um *sentido* da frase. Essa cumplicidade supõe de fato, uma *identificação do locutor*, isto é, a possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar" (PÊCHEUX, 1995, p. 114-115). Neste ponto, a articulação de grupos ou classes dominantes para, através de discursos que provocam efeitos de sentido diretamente ligados ao público para o qual o locutor direciona seus enunciados, é realizada através de processos ideológicos que se estabelecem a parti dessa cumplicidade ressaltada por Pêcheux. Um exemplo disso está em enunciados de figuras públicas da cena eleitoral com filiação ideológica atrelada ao conservadorismo cristão, pois o cristianismo tem maior aceitação no Brasil e, por isto, interpela ideologicamente com maior precisão se analisarmos por uma ótica quantitativa.

Após essa breve explanação sobre a origem da esquerda e da direita, assim como os deslocamentos de sentidos — efeito metonímico —, vejamos um pouco sobre a metáfora *esquerdopata*, que, diferentemente da metonímia, se trata de uma "substituição" (FREUD, 1977). Há uma tentativa de inferiorização do outro, algo como um degenerado. Para melhor compreender esta noção de degeneração do sujeito, é importante que pensemos o sujeito como alienado a alguma anormalidade psíquica ou de conduta. Diante disso, cabe pensarmos também sobre a monomania, que considera o crime como algo patológico, como um episódio de loucura, uma perda da sanidade, etc. Em outros termos, a monomania considera crime mórbido e a degeneração considera o crime patológico, inclusive podendo ser tratado/medicalizado.

Enquanto a reflexão em torno da monomania estabelece que um alienado às vezes pode cometer crimes e que existiriam formas mórbidas especialmente criminógenas, a reflexão em torno da degeneração estabelece, por seu lado, que grande parte dos criminosos, por serem criminosos, não deixa de apresentar algum grau de anormalidade psíquica (CARRARA, 1998, p. 97).

Deslocadas as ideias em torno da monomania e da degeneração, a antropologia criminal surge no final do século XIX tendo inclusive um esquema gráfico criado por Magnan e Legrain para estabelecer pontos que definem do mais selvagem ao mais idiota na escala de evolução (CARRARA, 1998). O que vemos aqui é a tipologização de sujeitos em níveis mais ou menos lúcidos ou patológicos que contrastam com a ideia de degeneração de sujeitos menos evoluídos. Apesar deste percurso ter sido importante para a psiquiatria – não sendo assertivo neste momento –, o termo idiota denota as tentativas de patologização presente em discursos reacionários – de direita e/ou neoconservadores – no Brasil contemporâneo.

Lembremos da figura 1 e do recorte 1 – e as respectivas análises deste *corpus* – no que tange aos efeitos de sentidos nos ataques às universidades públicas e às mídias, onde reside uma ideia de existência do ""proletariado intelectual" das universidades e da mídia onde esse mesmo empreendimento colhe o grosso da sua militância e dos seus idiotas úteis" (CARVALHO, 2013, p. 169-170). Discordamos desta afirmação e trazemos análises e discussões que demostram o quanto esta "idiotização" do outro possui parâmetros reacionários em prol de grupos e/ou classes dominantes.

Toda essa rede de significação em que o sujeito conservador de direita se inscreve, pode ser definida como formação discursiva (FD). Sequências discursivas como *esquerdopata*, esquerdista, comunista e comuna, por exemplo, pertencem a FD conservadora na polarização política, onde o sujeito – dominado por esta FD – re-produz na tentativa de legitimar o que acreditam ser o correto/real do seu ponto vista. Paráfrase, metonímia e metáfora são bem articuladas no funcionamento de uma FD:

A FD funciona por meio de processos parafrásticos e metafórico-metonímicos, sendo ambos interligados. O processo metafórico-metonímico consiste na substituição de uma palavra por outra, determinando que essas palavras, diferentes, recebam o mesmo sentido, tornem-se sinônimas. Esse processo afeta as palavras ou expressões de um enunciado (NARZETTI, 2018, p. 654).

O duplo sentido causo pelo processo metafórico-metonímico ocorre no caso do significante *esquerdopata*. Metafórico – através da condensação, da junção da sequência "esquerda" com o sufixo relativo a "patia" – e ao mesmo tempo metonímico – graças ao deslocamento do sentido com relação ao a posição-sujeito de esquerda. Logo abaixo, a partir da figura 5, segue uma sequência discursiva (SD) onde o significante em questão é evocado pelo sujeito do discurso:

Figura 5 - Silas Malafaia e o esquerdopata



Silas Malafaia @ @PastorMalafaia · 26 de jun
COMO A IMPRENSA É ESQUERDOPATA, PARCIAL E INESCRUPULOSA! Não
tem notícia no globo, folha e veja, Bolsonaro inaugura obra que a
roubalheira petista deixou parada.



Fonte: Print do Twitter¹⁶

A figura 5 pode ser encontrada na rede social Twitter, em uma rede aberta no perfil de uma figura pública, o Pastor Silas Malafaia. A postagem trata-se de um vídeo de uma matéria, feita sobre a inauguração da conclusão da transposição do Rio São Francisco, por uma rede de televisão pública do Executivo Brasileiro. Como já dito, mas para que não restem dúvidas e fique claro as filiações, apesar de pertencer à Empresa Brasil de Comunicação, o governo federal opera a TV Brasil. Embora existam evidências importantes no vídeo, como, por exemplo, a chamada na legenda e as cores da bandeira nacional em símbolos na imagem, os recortes foram feitos a partir do enunciado de autoria do sujeito Silas Malafaia.

Recorte 5:

¹⁶ Disponível em: https://twitter.com/PastorMalafaia/status/1276691602086539264>. Acesso em 25 set. 2020.

COMO A IMPRENSA É ESQUERDOPATA, PARCIAL E INESCRUPULOSA! Não tem notícia no globo, folha e veja, Bolsonaro inaugura obra que a roubalheira petista deixou parada (Silas Malafaia).

Logo mais, é oportuno uma discussão acerca de conceitos psicanalítico para tratar da análise estabelecida com relação aos recortes realizados a partir da figura 5. Para tanto, é possível estabelecer um significante mestre (S1), que se trata de um termo lacaniano estudado por Zizek, segundo Fábio Tfouni (2014). Para o autor supracitado (p. 202): "O S1, que além de significante mestre é traço unário, pode ser um caminho para tratar a questão da identidade numa interface entre a AD e a psicanálise".

Para chamar a atenção do telespectador, a princípio o sujeito Silas Malafaia expõem seu posicionamento com através de uma SD em caixa alta. No trecho o autor do É "COMO Α **IMPRENSA** ESQUEDOPATA, E discurso diz: PARCIAL INESCRUPULOSA" (Silas Malafaia). A partir desta SD é possível definir um significante mestre (S1), o termo esquerdopata. Neste sentido é importante que se explique, segundo as concepções teóricas da AD aliada a psicanálise, o porquê de um significante ser um S1 e não um significante como um outro qualquer: "O significante mestre é aquele que começa a cadeia de significantes da qual o sujeito é efeito, e funciona também como gerador e organizador de sentidos" (TFOUNI, 2019, p. 195).

No discurso em análise a partir da figura 5 e do recorte 5, a SD *esquedopata*, ou até mesmo o termo *esquerdopatia*, que eventualmente pode vir a ser uma derivação, permitem a formulação do significante mestre seguido de derivações de sentidos expostas no quadro eu segue logo abaixo com:

Significante Mestre	Derivações	
	Deriva para sem escrúpulo (considerando o	
	dito: inescrupulosa)	
	Deriva para sem moral (considerando o não	
Esquerdopata/Esquerdopatia	dito: sem escrúpulos, sem ética no sentido	
	institucional, etc.)	
	Deriva para degenerado, (considerando o não	
	dito fora do circuito em questão: o	
	institucional, a imprensa, a mídia, etc.)	

Quadro 2- esquerdopata/esquerdopatia

O quadro 2 demonstra como tem circulado alguns sentidos em torno de *esquerdopata/esquerdopatia*, sendo possível muitos outros sentidos dentro e fora deste circuito, o da moral religiosa. É possível afirmar que os efeitos de sentidos estão presos a este

fio, pois o "outro" é significado, no sentido de ser patologizado como inescrupuloso, sem moral, degenerado, etc. Daí o "Outro" é mobilizado, o perfeito, o que serve como parâmetro, o Deus cristão. Outrossim, grupos e/ou classes que fazem o uso da SD esquerdopata/esquerdopatia filiam-se imaginariamente à direita do espectro político-ideológico apropriando-se de valores neoconservadores que consideram outro (diferente) degenerado, ora mentalmente, ora com relação aos seus valores.

A ideia de degeneração parte de princípios reacionários diretamente ligados a discursos e ideologias conservadoras:

Morel partia do princípio que, criado originalmente por Deus, o homem era um ser perfeito. É interessante notar que tal perfeição em sua expressão máxima nada mais seria, para Morel, senão a possibilidade de uma completa submissão do físico ao moral, do corpo à alma, princípio de totalização da pessoa humana enquanto pessoa divina (CARRARA, 1998, p. 84).

Ao falar sobre o crime como algo atrelado a uma degeneração mental¹⁷ e/ou patologia, Carrara (1998, p. 81) salienta que em meados do século XIX "a doutrina da degeneração recebeu sua formulação mais acabada no interior do pensamento psiquiátrico". Por este viés e tendo o escritor e psiquiatra Bénédict-Augustin Morel como base para uma crítica, o autor supracitado explica que os desajustados – dentro de um contexto social como sendo sujeitos que carregam em sua essência uma patologia hereditária. Em outros termos, "enquanto totalidade físico-moral, assentava-se a crença na hereditariedade enquanto transmissora tanto de caracteres físicos quanto morais – temperamento, caráter, aptidões, etc." (p. 83). Pensando no Brasil atualmente, a acepção em torno de uma suposta degeneração remete uma memória discursiva que, apesar de não estar sendo dita em nome de um ramo da ciência – como a psiquiatria do século retrasado – é reproduzida a partir da patologização do outro, especificamente o sujeito que é atribuído o termo *esquerdopata*.

A doutrina da degeneração deve ser pensada junto aos ideais evolucionistas pelo fato de que tanto a degeneração como o evolucionismo dão margem para ideias eugenistas — uma contradição interna de paradigma, pois o evolucionismo é a recusa do criacionismo. As explicações científicas/biologizantes sobre degeneração no século XX, em especial ao nos remetermos ao eugenista e médico-legista Nina Rodrigues, dão sentido ao perigoso jogo político-ético-moral-ideológico por trás da patologização.

_

¹⁷ [...] a degeneração, enquanto uma das formas da alienação mental, tornava o conceito tão fluido e abrangente que poderia equacionar em seus termos uma gama muito grande de comportamentos que não haviam ainda sido claramente patologizados (CARRARA, 1998, p. 95).

Os desvios em relação à norma social, que antes haviam podido ser apresentados como frutos de uma liberdade humana essencial, encontram agora uma determinação comum. Loucos, santos, homicidas, gênios, suicidas ou perversos sexuais começam a ser vistos como frutos de um mesmo processo degenerativo (CARRARA, 1998, p. 95).

Esta ideia de degeneração demostrada por Carrara (1998) em um contraste com o "efeito Münchhausen" (PÊCHEUX, 1995), ou mais precisamente o "efeito Münchhausen político" (SOBRINHO, 2014), determina um inimigo pataologizado. Há um contraste moralista e ao mesmo tempo contraditório em se tratando dos princípios morais no que se refere as críticas aos "acusados" de serem comunistas, por exemplo, como já aconteceu e como vimos na militância de Lyle H. Rossiter (2016). Essa patologização e/ou tentativa de linearidade ou literalidade entre o fato de ser comunista e ao mesmo tempo uma ameaça, é claramente explicado por Masiero (2003) ao falar sobre a prática da lobotomia na América, mesmo após a sua extinção pelo mundo à fora: "Os americanos insistiram na prática até os anos 1950 e são suspeitos de realizarem lobotomias em pessoas acusadas de comunistas e de terem condutas sexuais inadequadas" (MASIERO, 2003, p. 557). Estes acontecimentos têm relação com o "McCartismo", cujo a designação da ideologia é a de perseguição a indivíduos suspeitos de associação ao comunismo nos Estados Unidos.

Em se tratando de Brasil — o que não elimina as derivações de sentidos em conexão com outras instâncias territoriais —, o fio do sentido tem vínculos com as derivações discursivas de uma formação social (FS) do Brasil pós-ditadura. Pautada na existência de um inimigo interno desde o período do golpe militar, as formações discursivas e ideológicas deste período possuem relação com a ideologia da segurança nacional de Golbery do Couto e Silva — Ministro-chefe do Gabinete Civil do Brasil Serviço Nacional de Informações (SNI) — que fez frente ao avanço do comunismo no cenário político brasileiro. Neste espaço-tempo se instaurou o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), Organização compostas por militares e estudantes de direito — algo muito parecido com as articulações do pós-golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em de 2016, quando surgiram supostas saídas para combater uma suposta nova "ameaça vermelha" com a condenação do ex-presidente Lula — atuação jurídica — e a candidatura do Jair Bolsonaro — atuação militar —, período em que, dentre vários discurso, circulou-se muito o enunciado "a nossa bandeira jamais será vermelha".

Sabendo que o significante *esquerdopata* é o S1, o "gerador e organizador de sentidos", é possível estabelecer a formação discursiva que o sujeito Silas Malafaia está filiado, a FD direita-conservadora. Cotidianamente chamada apenas de direita pelos sujeitos

interpelados ideologicamente pelo discurso desta FD, ela se opõe a FD esquerda-progressista, que é criticada na SD em caixa alta, recortada anteriormente. A esquerda, dirigida pelo sujeito do discurso de modo pejorativo através do significante *esquerdopata*, possui outros efeitos de sentidos além do sufixo relacionado a "patia", que por somente por si indica a patologização do outro, como se o outro da DF esquerda-progressista representasse uma sociedade doente. No entanto, considerando a relação do S1 com os demais significantes da SD podemos compreender que: a) o sujeito fala do *esquerdopada*, logo "parcial", impossível de ser imparcial, pois coloca seus ideais à frente; b) *esquerdopata*, pois faz parte da "imprensa" que critica o governo federal; c) *esquerdopata*, pois se trata de uma vertente "inescrupulosa" nas relações sociopolíticas.

O circuito se fecha no recorte com a SD: "Não tem notícia no globo, folha e veja, Bolsonaro inaugura obra que a roubalheira petista deixou parada" (Silas Malafaia). Apesar do efeito de sentido criado em discurso para designar que a imprensa é *esquerdopata*, parcial, etc., tendo seguimento com a falácia de que não houve divulgação em alguns meios como os mencionados acima na última SD, o significante *esquerdopata* foi definido como S1 pelo fato de estar sendo atribuído não a um ou outro sujeito, mas também a instituições de comunicação. Esta afirmação, além de desprovida de provas, é totalmente exagerada, pois em todas estas instituições mencionadas – globo, folha, veja e tantas outras que se enquadrem nos parâmetros estabelecidos pelo sujeito do discurso – são compostas por diversos sujeitos. Estes sujeitos falam através dela e falam através de outros lugares, sendo suscetíveis a serem interpelados por diversas FDs e FIs.

Diga-se de passagem, foi checado e os veículos de comunicação mencionados e criticados divulgaram a notícia exposta na publicação do sujeito Silas Malafaia, mas sem a difusão de uma notícia que enaltecesse a imagem do governo. Na verdade, as manchetes continham um parêntese sobre o fato de que obra inaugurada pelo então presidente Jair Bolsonaro, já estava em andamento e quase concluída. Este é momento para questionar, se um meio de comunicação deixa de noticiar esta informação de que a obra estava quase acabada, estaria realizando com êxito o seu trabalho de imprensa de forma imparcial ou "parcial" para que o governo federal fosse elogiado perante a opinião pública.

A opinião pública tem uma forte ligação com as escolhas políticas dos sujeitos, pois é através dos discursos que circulam no meio político que acontece a manipulação. Estas redes de significações onde acontece a interpelação dos indivíduos, funcionam em diferentes níveis consoante ao lugar do sujeito coletivo. Entretanto, para que este assujeitamento seja

evitado, é importante que o sujeito questione as decisões políticas e, inclusive, com relação ao seu lugar.

[...] na relação que se constrói entre os políticos e a opinião pública dos cidadãos por meio do discurso, visto que é pela palavra que se persuade, que se seduz que, no fim das contas, se regula a vida política. Num regime democrático, a vida política reside numa conquista da opinião pública (CHARAUDEAU, 2016, p. 10).

Vale ressaltar que a TV Brasil – operada pelo governo federal – não fez menção a este fato mencionado pelas mídias criticadas pelo sujeito Silas Malafaia. Voltando a última SD, indo mais uma vez longe, mas diríamos, não tanto como no caso da atribuição do sentido de *esquerdopatia* a imprensa que não propaga os ideais do governo federal, o sujeito encerra o enunciado dizendo "Bolsonaro inaugura obra que a roubalheira petista deixou parada". Criando um efeito de sentido como retórica para o discurso proferido nas mídias, consideradas por ele como sendo *esquerdopatas*.

Ao tratar sobre as análises freudianas sobre a psicopatologia, Lacan (1998, p. 270) salienta que "o sintoma se resolve por inteiro numa análise linguageira, por ser ele mesmo estruturado como uma linguagem, por ser a linguagem cuja fala deve ser libertada". Por esse viés, Lacan explica a lógica do significante que é resultante do simbólico formulado no inconsciente do sujeito.

Conforme F. Tfouni (2014), significante se liga a ideologia através da identificação do sujeito, dando origem a identificação-assujeitamento. Tendo como base essa premissa, o autor supracitado faz uma aproximação entre FD e significante mestre (S1) a partir "do trabalho de Zizek (1992), no qual este autor realiza uma "leitura política" do gráfico do desejo [...] lacaniano, trabalhando também as noções de basteamento ideológico e de significante mestre" (TFOUNI, 2014, p. 196). Delimita-se assim o gráfico dos desejos a partir da posição-sujeito baseada em vários significantes, mas com um prevalecendo a todos que se articulam: o S1. "Antes da entrada do significante mestre já existe linguagem, mas os significantes estão dispersos, não estão amarrados ou ordenados. A entrada do significante mestre ordena todos os outros. Sua retroação organiza significantes que estavam soltos anteriormente" (Ibidem, p. 196-197). Neste ponto, o significante mestre lacaniano abordado por Zizek se aproxima muito da FD pecheutiana.

Uma vez que o significante mestre funciona como gerador de sentido e interpretante, podemos dizer também que o modo com o qual um

significante será interpretado dependerá da formação discursiva na qual o sujeito lê (interpreta) esse significante (TFOUNI, 2014, p. 197).

A sociedade, com todas as suas produções de sentidos materializadas em FDs interpela os indivíduos em sujeitos, causando a identificação com determinadas FIs. Este misto althusseriano de interpelação com a FD pecheutiana, carece ainda de uma explicação mais lacaniana acerca das práticas discursivas. Segundo Teixeira (1994):

Constitui-se, assim, uma *imago*, ao mesmo tempo alienante e estruturante, tal como o *Ego-Ideal* (ego do desejo materno): alienante, porque não corresponde à experiência (é um *eu-fora-de-mim* que não confirma o *eu-dentro-de-mim*); estruturante, porque as tentativas de corresponder a essa imagem é que vão constituir o sujeito (TEIXEIRA, 1994, p. 72).

A partir das reflexões realizadas com análise e diálogo teórico, propõe-se que os sujeitos estejam atentos aos efeitos de sentidos que circulam nas mídias, principalmente por parte de sujeitos que são figuras públicas. A atenção deve se redobrar caso o sujeito do discurso se filie a FD direita-conservadora, pois estes se filiam a FIs que vão de encontro aos interesses do povo – por estarem filiados aos aparelhos ideológicos do estado (AIE) que também são marcados por lugares de enfrentamento: reprodução-transformação (ALTHUSSER, 1985; PÊCHEUX, 1995) – como é o caso da FI cristã, que apoia as articulações do estado, considerando a maioria das instituições cristãs brasileiras.

É oportuno retomar a memória discursiva do slogan de campanha do Bolsonaro em sua candidatura à presidência: "Deus acima de todos". A FI cristã está presente de forma expressiva e o sujeito Silas Malafaia, inscrito na FD direita-conservadora, também está filiado a tal FI. Seguindo esta reflexão, segundo Narzetti (2018, p. 655), "a FI cristã interpela os indivíduos em sujeitos religiosos em nome de Deus, com que são levados a se identificar". Isso não significa dizer que toda FI religiosa esteja atrelada a essa rede de significação, ou que toda instituição religiosa esteja. Não se pode afirmar que toda FD direita-conservadora esteja contida na FI religiosa, pois há FDs religiosas, de distintas religiões que podem fazer parte ou não da FI conservadora ou da FI cristã, por exemplo. No entanto, como afirma a autora supracitada, "essa identificação dos sujeitos com o Sujeito relaciona-se à identificação dos sujeitos entre si, permitindo que sejam "solidários" e figurativizem as relações econômicas e jurídicas nessas relações religiosas dos homens com Deus". Apesar de sujeitos e instituições se colocarem como representantes de Deus, é preciso que estejamos atentos sobre para quem a FI desses sujeitos está produzindo sentidos através de FDs que são compartilhadas nas mídias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder uma questão que partiu de uma inquietação diretamente ligada as possibilidades de leitura de um âmbito extrema e terrivelmente importante da sociedade: a política. Deste modo, estabeleceu-se uma problemática que possui relação com as noções sobre o espectro político-ideológico. Pensar o político e a política dentro dos termos teórico-metodológicos da análise de discurso pecheutiana/materialista é o mesmo que pensar a partir da noção de sujeito que se constitui politicamente em sua relação com determinados arquivos que, dependendo da forma como são lidos/interpretados, estabelece-se a forma-sujeito em um jogo de interpelação/identificação.

Desse modo, foi possível estabelecer distinção entre o político e a política, sendo o político o constitutivo da linguagem, a divisão dos sentidos que se contradizem historicamente, enquanto a política está associada as instâncias da superestrutura dos modos de reprodução/transformação. Por este viés, a pesquisa abordou as diferenças ideológicas por meio de formações discursivas com relação ao sujeito interpelado ideologicamente por questões que envolvem as manifestações do mesmo no tocante ao espectro político-ideológico (noções sobre esquerda/direita, liberal/progressista, conservador/autoritário). Estes efeitos de sentidos foram demostrados não somente através de análise que demostram a dicotomia esquerda-direita, mas também por nuances que são re-produzidas em meio aos contextos digitais de redes virtuais/sociais.

Foi possível pensar aqui sobre uma série de questões que foram analisadas em detrimento de sentidos que circulam na contramão das demandas sociais. Um caráter reacionário e ao mesmo tempo disruptivo foi denunciado nas análises realizadas do presente trabalho. É necessário engajamento sobre as materialidades discursivas. Neste ponto, a educação tem uma importante função através do letramento. Diga-se de passagem, não é qualquer educação, pois o engajamento se dá através de uma educação emancipadora, pois a ideologia dominante cria, produz e reproduz discursos que interpelam os indivíduos em sujeitos que em determinadas instâncias afetados, silenciados e até mesmo identificados por/com processos de ideologização guiados por formações discursivas que favorecem em larga escala grupos ou classes dominantes.

Dentro dos termos estabelecidos na pesquisa, compreende-se a interpretação ou leitura do espectro como atravessada pelas noções sobre as regiões deste, na medida em que

as redes digitais/virtuais/sociais são espaços de educação não escolar. As formas de interpelação/identificação do/pelo discurso que é disseminado em redes digitais e o sujeito que se diz de esquerda, de direita, liberal (ora do ponto de vista econômico, orado ponto de vista social), progressista, conservador, tratam-se de formas que constituem o sujeito do discurso. Neste emaranhado foi pontuado na pesquisa a importância de se compreender questões relacionadas a grupos e/ou classes. Isto foi estabelecido de acordo com as linhas do espectro político, sendo a linha social relacionada aos grupos e a linha econômica relacionada as classes.

Tendo como base o fato de que a AD é materialista e, portanto, é comum que se faça um trabalho voltado para as classes em uma interface com a psicanálise, ou seja, distanciando-nos dos efeitos de sentidos que se aproximem dos grupos, uma vez que estes últimos possuam maior relação com as ciências sociais em uma tentativa de compreensão do real psico-sociológico, preferimos tomar a compreensão acerca dos dois significantes – grupo e/ou classes – por uma via analítica que preza o todo complexo das relações socioeconômicas chamando atenção para o fato de que muitos sujeitos se colocam ou se identificam com determinadas regiões do espectro político-ideológico cometendo o equívoco de não compreender a qual classe pertença de fato. No final das contas a consciência de classe é o grande X da questão e, portanto, o nível de letramento em relação ao entendimento das regiões em questão – paralelamente a estrutura socioeconômica – é imprescindível para que pensemos nas formas de leitura e de assujeitamento, assim como nas saídas para um projeto emancipatório, em especial via educação institucionalizada.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), convém pensar estratégias/propostas para as práticas letradas e discursivas que eventualmente sejam condizentes com a emancipação do sujeito. No entanto, ficam duas questões à deriva: 1) o sujeito universitário – seja docente, discente graduando ou pós-graduando – estaria apto a compreender bem ou razoavelmente o espectro político-ideológico traçando um paralelo com o todo complexo das relações socioeconômicas, havendo consciência de classe diante dos processos de identificação/interpelação que o cercam? 2) pensando na questão anterior e na sociedade como um todo, seria possível estabelecer por meio da educação básica e da educação superior um diálogo que proporcione uma educação emancipatória para que não engrenagens da máquina capitalista frente as sejamos simples desigualdades socioeconômicas? Talvez as camadas mais altas do âmbito superior tenham uma compreensão mais próxima da realidade, mas isso está longe de ser unanimidade e nos coloca diante de outras questões que englobam tanto o caráter ideológico e político das ciências como também o quanto sujeitos letrados e/ou técnicos da palavra ou do discurso precisam sair de suas bolhas para produzir uma linguagem que não sirva somente para a comunidade acadêmica, mas também para a comunidade de modo geral.

O exercício de pensar/refletir em um nível de letramento que possibilite observar as demandas que emanam das relações socioeconômicas que sobreterminam os lugares social-histórico-ideológico do sujeito, é o mesmo que poder pensar criticamente com a possiblidade de ações acerca de posições que não sejam subordinadas/subalternas. De todo modo, como foi pontuado em toda a pesquisa, é importante que o letramento caminhe também na direção de uma reflexão crítica em torno das redes digitais, uma vez que as mídias e redes digitais/sociais sobredeterminam em produtos culturais através da lógica binária/algorítmica que encurta o espaço-tempo, podendo também encurtar os sentidos re-produzidos em redes em contraste com a rapidez da dinâmica capitalista.

No Primeiro Capítulo foi dada ênfase a uma discussão teórico-metodológica com vistas ao lugar do sujeito. Este lugar foi incialmente pensado a partir de outras ciências, dispositivos, métodos, disciplinas, etc. que não possuem relação com as materialidades discursivas, mas quem possuem certa aproximação com a AD. Portanto, desde este momento do trabalho o sujeito do discurso foi demonstrado pela noção de funcionamento discursivo, pensado a partir de alguns lugares onde as materialidades são analisadas através de aspectos que trabalham tanto o lugar do sujeito do inconsciente, em uma interface com a psicanálise, assim como os lugares histórico-social-ideológico descobertos tanto em pistas/marcas discursivas como através dos silêncios, do não-dito e/ou do implícito.

Assim, apresentou-se que a AD pecheutiana/materialista como uma vertente que busca analisar sem que o efeito parafrástico de um social já dado seja posto como evidência de sentido, diferentemente de outras concepções que se aproximam dela. Por outro lado, foi possível refletir acerca do fato de que outras aproximações teórico-metodológicas não ficam apenas na zona de comparação com a AD em sua totalidade, mas compõem a AD numa mesclagem que possibilita o acesso a polissemia — a multiplicidade de sentidos. Vale relembrar aqui algumas alianças importantes: o materialismo histórico e dialético de Marx; o materialismo althusseriano; a psicanálise freudiana-lacaniana; e o paradigma indiciário de Ginzburg. No Segundo Capítulo, sobre os "procedimentos teórico-metodológicos", as alianças teórico-metodológicas foram retomadas em contraste com os conceitos de recorte e de *corpus* discursivo, onde a AD foi explicada também como dispositivo teórico-analítico que

em seu processo de análise é constituída por sequência discursiva (SD), formação discursiva (FD), formação ideológica (FI) e posição-sujeito (PS).

Ainda no Primeiro Capítulo, foi realizada uma discussão importante sobre a metonímia e/ou efeito metonímico, que em um vínculo com a psicanálise lacaniana situa o funcionamento discursivo com seus deslocamentos de sentidos entre significantes. Este trecho conceitual – que serviu para demostrar as referências do trabalho de Lacan com relação ao de Freud sobre linguagem e inconsciente – foi retomado no Terceiro Capítulo: dispositivo teórico analítico (onde se formulou o *corpus* e aconteceram as análises), quando na primeira seção é trazido à tona o fato de que o sentido contido na "ditatura militar", que remete ao autoritarismo e/ou censura da liberdade de expressão, é deslocado pela posição-sujeito para as instituições de nível superior: um dos exemplos no/do trabalho de analise que demonstram o deslocamento de sentido por questões ideológicas de caráter reacionário, denunciadas no presente trabalho.

Outro ponto conceitual importante são as condições de produção do discurso. Concluiu-se que as regiões do espectro político-ideológico devem ser analisadas de acordo com os lugares e vínculos que remetem ao discurso. Seja o discurso político – como é dito em diversas instâncias, de forma equivocada segundo a visão materialista, pois todo discurso é político no sentido de ser politizador e divisível no tocante a constituição do sujeito do discurso –, seja o discurso de ódio – aqui compreendido por efeitos de sentidos que remetem a uma retórica marcada por injúria, discriminação e patologização, dentre outras marcas discursivas que representam o sentimento de ódio, reconhecidos em várias instâncias como discurso de ódio –, em ambos os casos, as condições de produção estabelecem o conjunto sócio-histórico-ideológico, como ocorre nas análises deste trabalho. O político e as novas verdades estabelecem a lógica para que o ódio funcione justificadamente como retórica.

Na primeira seção (Polarização Política) do Terceiro Capítulo, apesar do enfoque em questão, a análise não se deu a partir de embates, pois para que se compreendesse a conjuntura da problemática em que o Brasil contemporâneo se encontra, foi estabelecido um *corpus* a partir de um recorte de uma publicação com uma posição-sujeito que demonstra um fio do sentido a partir de um lugar – uma memória discursiva registrada em rede social – que consideramos importante, de uma militância anti-intelectual; anticomunista; pautado na lógica da escola sem partido ou de que existe uma doutrinação marxista nas instituições públicas de ensino superior; filiado a FD direita-conservadora; e filiado a FIs que normalmente funcionam na mesma direção de valores dominantes/hegemônicos tomados por ideologias que transitam

mais ou menos tendo como base valores como o patriotismo, a religião e o culto à ordem cívica. Deste modo, formulou-se a FI patriarcal-elitista-militar, denunciada neste trabalho.

A partir deste movimento, foi possível estabelecer e concluir em análise o potencial das redes digitais frente a disseminação de formações discursivas e ideológicas que representam a direita, ultradireita, conservadorismo ou ultraconservadorismo, dependendo das noções que circulam frente as posições-sujeitos em contraste com o espectro político-ideológico. Aqui, mais uma vez, salientamos a importância de grau de letramento para uma leitura lúcida da conjuntura política que permita a reflexão diante das tentativas de cristalização de anacronismos que propiciem determinadas ideologias. A forma como o sujeito mobiliza os arquivos que retratam a história do Brasil sobre acontecimentos políticos é fundamental para que o mesmo seja ou não vítimas de estórias.

Na segunda seção (Noções sobre o espectro político) do Terceiro Capítulo, a análise se deu com relação a postagens de publicação e de comentários sobre esta. A partir de alguns embates entre internautas sobre uma crítica indireta — em publicação analisada — ao que definimos como memória discursiva que pôde ser recuperada pelo fio do sentido que se prende ao significante "cristofobia". Estas redes de memória que transitam no espaço-tempo com efeitos de paródias para posições-sujeitos que se identificam imaginaria ou simbolicamente com regiões do espectro, constituíram os deslocamentos de sentidos nos embates que se deslocaram também para outras regiões — para fora deste eixo norteador: "cristofobia" — possibilitando rastros percebidos pelo trabalho de análise, que indicam a dicotomização do sentido em torno do que as posições-sujeitos discriminadoras reconhecem por esquerda, relacionando a questões de cunho moralista em um sentido pejorativo. Chegando assim, a distanciar ainda mais deste eixo paradigmático, possibilitando a definição de algumas posições-sujeito, tais como: posição-sujeito 1, relativa a FD pró-ciência e posição-sujeito 2, relativa a FD pró-religião (Cf. quadro 1).

Discordamos desta assimilação da esquerda – deslocada também para pró-ciência e neste movimento sendo distanciada do que foi determinado como pró-religião – a questões ideologizantes – no caso da análise realizada no primeiro capítulo, mas que não discordamos também que não deva ocorrer isto com relação a quaisquer outras regiões ou posições – que fogem da ordem da moral, pois tal noção generalizante não considera o quanto sujeitos podem estar em diferentes posições do espectros na medida em que as posições-sujeito são marcadas por contradições e sobredeterminações que constituem o sujeito fragmentado, constituído pela forma-sujeito que o determina diante de diferentes lugares. A compreensão de todas estas questões requer certo grau de letramento sobre questões que englobam diversas áreas do

conhecimento, o que, de certo modo, justifica as mobilizações/leituras que o sujeito pode fazer em um determinado grau de letramento na medida em que interpreta os arquivos da grandiosa rede digital e/ou da sua história de seu conhecimento/saber.

Na subseção (Patologização do discurso político-ideológico) da segunda seção do Terceiro Capítulo, abordou-se considerações, reflexões e análise acerca de uma patologização contra o sujeito imaginado/simbolizado como de esquerda. O neologismo *esquerdopata* é definido então para como efeito de sentido que justifica discursos que não passam de tentativas que transitam entre ações discriminatórias, incriminatórias, preconceituosas ou patologizantes. Desse modo, são várias as derivações de sentidos: esquerda (posição do espectro político-ideológico); esquerdista (sentido pejorativo); e *esquerdopata* (sentido patologizado).

A patologia, doença mental grave, desvios de condutas e até mesmo perversões instintivas que derivam sempre para a esquerda, tratam-se de contornos diferentes estabelecidos em formações discursivas e ideológicas de posições-sujeitos antagônicas ao que imaginam/distorcem como esquerda, esquerdista e *esquerdopata*. Pela ótica do outro que não reconhece a alteridade, o conservador de direita. De todo modo, mais uma vez salientamos que um nível de letramento que possa ajudar a discernir com clareza as regiões que constituem o sujeito fragmentado diante das questões politizadoras associadas as regiões do espectro, trata-se de um nível que possa orientar no sentido de promover outra "cura": o reconhecimento à alteridade. Questões ligadas ao conservadorismo cristão, que não se trata de um saber sólido, legítimo, irrefutável, estão sendo associadas ao termo direita. Este movimento torna o(a) sentido/conexão/coerência dispersos e o entendimento destas zonas de sentidos dependem do nível de letramento, sendo os níveis mais altos mais aptos a captá-los e, portanto, menos propícios a cometer equívocos. Neste ponto, práticas letradas seriam ideais para uma tomada de consciência socioeconômica e/ou político-ideológica.

Conclui-se que a patologização político-ideológica da/na atual conjuntura sociopolítica nacional possui marcadores de sentidos através de algo articulado no *logos* da linguagem. Algo que considera o a ideologia outro como paixão (*pathos*), produzindo-se assim o *ethos* discursivo curiosamente atuante em um tom de paixão política por parte das posições-sujeito que se articulam neste movimento discursivo de retórica do ódio. É possível observar, neste ponto, certas derivações de sentidos da paixão da cena futebolística para a cena político-ideológica, mas os contornos desta discussão ficarão para um outro momento em um projeto que precisará de mais tempo e dedicação.

Por ora, espero ter contribuído para a apreciação crítica às circularidades e ao viés educativo fortemente difundidos em redes digitais/virtuais/sociais, de modo que seja útil para compreensão destas circunstâncias que culminam em politizações que, como mostrado na pesquisa, de forma devastadora não emancipam os sujeitos que ocupam as piores posições socioeconômicas. A existência desta educação não escolar, desta educação em redes, precisa de olhares críticos que viabilizem formas de compreender todas as questões que corroboram com ausência de reflexão crítica por parte dos sujeitos. Assim foi realizado o texto da presente dissertação: com o intuito de informar contra a desinformação e de educar para a emancipação.

As diferenças materializadas discursivamente em redes digitais podem representar interesses dominantes e ao mesmo tempo ser parte de um plano de fundo de formações ideológicas que interpelam sujeitos em posições subalternas, ou seja, que ilusoriamente acreditem estar em uma posição de reflexibilidade diante das relações de reprodução-desigualdade-subordinação-transformação. Compreender as regiões do espectro político-ideológico requer uma boa leitura acerca de suas regiões, inclusive com relação aos modos de leitura e mobilização de arquivos que tenham relação com as politizações entre sujeitos que se identificam com estas regiões em formas dicotomizadas ou não. Um nível de letramento que possa proporcionar tal leitura certamente trará clareza quanto a tão falada consciência política diante do grandioso arsenal de feitos de sentidos que circulam nas mídias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos do estado. Ed. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan. Marx e Freud:** introdução crítica-histórica. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

AULAGNIER, P. A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Chauvinismo e extrema direita:** crítica aos herdeiros do sigma. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, Maurício; FONSECA, Rodrigo Oliveira; SANTOS, Aretuza Pereira dos. Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivos. **Linguagem em** (**Dis**)**curso**. LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, p. 153-171, jan./abr. 2019.

BELINTANE, Claudemir. **Quando o Mundo Some**: reflexões sobre o futuroda(s) leitura(s). Educ. Real., Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 275-291, Mar. 2018.

BELLO, André. **Origem, Causas e Consequências da Polarização Política.** 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, UNB, Distrito Federal, 2019.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura:** o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Organização Felipe Moura Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública:** como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político:** o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. A proibição das palavras: a reescritura dos manuais escolares nos Estados Unidos. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político:** as derivas da fala pública. Tradução por Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006. pp. 147-157.

COUTINHO JORGE, Marco Antonio. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan.** 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CRUSOÉ, N. M. C.; MENEZES, E. **Fenomenologia sociológica de Alfred Schutz:** contribuições para a investigação qualitativa em prática educativa. Rev. Tempos Espaços Educ. v.13, n. 32, jan./dez, 2020.

DANTAS, M. **Mídia e psicologia:** produção de subjetividade e coletividade. 2.ed / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

DOR, Joel. **Introdução à leitura de Lacan:** O inconsciente estruturado como linguagem. Tradução por Carlos Eduardo. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.

ELIA, Luciano. O conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Zahar, 3.ed.,2004.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? 1 ed. São Paulo: Autonoma Literária, 2020.

FREIRE. Paulo. **O processo de alfabetização política.** IN: FREIRE, Paulo. Uma educação para a liberdade. 4ª ed. Textos Marginais 8, Porto: Dinalivro, 1974, p. 41-59.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso. In.: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D.; ROBIN, R. (orgs.). **Discurso e Arquivo: experimentações em Análise do Discurso**. Campinas/SP: Ed da UNICAMP. 2016. p.225-233.

HAROCHE, C. Da anulação à emergência do sujeito: os paradoxos da literalidade no discurso (elementos para uma história do individualismo). Tradução de A. N. de Freitas. In: LANE, S. M. T. **Sujeito e Texto.** São Paulo/SP: EDU, 1988. p. 61-86.

LACAN, J. A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise referências. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp.402-437.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp.496-533.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem. In: **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, pp. 238-324.

LACAN, J. **O seminário**, **livro 11:** os quatros conceitos fundamentais da Psicanálise. 2a ed. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, J. O Seminário, livro 20: Mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J.O Seminário, Livro 3: As psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2ª edição corrigida, 1988.

LARAIA, Roque de B. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LOBACZEWSKI, A. **Ponerologia:** psicopatas no poder. 1 ed. Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** 18ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

MASIERO, A. L. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 10(2): 549-72, maio-ago. 2003.

MASIERO, A. L. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 10(2): 549-72, maio-ago. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000200004>. Acesso em 18 nov. 2020.

MAZIÈRE, F. A análise do discurso, o político e a língua. Tradução de Carolina Fernandes. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Memória e história na/da Análise do Discurso.** Campinas: Mercado de Letras, 2011. pp. 15-35.

MENEZES, E. Observações introdutórias ao nexo entre método e conhecimento em Descartes. In: Nilma Margarida de Castro Crusoé; João Amado (Org.). **Referenciais Teóricos e Metodológicos de Investigação em Ciências Sociais.** 1ed. Vitória d a Conquista: Edições da UESB, 2017, v. 1, p. 21-39.

MENEZES, Edmilson. Kant e a concepção moderna de uma Educação para o corpo. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do (org.). **Problemas de educação escolar e extra-escolar.** São Cristóvão: Editora UFS, 2005.

MONTEIRO, Juan. Educação e efeitos de verdade no contexto pandêmico da covid-19. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 8, p. 1-17, maio, 2021.

MONTEIRO, Juan. **O culto à diferença e o sujeito em deriva**. 2015. 52 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia, Itapetinga, 2016.

NARZETTI, Claudiana. **Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva.** Linguagem em (Dis)curso. LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**. Tradução por Paulo César de Sousa. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento. 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto:** Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: 3ª edição, Pontes editores, 2008.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3.ed.,2001. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In: ORLANDI, E. P. **Linguagem, Sociedade, Políticas.** Coleção linguagem & Sociedade. Campinas: RG; Pouso Alegre: UNIVÁS, 2014. p. 29-38.

ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? In: **Linguística:** Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas, SP: 3ª. Edição, Editora da UNICAMP, 1995.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Argumentação e autoria nas redações de universitários:** discurso e silêncio. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Professor em discurso: espaços para interpretação e autoria. In: PACÍFICO, Soraya Maria Romano (Org.). **Professor e autoria:** interpretações sobre o Ler e Escrever. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

PAULA, J. A. A produção do conhecimento em Marx. In: **Cadernos ABESS**, **n**° **5**, SP: Cortez, 1992.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A análise de discurso na França). In: ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux – textos escolhidos por E. P. ORLANDI. Campinas: Pontes. 2014. 227-230.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Em: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de Leitura:** da História no discurso. Campinas/SP. Ed. da UNICAMP. 1997, p. 55-67.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: S. Zizek (Org.), **Um mapa da ideologia.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 143-152.

PÊCHEUX, M. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores; 2015. p. 21-54.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso:** Estrutura ou Acontecimento. Tradução por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2 E.d. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, A. C. "Escola sem partido": em torno de uma formação discursiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 3 p. 890-916, jul./set. 2019.

PEREIRA, A. C. Discursos sobre ciência, tecnologia e deslocamento de pesquisadores: o político e o científico se (des)encontram. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n 3, 2020, p. 289-309.

PEREIRA, A. C. Seios à vista: o corpo travesti nos discursos da imprensa brasileira. In: N. Milanez; R. Amaral; I. Moura (Org.), **Transexualidades:** o que pode o corpo? João Pessoa, PB: Marca de Fantasia, 2019. pp. 138-155.

ROSSITER, L. H. A mente esquerdista: as causas psicológicas da loucura política. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o direito ser emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, p. 3-76, mai, 2003. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF>. Acesso em 20 jun. 2020.

SCHAFF, A. Introdução a Semântica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SCHMIDT, L. **Hermenêutica**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais.** Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVA, R. L. da; NICHEL, A.; MARTINS, A. C. L.; BORCHARDT, C. K. Discursos de ódio em redes sociais: Jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.

445-468, jul.-dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v7n2/a04v7n2. Acesso em 22 mai. 2020.

SILVEIRA, C.C. A interpretação do/no discurso jurídico. In: Colares, V. (org.). **Linguagem e direito.** Recife/PE: Ed. Universitária da UFPE, 2010. pp. 129-147.

SOBRINHO, H. F. S. Efeitos münchhausen políticos: oposições-disjunções e acobertamentos das contradições entre línguas, ciências e fronteiras... In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Linguagem, sociedade, políticas.** Pouso Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, 2014.

SOUSA, Claudemir. **As relações dialógicas na produção de 'memes' na** *internet***.**Littera Online. Universidade Federal do Maranhão,v. 6, n. 10, 2015.Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/3561/0>. Acesso em 10 abr. 2020.

STORTO, Letícia Jovelina; ZANARDI, Reinaldo César. Análise discursiva de Governo coloca ideologia de gênero no ENEM do pastor Silas Malafaia: discurso político, da natureza e do ódio. **Linguagem em (Dis)curso.** LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 3, p. 383-400, set./dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ld/v19n3/1518-7632-ld-19-03-383.pdf>. Acesso em 20 mai. 2020.

TAROUCO, G. S; MADEIRA, R.M. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, mar. 2013.

TEIXEIRA, M. O "sujeito" é o "outro? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. In: WAMOSY, A. **Poesia Completa.** Porto Alegre: IEL/Alves Editores, 1994.

TFOUNI, Fábio Elias Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho. O Papa Francisco na mídia: política, ideologia e cinismo. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.42, p. 01-187, abriljunho, 2019. Disponível em:

http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/8645. Acesso em 21 mar. 2020.

TFOUNI, Fabio. O basteamento ideológico e o processo de identificação-assujeitamento. **Revista Eletrônica Interfaces**, Vol. 10 n. 3, 2019.

TFOUNI, L. V. Em busca da felicidade, o corpo se consome no consumo. **Revista Távola online.** 2013. Disponível em: http://nucleotavola.com.br/revista/em-busca-da-felicidade-ocorpo-se-consome-no-consumo/>. Acesso em 05 abr. 2020.

TFOUNI, L. V. L. Letramento e alfabetização. São Paulo: Corte, 1995.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C. Letramento e formas de resistência à economia escriturística. Fórum Lingüístico (UFSC), v. 6, p. 67-79, 2009.

TFOUNI, Leda Verdiani et al. **O paradigma indiciário e as ciências humanas:** psicanálise e análise do discurso. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1256-1270, 2016.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização** (Questões da nossa época, Vol. 47). São Paulo: Cortez, 1995.

TFOUNI, Leda Verdiani; ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva; PEREIRA, Anderson de Carvalho. **Letramento:** é possível uma escrita despida da oralidade? V. 30. Campinas, SP: Pro-Posições, 2019.

VALENTE, A. L. **Educação e diversidade cultural:** um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999.